



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade

LEI N° 3325-A

Institui no Município o Plano
Municipal de Educação e dá
outras providências.
Proc. n° 10238/15

LUIS CLÁUDIO BILI, Prefeito do Município de São Vicente, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Plano Municipal de Educação visando definir políticas educacionais em âmbito municipal, concebidas a partir de diagnósticos da realidade do ensino municipal e que resultem em ações, que de forma clara e objetiva, facilitem o entendimento e acompanhamento de todos os envolvidos no processo educativo.

Art. 2º - Competirá à Secretaria da Educação a elaboração das normas que disciplinarão o Plano Municipal de Educação, de que trata o art. 1º.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de sua publicação.

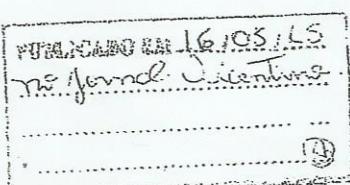
Parágrafo único - O Poder Executivo poderá prorrogar o prazo previsto no *caput* desse artigo através de Decreto.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria, Cellula Mater da Nacionalidade, em 15 de maio de 2015.



LUIS CLAUDIO BILI
Prefeito



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade

DECRETO N° 4163-A

Homologa o Plano Municipal de Educação, instituído pela Lei nº 3325-A, de 15 de maio de 2015.

Proc. nº 10238/15

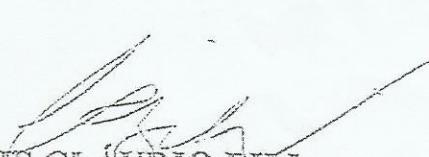
LUIS CLÁUDIO BILI, Prefeito do Município de São Vicente, no uso de suas atribuições legais, em especial a conferida pelo parágrafo único do art. 3º da Lei nº 3325-A, de 15 de maio de 2015, e de conformidade com o constante no Processo nº 10238/15,

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado o Plano Municipal de Educação de São Vicente, instituído pela Lei nº 3325-A, de 15 de maio de 2015, na forma do Anexo deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria, Cellula Mater da Nacionalidade, em 03 de junho de 2015.



LUIS CLÁUDIO BILI
Prefeito

PUBLICADO EM 23/06/15
(Assinado no.....)
Quadro do Piso.....
Municipal)

ja



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO VICENTE - SP

2015/2025

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO VICENTE

2015 - 2025

LUIS CLAUDIO BILI

Prefeito Municipal

FELIPE CHIARELLO

Secretário de Educação

FABIO PEREIRA RIBEIRO

Coordenador para Elaboração do PME

DAVE LIMA PRADA

Consultor Jurídico

FÁTIMA CLARETE BERNE

Co-Coordenadora para Elaboração do PME

MARIA JULIA MACHADO PAES

Co-Coordenadora para Elaboração do PME



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

LEI Nº 3325-A

Institui no Município o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Proc. nº 10238 /15.

LUIS CLÁUDIO BILI, Prefeito do Município de São Vicente, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica instituído o Plano Municipal de Educação visando definir políticas educacionais em âmbito municipal, concebidas a partir de diagnósticos da realidade do ensino municipal e que resultem em ações, que de forma clara e objetiva, facilitem o entendimento e acompanhamento de todos os envolvidos no processo educativo.

Art. 2º - Competirá à Secretaria da Educação a elaboração das normas que disciplinarão o Plano Municipal de Educação, de que trata o art. 1º.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de sua publicação.

Parágrafo único - O Poder Executivo poderá prorrogar o prazo previsto no *caput* desse artigo através de Decreto.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria, Cellula Mater da Nacionalidade, em 15 de maio de 2015.

LUIS CLÁUDIO BILI

Prefeito

Conteúdo

1 - INTRODUÇÃO	1
2 – SÃO VICENTE: ONTEM E HOJE	4
2.1 – HISTÓRIA.....	4
2.2 – EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO VICENTINA.....	6
3. NÍVEIS DE ENSINO	9
3.1 EDUCAÇÃO BÁSICA.....	9
3.1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL.....	9
3.1.2 ENSINO FUNDAMENTAL	28
3.1.3 ENSINO MÉDIO.....	78
3.1.4 ENSINO SUPERIOR	81
4. MODALIDADES DE ENSINO.....	86
4.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	86
4.1.1 DIAGNÓSTICOS	86
4.1.2 DIRETRIZES.....	88
4.1.3 OBJETIVOS E METAS.....	89
4.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS.....	90
4.2.1 DIAGNÓSTICO	90
4.2.2 DIRETRIZES.....	91
4.2.3 OBJETIVOS E METAS	93
4.3 EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	93
4.3.1 DIAGNÓSTICOS	93
4.3.2 DIRETRIZES.....	95
4.3.3 OBJETIVOS E METAS	96
4.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	97

4.4.1	DIAGNÓSTICO	98
4.4.2	DIRETRIZES.....	110
4.4.3	OBJETIVOS E METAS	113
5	MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	119
5.1	FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	119
5.1.1	DIAGNÓSTICO	119
5.1.2	DIRETRIZES.....	121
5.1.3	OBJETIVOS E METAS	122
6	FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	123
6.1	FINANCIAMENTO E GESTÃO	123
6.1.1	DIAGNÓSTICO	123
6.1.2	DIRETRIZES.....	127
6.1.3	FINANCIAMENTO.....	128
6.1.4	GESTÃO	130
7	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	134
8.	REFERÊNCIAS	135
	ANEXOS	137
	ANEXO I – TABELAS DE SIGLAS	138
	ANEXO II – COLABORADORES	139

1 - INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços conquistados com a Educação Vicentina, nos deparamos com problemas que afetam de maneira negativa nossa educação, tanto pela importância que estes têm na construção de uma sociedade mais justa, como pelo tempo que permanecem em nosso cenário perpassando séculos num mesmo movimento lento, reflexo da descontinuidade das políticas e da carência de planejamento sistemático de longo prazo.

A possibilidade de novos avanços, focados na qualidade da educação, está atrelada atualmente à dimensão legal que pela Emenda Constitucional nº59/2009 concedeu a um plano decenal status constitucional superior aos planos plurianuais de quatro anos, o que permite que, quando e se necessário, providências possam ser exigidas.

Por outro lado, avançar com qualidade exige conhecimento da nossa sociedade, da história da educação do nosso município, a identificação de seus pontos fortes e fracos, do registro de seus sucessos e fracassos, o perfil das crianças e adolescentes e uma análise qualitativa da formação dos docentes pertencentes à rede.

Segundo Michel Serres, vivemos numa sociedade em que a comunicação assumiu uma importância imensa e a informação tornou-se tão fundamental e decisiva em todas as áreas, que uma pessoa ao preparar-se para participar da seleção para uma vaga de emprego, pode encontrar informações na internet que a torne mais bem informada que as pessoas que já trabalham na empresa. Essa pessoa ao buscar informações sobre a natureza e abrangência do trabalho desejado, adquiriu um conhecimento maior do que aqueles que o executam diariamente. Essa sociedade que coloca nas mãos de nossas crianças e adolescentes novas tecnologias de informação que rompem as barreiras da distância e ultrapassam, até de dentro da sala de aula, as fronteiras do conhecimento tradicionalmente transmitido pelos seus professores, foi por ele denominada Sociedade Pedagógica.

Isso nos coloca frente a um dilema, devemos planejar os próximos dez anos de nossa educação, tendo como ponto de partida o passado, cujo foco é semelhante

a fornecer um roteiro para uma viagem por uma estrada que através de suas placas nos indicarão como deveremos caminhar para enfrentar suas curvas, os locais que apresentam algum perigo, localização dos rios, mares e montanhas, ou se deveremos ter como foco um imenso oceano, profundo e desconhecido, sem fronteiras, aberto à pesquisa e às descobertas, sem placas para indicar zonas de perigo, além das que indicam: impróprio à navegação, para crianças e adolescentes que com dois polegares navegam e surfam nas redes, como se fosse no mar.

Lidar com dilemas é muito difícil, mas com certeza, há um aspecto que precisa ser respeitado: há que abandonar os extremos e buscar o equilíbrio entre os dois componentes.

Essa introdução ao PME objetiva indicar e informar de onde fala a Secretaria de Educação do Município de São Vicente, isto é, que o foco do plano é realizar a transição de uma educação tradicional – o professor ensina e o aluno aprende – para uma educação, cujo foco é o protagonismo infanto-juvenil.

A reconstrução curricular da Educação Básica tem como eixo estruturante a formação do ser humano, capaz de fazer ciência sem menosprezar o humano e de valorizar o sonho sem perder de vista a realidade em todas as suas dimensões. Por isso, a SEDUC elegeu três dimensões que estarão presentes, permanentemente, na reconstrução dessa concepção curricular focada no social e na democracia:

- **Flexibilidade** para responder à diversidade;
- **Inovação** para responder ao impacto da rapidez da transformação socioambiental, econômica, cultural e política, característica da nossa época.
- **Protagonismo** para o aluno assumir-se como sujeito da sua aprendizagem para que essa passe a ter significado e crie assim um elo entre o ato de aprender e as suas várias dimensões: cognitiva, interativa e participativa.

A base da construção do currículo é formada pelos fundamentos da Educação, Valores, Inovação e Protagonismo. Ao assumir a opção por uma educação focada em valores, a SEDUC considerou a importância de transformar os potenciais dos alunos em competências, habilidades e capacidades que os ajudarão a adotar posturas e critérios positivos na avaliação de situações para tomada de

decisões.

As estratégias definidas para essa reestruturação articulam, nos eixos estruturantes do currículo, as novas tecnologias da aprendizagem, as novas tendências educacionais e os princípios da interdisciplinaridade, da multidisciplinaridade e da pluridisciplinaridade.

O grande desafio para o sucesso do Plano Municipal de Educação é sua concretização como Política de Município, mas para isso é necessário que seja compreendido pelos gestores públicos, que sua articulação com o PNE e o PEE, na definição das metas municipais para a educação dos próximos dez anos, está focada no cumprimento da exigência nacional de realização de uma educação de qualidade e também que essa sintonia é garantia de acesso aos recursos necessários para tal fim, oriundos dos inúmeros programas da esfera federal.

O PNE, ao determinar o fim do analfabetismo, definiu em suas diretrizes o cenário e as ações que realizarão essa tarefa. A universalização de um atendimento escolar de qualidade, focado na promoção da cidadania, na superação das desigualdades educacionais e na erradicação de todas as formas de discriminação, criará as condições necessárias à melhoria da qualidade de uma educação focada em valores morais e éticos, tanto na formação para o trabalho como para a vida na sua dimensão sociocultural. Sem desenhar um modelo para a educação, definiu princípios e indicou condições para a realização dos objetivos propostos. A gestão democrática da educação pública, a valorização dos profissionais da educação, o respeito aos direitos humanos, à diversidade e uma sustentabilidade socioambiental, serão elementos decisivos na promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País.

O estudo profundo e sistematizado do PNE abriu para o futuro da Educação Vicentina a perspectiva de união de todos os setores e segmentos da sociedade em prol de uma educação em sintonia com a importância dessa cidade, a mais antiga do país, cujo modelo inspirou as cidades que vieram depois.

Essa passagem no tempo e no espaço transformador de sua atuação na educação será revisitada agora e seus resultados construirão os alicerces de seu Plano Municipal de Educação, que vigorará de 2015 até 2025.

2 – SÃO VICENTE: ONTEM E HOJE

2.1 – HISTÓRIA

A cidade de São Vicente foi fundada, em 22 de janeiro de 1532, pelo português, nobre militar, MARTIM AFONSO DE SOUZA. Alguns historiadores atribuem diferentes datas a sua fundação. Vários franceses e espanhóis dizem que São Vicente já era povoado em 1516, sendo esta hipótese baseada nas fabulosas histórias contadas por Aleixo Garcia. Por outro lado, o padre Jaboatão afirma que Martim Afonso chegou em 1525, todavia, nem os Portugueses conseguiram, satisfatoriamente, definir a exata data de sua fundação. Oficialmente 22 de janeiro de 1532 é considerada a data que marca a fundação de nossa primeira vila. Naquela ocasião, Martim Afonso de Souza, ajudado por dois portugueses: João Ramalho e Antonio Rodrigues começaram a administração da Capitania de São Vicente, a qual recebera por doação de D. João III. Inicialmente um pequeno Forte fora construído para armazenamento de armas e valores. Posteriormente, fora construída uma Igreja, alfândega, cadeia e uma Prefeitura. Após a cidade contar com uma pequena infraestrutura, recebeu oficiais para governarem e manterem a ordem no recém-estabelecido - Primeiro Núcleo de Administração Civil do Novo Mundo.

Depois da crescente prosperidade, durante o século XVI, São Vicente ascendeu à condição de Municipalidade pelo Decreto Real de 29 de Outubro de 1700, tornou-se cidade em 15 de Novembro de 1895, e Comarca em 18 de Fevereiro de 1959, pelo Decreto Estadual No. 5285. E em 7 de Julho de 1977, tornou-se Estância Balneária.

São Vicente foi a primeira cidade organizada do Brasil, Capital do Estado de São Paulo por 177 anos.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Área Continental	130,424 km ²
Área Insular	18 km ²
Área Total	148,424 km ²
Densidade Demográfica	2.378,59 hab./km ²
Distância da Capital	70 km
Altitude	6 m ao nível do mar
Região Metropolitana da Baixada Santista – São Paulo	

FONTE: IBGE - 2010

	2000	2010
POPULAÇÃO TOTAL	303.551	332.445
URBANA	303.413	331.817
RURAL	138	628
TAXA DE URBANIZAÇÃO	99,95%	99,81%

FONTE: IBGE - 2010

ESTRUTURA ETÁRIA	2010
MENOS DE 15 ANOS	75.341
15 A 19 ANOS	27.368
20 A 24 ANOS	28.162
25 A 29 ANOS	30.228
30 A 34 ANOS	31.422
50 ANOS OU MAIS	139.924
TOTAL	332.445

FONTE: IBGE - 2010

INDICADORES DE LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE		
	2000	2010
MORTALIDADE ATÉ 1 ANO (por 1000 nascidos vivos)	18,2%	12,8%
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (anos)	72,8%	76,4%
TAXA DE FECUNDIDADE (filhos por mulher)	2,3%	1,8%

FONTE: IBGE – 2010

INDICADORES DE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE		
	2000	2010
RENDA PER CAPITA MÉDIA (R\$ de 2000)	330,5	661,48
PROPORÇÃO DE POBRES %	16,1%	18,2%
ÍNDICE DE GINI	0,5	0,5

FONTE: IBGE - 2010

ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS		
	2000	2010
ÁGUA ENCANADA	99,0%	99,3%
ENERGIA ELÉTRICA	90,9%	99,7%
COLETA DE LIXO*	99,4%	99,7%

FONTE: IBGE – 2010 *SOMENTE DOMICÍLIOS URBANOS

ACESSO A BENS DE CONSUMO		
	2000	2010
GELADEIRA	97,5%	99,6%
TELEVISÃO	97,8%	98,5%
TELEFONE FIXO	58,8%	72,3%
COMPUTADOR	13,6%	50,4%

FONTE: IBGE – 2010

DESENVOLVIMENTO HUMANO		
	2000	2010
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	0,689	0,768
EDUCAÇÃO	0,576	0,716
LONGEVIDADE	0,797	0,857
RENDA	0,711	0,738

FONTE: IBGE - 2010

2.2 – EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO VICENTINA

A primeira escola, em São Vicente, foi o Colégio dos Meninos de Jesus, fundado pelo Padre Leonardo Nunes, em 1549, e inaugurado oficialmente pelo Padre Manuel da Nóbrega, em 02 de fevereiro de 1553. No século XVIII, o Padre Manuel Gomes Loureiro, Vigário da Paróquia, impulsionou o ensino em São Vicente, abrindo novas “aulas” na vila, onde se destacaram os professores Indalesio

Constâncio Ferreira, Dona Mafalda Virginia das Dores e Padre Agostinho Santana, entre outros. A notícia mais antiga que encontramos da Escola do Povo foi: “que em 1894 passou aos cuidados do Governo, mantendo, porém, o mesmo nome”. Isso é evidência de que, já na época, era bem conhecida, e que naturalmente a sua fundação foi anterior a essa data. Em 1895 começou um movimento entre os habitantes de São Vicente, que formou uma Sociedade Civil, para a construção do prédio da “Escola do Povo”. Em 1896, a Escola funcionava no Largo Batista Pereira, mudou-se depois para a Rua XV de Novembro. Finalmente, em 1898, a Escola do Povo, mudou-se para prédio próprio, na Praça Cel. Lopes. Em 1900, a Escola do Povo oferecia, nas suas salas, a Exposição Arqueológica, Artística e Histórica, como parte das Comemorações do IV Centenário da Descoberta do Brasil. Em 1904, foi fundada, na Escola, a Banda de Música Infantil “Escola do Povo”, e foram seus diretores Alexandre Lopes dos Santos e Jerônimo dos Santos Moura, coube ao maestro Antônio Pedro de Jesus organizar e conduzir os meninos. Os instrumentos foram adquiridos por meio de subscrição entre o povo vicentino. Em setembro de 1909, a Banda ganha diploma e medalha em festival de Bandas realizado em São Paulo. Em 1913, no dia 6 de agosto, depois de ampliado o prédio da Escola do Povo, o Governo criou o 1º Grupo Escolar de São Vicente, com 8 aulas, sendo o seu diretor o professor Antônio Mello Cotrim. A sua primeira Caixa Escolar foi criada em 1922, neste mesmo ano foram realizadas, no prédio da Escola, as festividades oficiais do 1º Centenário da Independência do Brasil, foi escolhida como melhor local para realização das comemorações. Em 1947 o Interventor Federal de São Paulo deu a denominação de Grupo Escolar “Capitão-mor Gonçalo Monteiro” ao Grupo Escolar de São Vicente, como homenagem ao primeiro Vigário e Capitão-mor, nomeado por Martim Afonso, na Capitania de São Vicente. No ano de 1949, o Governador do Estado, mudou a denominação para Grupo Escolar de São Vicente novamente. Em 1955 foi organizado o Serviço Dentário Escolar, no estabelecimento. Foi inaugurado a 16 de agosto de 1956 o Serviço de Assistência Alimentar. Em 1962 foi inaugurado o Parque Infantil, doado pelos pais de alunos.

Em 1963, a escola conta com Biblioteca Escolar, com 700 volumes, mantém um Orfeão Escolar e o Jornal Infantil. Até hoje, a “Escola do Povo” ou “Grupão”, passou por diversas reformas, aumentando muito sua capacidade inicial. Teve a sua denominação atualizada, Escola Estadual de Primeiro Grau Prof.^a Zina de Castro

Bicudo.

Foram municipalizadas, a partir de 1996, 16 escolas. A municipalização teve como base a articulação e a parceria da União com os Estados e Municípios numa relação de co-responsabilidade entre as três esferas do governo mediante convênios e repasses financeiros. Do ponto de vista jurídico-institucional, a municipalização traduz-se em mecanismo de distribuição de competências que atribui aos Municípios, a administração e o gerenciamento da rede fundamental de ensino e, aos Estados e à União a orientação técnica e pedagógica, o controle, a distribuição e os repasses de recursos orçamentários e financeiros (Casarin, 1992; Davies, 1992; Luce, 1992).

O impacto dessa ação foi maior em relação às diferenças de ordem salarial e em relação à jornada diária dos professores. O debate democrático continua em busca de soluções possíveis.

A evolução da Rede Municipal pode ser acompanhada no quadro abaixo pelo número de alunos atendidos e a distribuição destes pelos níveis de educação ofertados, nos últimos 6 anos.

NÍVEL	2008	2014
CRECHE	1075	3787
PRÉ-ESCOLA	9353	6114
ENSINO FUNDAMENTAL	32569	29.465
ENSINO MÉDIO	0	0
EDUCAÇÃO ESPECIAL	1150	1129
EJA PRESENCIAL	803	529
EJA SEMIPRESENCIAL	4561	2268
EJA SEMIPRESENCIAL E MÉDIO	0	3120
TOTAL DE ALUNOS	49511	46412

Fonte: Educacenso -2014

3. NÍVEIS DE ENSINO

3.1 EDUCAÇÃO BÁSICA

3.1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Considerada a mais importante, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social. A ação da família e da comunidade é indiscutível (Lei nº 9.394/96. art.29).

A educação infantil caracteriza-se pelo atendimento da criança num período de vida marcado por importantes aquisições como a marcha, a fala, o controle do esfíncter, o desenvolvimento da imaginação, do faz de conta, e da capacidade de representar utilizando diferentes linguagens.

O tempo de permanência nas creches e nas escolas de educação infantil é fundamental ao desenvolvimento da criança, até porque inúmeras delas vivem em condições afetivas e socioeconômicas de pobreza ou abaixo da linha da pobreza.

3.1.1.1 DIAGNÓSTICO

O caminho para a construção de um diagnóstico para cada nível educacional foi construído a partir de coleta de dados oficiais sobre cada nível de ensino consultando os resultados do Censo – EDUCACENSO, entre outros.

Os supervisores responsáveis pelas escolas da cada nível de ensino e os ATPs forneceram excelentes contribuições tanto na discussão dos problemas que prejudicam a obtenção de níveis de excelência na aprendizagem dos alunos, como na busca de possíveis soluções, tendo como apoio as 20 metas do PNE.

Creches, EMEIs, EMEIEFs, EMEF, EJA, CER, CESIN, CESCON, Educação Inclusiva e EAD orientados pelos seus dirigentes, assistentes de direção, coordenadores, professores e demais profissionais que atuam na escola deram voz aos professores, alunos, pais e membros atuantes da comunidade na

realização de uma profunda análise da educação que está sendo ofertada pelo município, identificando as ações necessárias para a melhoria da qualidade do ensino.

Profissionais da Educação que atuam na SEDUC, em seus vários setores, participaram em diferentes frentes de apoio para que PME de São Vicente fosse elaborado.

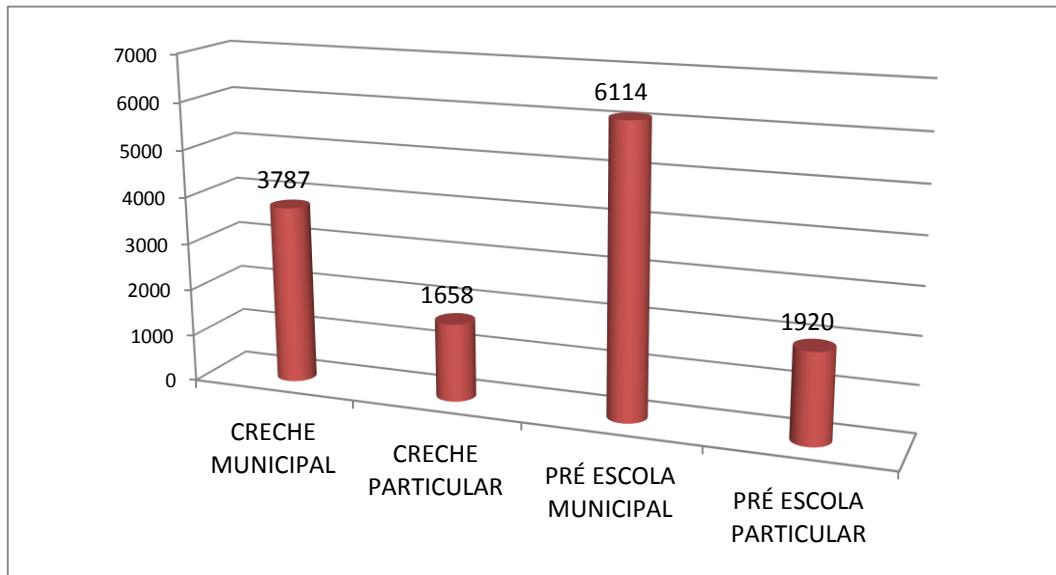
O município de São Vicente, segundo os dados do Educacenso de 2014 contempla:

Creches Municipais: 3787 alunos;

Creches Particulares: 1658 alunos;

Pré-escola Municipal: 6114 alunos;

Pré-escola Particular: 1920 alunos;



FONTE: EDUCACENSO 2014

3.1.1.2. A Vez e a Voz das creches, das escolas e das famílias

Os Diretores e Coordenadores de Creches das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental e Centros de Educacionais e Recreativos, atendendo à solicitação da Secretaria de Educação (SEDUC), realizaram reunião com pais, alunos, funcionários e professores para discutirem a relevância da

elaboração do Plano Municipal de Educação e a importância da participação de toda a comunidade na elaboração de propostas, metas e ações para os próximos dez anos.

As escolas encaminharam relatórios à SEDUC, os quais deram voz à população vicentina, por meio dos registros das críticas, sugestões e propostas de solução apresentadas durante a reunião escolar.

Para evidenciar a veracidade da voz de cada unidade educacional, foram criadas tabelas, constando o nome de cada uma delas, e assinalaram-se os itens considerados essenciais à melhoria da educação nos diferentes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Inclusiva.

CRECHES

LEVANTAMENTO DE DADOS	Angelina Pretty	Catarina Carbonera Rampon	Creche Amor e Perseverança	Creche Olga Teixeira Tavares	Criança Esperança	Criança Feliz	Danilo R. Illeck de Oliveira	Grupo da Prece	Irmão Francisco	Jaime Pinheiro	José Borges Fernandes	Júlia Maria de Jesus	Luiza Parizzoto	Nayla Amor	Total
Estrutura física adequada ao atendimento às crianças	X		X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	9
Material pedagógico adequado à faixa etária			X	X	X										3
Fornecimento de material escolar e de uniforme			X				X				X				3
Qualidade e quantidade na merenda			X		X			X		X		X	X	X	6
Cardápio adequado às crianças	X														1
Padronização da estrutura física													X		1
Prédios novos e próprios do município	X							X			X	X			4
Construção de mais creches						X					X		X	X	3
Mobiliários adequados												X			1
Mais vagas								X							1
Redução de número de	X					X		X		X					4

alunos por sala												
Piso antiderrapante no pátio										X		1
Salas climatizadas										X		1
TV e DVD em todas as salas										X		1
Parque e brinquedos fixos (balançê, gangorra).	X				X					X		3
Acessibilidade para crianças com necessidades especiais				X								1
Manutenção da estrutura escolar					X	X			X	X	X	6
Transporte para as unidades			X							X		2
Segurança – ronda escolar, câmera de monitoramento, sinalização de trânsito			X	X						X		3
Período integral para FI e FII					X							1
Creche pólo				X								1
Sala de informática			X					X	X			3
Recursos tecnológicos para professores					X					X		2
Wifi nas salas								X				1
Manutenção dos materiais tecnológicos												
Salas ambientes				X								1
Materiais adequados para o prof. Ed. Física				X								1
Material para o professor pesquisar e trabalhar										X		1
Cursos extracurriculares		X				X				X		3
Profissionais especializados em educação e saúde										X		1
Parceria: escola, família e saúde							X					1
Qualidade no ensino										X		1
Atividade física para os BI, BII e MI												
Campanha de vacinação nas creches												
Mobiliário adequado para professores												
Profissionais qualificados para trabalhar com crianças	X				X	X			X	X	X	6
Formação para as auxiliares de creche	X		X		X	X			X	X		6

Plano de carreira para os professores					X	X	X			X	X	5
Valorização dos professores e funcionários				X	X	X						4
Efetivação de sede para professor substituto, segundo listagem de concurso						X						1
Equiparação de salário PBI/PBII			X			X		X				3
Curso de especialização e extensão para professores em parceria com a SEDUC			X	X	X					X		4
Repasso claro do FUNDEB - auditoria												
Intercâmbio de informações com outras regiões												
Profissionais qualificados para a educação inclusiva							X					1
Plano de saúde para os funcionários em geral												
Aumento de salários dos auxiliares e funcionários						X						1
Auxiliares para as EMEIs			X									1
Contratação de mais funcionários e estagiários	X		X			X						3
Professores substitutos na unidade								X				1
Integração dos departamentos												
1º ano na EMEI												
Reunião com as ATPs, nas unidades												
Verificar critérios para atribuir professores					X	X		X				3
Rever capacitações bimestrais												
Capacitações com profissionais especializados								X		X	X	3
Aposentadoria com 25 anos de trabalho independendo da idade								X				1

Concurso para Equipe técnica													
Profissionais de apoio / tutoria												X	1
Normatizar e sistematizar o atendimento do profissional de apoio às crianças com necessidades especiais													
Rever critérios para abonos													
Oferecer cursos de aperfeiçoamento profissional para todo segmento escolar					X								1

LEVANTAMENTO DE DADOS													
	Neusa da S. Luiz	Paraíso Infantil	Pastoril	Paula Lourenço de Oliveira	Sorriso da Criança	Suellen B. da Silva	Tércio Augusto Garcia	Toquinho de gente	Vovó Esperança	Vovó Lacerda	Vovó Peró	Nova Esperança	TOTAL
Estrutura física adequada ao atendimento às crianças	X		X	X	X		X	X	X	X		X	9
Material pedagógico adequado a faixa etária	X		X				X	X	X	X		X	7
Fornecimento de material escolar e de uniforme	X	X		X			X	X	X	X			7
Qualidade e quantidade na merenda	X			X			X		X	X			5
Cardápio adequado às crianças								X					1
Padronização da estrutura física												X	1
Prédios novos e próprios do município		X							X				2
Construção de mais creches				X									1
Mobiliários adequados	X											X	2
Mais vagas													
Redução de número de alunos por sala		X		X			X		X				4

LEVANTAMENTO DE DADOS	Neusa da S. Luiz	Paraiso Infantil	Pastoril	Paula Lourenço de Oliveira	Sorriso da Criança	Suellen B. da Silva	Tércio Augusto Garcia	Toquinho de gente	Vovô Esperança	Vovô Lacerda	Vovô Peró	Nova Esperança	TOTAL
Piso antiderrapante no pátio													
Salas climatizadas	X							X					2
TV e DVD em todas as salas													
Parque e brinquedos fixos (balançê, gangorra)							X						1
Acessibilidade (creche) para crianças com necessidades especiais		X	X			X							3
Manutenção da estrutura escolar				X			X						2
Transporte para as unidades													
Segurança - ronda escolar, câmera de monitoramento, sinalização de trânsito.		X						X	X				3
Período integral para o Ensino Fundamental		X	X			X					X		4
Creche pólo													
Sala de informática												X	1
Recursos tecnológicos para professores													
Wifi nas salas													
Manutenção dos materiais tecnológicos													
Salas ambientes													
Materiais adequados para o professor de Educação Física													
Material para o professor pesquisar e trabalhar													
Cursos extracurriculares			X										1
Profissionais especializados em educação e saúde											X		1
Parceria: escola, família e saúde	X						X						2

LEVANTAMENTO DE DADOS	Neusa da S. Luiz	Paraiso Infantil	Pastoril	Paula Lourenço de Oliveira	Sorriso da Criança	Suellen B. da Silva	Tércio Augusto Garcia	Toquinho de gente	Vovó Esperança	Vovô Lacerda	Vovô Peró	Nova Esperança	2 TOTAL
Qualidade no ensino													2
Atividade física para os BI, BII e MI					X								1
Campanha de vacinação nas creches								X					1
Mobiliário adequado para professores	X												1
Profissionais qualificados para trabalhar com crianças			X X				X		X				4
Formação para as auxiliares de creche				X			X X		X				4
Plano de carreira para os professores	X X X						X						4
Valorização dos professores e funcionários	X X X					X					X		5
Efetivação de sede para professor substituto, segundo listagem de concurso													
Equiparação de salário PBI/PBII	X							X X					3
Curso de especialização e extensão para professor com parceria			X				X X				X		4
Repasso claro do FUNDEB - auditoria							X						1
Intercâmbio de informações com outras regiões											X		1
Profissionais qualificados para a educação inclusiva								X					1
Plano de saúde para os funcionários em geral						X		X					2
Aumento de salários para auxiliares e funcionários				X			X						2
Auxiliares para as EMEIs											X		1
Contratação de mais funcionários e estagiários		X				X							2

LEVANTAMENTO DE DADOS	Neusa da S. Luiz	Paraiso Infantil	Pastoril	Paula Lourenço de Oliveira	Sorriso da Criança	Suellen B. da Silva	Tércio Augusto Garcia	Toquinho de gente	Vovó Esperança	Vovô Lacerda	Vovô Peró	Nova Esperança	TOTAL
Professores substitutos na unidade													
Integração dos departamentos													
1º ano na EMEI													
Reunião com as ATPs nas unidades													
Verificar critérios para atribuir professores													
Rever capacitações bimestrais													
Capacitações com profissionais especializados			X										1
Concurso para Equipe técnica	X												1
Profissionais de apoio/tutoria							X						1
Normatizar e sistematizar o atendimento do profissional de apoio às crianças com necessidades especiais											X		1
Rever critérios para abonos	X												1
Oferecer cursos de aperfeiçoamento profissional para todo segmento escolar								X					

EMEI – Escolas Municipais de Educação Infantil

LEVANTAMENTO DE DADOS	Adilza de Oliveira R. Sobral	Anuar Frayha	Carlos Caldeira	Cidade de Naha	Clemente Ferreira	Edmundo Capellari	Kelma Maria	Maria Guilhermina Machado	Matteo Bei	Monteiro Lobato	Nossa Senhora da Esperança	Padre José de Anchieta	Regina Célia	Vila Jóquei	8 TOTAL
Estrutura física e adequada	x			x x x x		x		x			x x				8
Material pedagógico adequado a faixa etária				x		x						x x			4
Fornecimento material escolar e uniforme	x			x		x x x x		x		x	x x		x		8
Qualidade e quantidade na merenda				x		x		x			x x x				6
Cardápio adequado às crianças															
Padronização das estruturas físicas															
Prédios novos e próprios do município		x										x			2
Mais creches															
Mobiliário adequado															
Mais vagas															
Redução de número de alunos por sala	x	x	x	x				x			x x				6
Piso antiderrapante no pátio															
Salas climatizadas												x			1
TV e DVD em todas as salas															
Parque e brinquedos fixos (balançê, gangorra)						x									1
Acessibilidade para crianças com necessidades especiais															
Manutenção da estrutura escolar	x	x	x	x				x				x			6
Transporte para as unidades				x		x x		x		x	x				5
Melhorias dos espaços físicos															

LEVANTAMENTO DE DADOS	Adilza de Oliveira R. Sobral	Anuar Frayha	Carlos Caldeira	Cidade de Naha	Clemente Ferreira	Edmundo Capellari	Kelma Maria	Maria Guilhermina Machado	Matteo Bei	Monteiro Lobato	Nossa Senhora da Esperança	Padre José de Anchieta	Regina Célia	Vila Jóquei	6 TOTAL
Segurança - ronda escolar, câmera de monitoramento, sinalização de trânsito.				x		x		x			x	x	x		
Período integral para FI e FII															
Creche pólo															
Manutenção dos brinquedos fixos															
Sala de informática			x	x		x				x					4
Recursos tecnológicos para professores				x							x				2
Wifi nas salas															
Manutenção dos materiais tecnológicos					x			x			x		x		3
Salas ambientes		x	x												2
Materiais adequados para o prof. Ed. física															
Material para o professor pesquisar e trabalhar	x														1
Cursos extracurriculares		x	x		x	x	x		x		x				7
*Profissionais especializados em educação e saúde															
Parceria escola, família e saúde				x			x								2
Qualidade no ensino															
Atividade física para os BI, BII e MI															
Campanha de vacinação nas creches															
Mobiliário adequado para professores															
Profissionais qualificados para trabalhar com crianças															

LEVANTAMENTO DE DADOS															
	Adilza de Oliveira R. Sobral	Anuar Frayha	Carlos Caldeira	Cidade de Naha	Clemente Ferreira	Edmundo Capellari	Kelma Maria	Maria Guilhermina Machado	Matteo Bei	Monteiro Lobato	Nossa Senhora da Esperança	Padre José de Anchieta	Regina Célia	Vila Jóquei	1 TOTAL
Formação para as auxiliares de creche				x											1
Plano de carreira para os professores		x										x			2
Valorização do professor e ou funcionário.	x	x	x	x	x	x	x	x			x	x			11
Momento efetivo para trocas de experiências											x				1
Efetivação de sede para prof. substituto segundo listagem de concurso										x	x	x			3
Equiparação de salário PBI/PBII	x		x					x	x	x	x	x			8
Curso de especialização e extensão para prof. com parcerias		x	x												2
Repasso claro do FUNDEB - auditoria			x												1
Intercâmbio de informações com outras regiões															
Profissionais qualificados para a educação inclusiva															
Plano de saúde para as funcionárias em geral			x												1
Aumento de salários para auxiliares e funcionários															
Auxiliares para as EMEI		x	x					x		x		x			4
Contratação de mais funcionários e estagiários			x	x		x						x			4
Professores substitutos na unidade			x			x				x		x	x		4
Integração dos departamentos			x	x	x			x							4
1º ano na EMEI			x												1

LEVANTAMENTO DE DADOS															
	Adilza de Oliveira R. Sobral	Anuar Frayha	Carlos Caldeira	Cidade de Naha	Clemente Ferreira	Edmundo Capellari	Kelma Maria	Maria Guilhermina Machado	Matteo Bei	Monteiro Lobato	Nossa Senhora da Esperança	Padre José de Anchieta	Regina Célia	Vila Jóquei	1 TOTAL
Reunião com as ATPs nas unidades			x							x					1
Verificar critérios para atribuir professores		x	x							x			x		4
Rever capacitações bimestrais			x								x		x		2
Capacitações com profissionais especializados															
Aposentadoria com 25 anos de trabalho independendo da idade											x		x		1
Concurso para Equipe técnica		x	x					x				x			4
Profissionais de apoio/tutoria												x			1
Normatizar e sistematizar o atend. do profissional de apoio à crianças com necessidades especiais.			x												1
Rever critérios para abonos															

LEVANTAMENTO DE DADOS															
	Adilza de Oliveira R. Sobral	Anuar Frayha	Carlos Caldeira	Cidade de Naha	Clemente Ferreira	Edmundo Capellari	Kelma Maria	Maria Guilhermina Machado	Matteo Bei	Monteiro Lobato	Nossa Senhora da Esperança	Padre José de Anchieta	Regina Célia	Vila Jóquei	8 TOTAL
Estrutura física e adequada	x								x		x	x	x		

Material pedagógico adequado a faixa etária	Adilza de Oliveira R. Sobral	Anuar Frayha	Carlos Caldeira	Cidade de Naha	Clemente Ferreira	Edmundo Capellari	Kelma Maria	Maria Guilhermina Machado	Matteo Bei	Monteiro Lobato	Nossa Senhora da Esperança	Padre José de Anchieta	Regina Célia	Vila Jóquei	X	x	4
LEVANTAMENTO DE DADOS																	
Fornecimento material escolar e uniforme	x		x			x	x	x	x		x		x	x	x	8	2
Qualidade e quantidade na merenda			x			x		x			x	x	x	x	x	6	
Cardápio adequado às crianças																	
Padronização das estruturas físicas																	
Prédios novos e próprios do município		x													x		2
Mais creches																	
Mobiliário adequado																	
Mais vagas																	
Redução de número de alunos por sala	x	x	x	x				x			x		x	x	x	6	
Piso antiderrapante no pátio																	
Salas climatizadas														x	1		
TV e DVD em todas as salas																	
Parque e brinquedos fixos (balançê, gangorra)						x											1
Acessibilidade (creche) para crianças com necessidades																	
Manutenção da estrutura escolar	x	x	x	x				x	x		x			x	x	6	
Transporte para as unidades			x				x	x		x	x		x	x	x	5	
Melhorias dos espaços físicos																	
Segurança - ronda escolar, câmera de monitoramento, sinalização de trânsito.				x		x		x			x		x	x	x	6	
Período integral para FI e FII																	
Creche pólo																	

Manutenção dos brinquedos fixos													
LEVANTAMENTO DE DADOS		Adilza de Oliveira R. Sobral		Anuar Frayha		Carlos Caldeira		Cidade de Naha		Clemente Ferreira		Edmundo Capellari	
Sala de informática				x	x					x			
Recursos tecnológicos para professores				x								x	
Wifi nas salas													
Manutenção dos materiais tecnológicos						x				x		x	
Salas ambientes			x	x									
Materiais adequados para o prof. Ed. física			x										
Material para o professor pesquisar e trabalhar		x											1
Cursos extracurriculares			x	x	x	x	x	x	x	x	x		7
*Profissionais especializados em educação e saúde													
Parceria escola, família e saúde				x			x						2
Qualidade no ensino													
Atividade física para os BI, BII e MI													
Campanha de vacinação nas creches													
Mobiliário adequado para professores													
Profissionais qualificados para trabalhar com crianças													
Formação para as auxiliares de creche					x								1
Plano de carreira para os professores			x									x	2
Valorização do professor e ou funcinonário.	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	11

Momento efetivo para trocas de experiências												X		1																	
LEVANTAMENTO DE DADOS		Adiliza de Oliveira R. Sobral		Anuar Frayha		Carlos Caldeira		Cidade de Nahá		Clemente Ferreira		Edmundo Capellari		Kelma Maria		Maria Guilhermina Machado		Matteo Bei		Monteiro Lobato		Nossa Senhora da Esperança		Padre José de Anchieta		Regina Célia		Vila Jóquei		TOTAL	
Efetivação de sede para prof. substituto segundo listagem de concurso																		x	x	x	x	x	x	x	x	3					
Equiparação de salário PBI/PBII	x			x								x	x	x				x	x	x	x	x	x	x	8						
Curso de especialização e extensão para prof. com parceria			x	x																						2					
Repasso claro do FUNDEB - auditoria					x																					1					
Intercâmbio de informações com outras regiões																															
Profissionais qual. para a educação inclusiva																															
Plano de saúde para as funcionárias em geral						x																				1					
Aumento de salários para auxiliares e funcionários																															
Auxiliares para as EMEI			x		x							x				x			x						4						
Contratação de mais funcionários e estagiários				x	x			x														x			4						
Professores substitutos na unidade				x				x										x		x	x				4						
Integração dos departamentos				x	x	x						x				x									4						
1º ano na EMEI			x																							1					
Reunião com as ATPs nas unidades				x																						1					
Verificar critérios para atribuir professores		x	x													x			x			x			4						
Rever capacitações bimestrais				x														x			x				2						
Capacitações com																															

profissionais especializados																			
Aposentadoria c/ 25 anos de trabalho ind. da idade																	x	1	
LEVANTAMENTO DE DADOS																			
		Adilza de Oliveira R. Sobral																	
		Anuar Frayha																	
		Carlos Caldeira																	
		Cidade de Naha																	
		Clemente Ferreira																	
		Edmundo Capellari																	
		Kelma Maria																	
		Maria Guilhermina Machado																	
		Matteo Bei																	
		Monteiro Lobato																	
		Nossa Senhora da Esperança																	
		Padre José de Anchieta																	
		Regina Célia																	
		Vila Jóquei																	
		TOTAL																	
Concurso para Equipe técnica		x	x													x	4		
Profissionais de apoio/tutoria																x	1		
Normatizar e sistematizar o atendimento do profissional de apoio às crianças com necessidades especiais.			x															1	
Rever critérios para abonos																			

3.1.1.2 DIRETRIZES

Considerando a singularidade da Educação Infantil, é relevante que os profissionais que atuam nesse segmento sejam contemplados com cursos de formação continuada, por meio de imersão na realidade e com espaços de troca, de resgate da autonomia, da amorosidade, da criticidade e da democratização.

O atendimento de qualidade que a população exige e os gráficos demonstraram:

Ambientes que garantam segurança física, portanto devidamente preparados para essa faixa etária, propiciando o desenvolvimento das atividades em locais, seguros, arejados, limpos, devidamente mobiliados, sem nada que possa ferir a criança física e emocionalmente.

Recomenda-se que número de crianças por professor respeite as seguintes proporções: 6 a 8 crianças por professor (crianças de zero a um ano), 15 crianças

por professor (no caso de crianças de dois e três anos) e 20 crianças por professor (no caso de crianças de quatro e cinco anos) O objetivo dessa orientação é possibilitar atenção total e responsável de tal forma que todas recebam cuidados e estímulos necessários ao seu desenvolvimento.

Contato constante com a família para receber e transmitir informações importantes para o desenvolvimento das crianças.

Acolhimento das crianças e de suas famílias, quando do ingresso na instituição, propiciando uma adaptação necessária às especificidades dessa faixa etária, na instituição que as recebe;

Olhar e escuta sensíveis ao comportamento das crianças nas relações que estabelecem entre si, com adultos e nas situações em que se relacionam com diferentes objetos de aprendizagem;

Planejar o trabalho pedagógico, reunindo as equipes de creche e pré-escola e respectivos relatórios dos trabalhos desenvolvidos;

Prever formas de articulação entre equipes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

3.1.1.3 OBJETIVOS E METAS

1. Universalizar até 2016 a Educação Infantil na Pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, em escolas devidamente estruturadas para um atendimento adequado, realizado por profissionais qualificados, que tenham à disposição recursos, equipamentos e materiais didáticos necessários para que o processo de ensino e aprendizagem seja construído sobre bases sólidas para uma educação de qualidade.

2. Ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender no mínimo 50% (cinquenta por cento) as crianças de até 3 anos, até 2016.

Para que a SEDUC possa atender as referidas diretrizes torna-se necessário um pacto entre todos os setores que atendem famílias com filhos nessa idade, para que realizem e cumpram em conjunto um plano de ação referente a essa meta. É preciso não perder de vista que as crianças de zero a três anos estão numa

fase do desenvolvimento em que a fragilidade física e a rápida e intensa necessidade de descobrir o mundo e a elas mesmas exigem cuidados intensos de profissionais qualificados para protegê-las e estimulá-las de tal forma que a creche não seja um depósito de crianças.

3. Criar condições para o acesso à Educação Infantil em tempo integral para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;

O atendimento de crianças de zero a 5 anos pressupõe que os dados sobre essa população sejam corretos e que o tratamento científico deles forneça também possibilidades de localizá-las no município. O mapeamento correto dessa população em crescimento permitirá que a SEDUC desenvolva projetos de incentivo às famílias para que compreendam a importância da educação infantil.

4. Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil. Estimular e estudar possibilidades de auxílio em pós-graduação stricto-senso para professores interessados em pesquisa.

Promover a formação de monitores para creches de crianças de zero a 3 anos em programas de imersão na realidade, acompanhada e orientada por profissionais com experiência nesse nível.

5. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso em programas de transferência de renda em colaboração com as famílias e órgãos públicos.

6. Priorizar o acesso a Educação Infantil e estimular a oferta do atendimento educacional especializado de acordo com as deficiências: transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados, assegurando a educação bilíngüe (libras) para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica.

7. Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades benéficas de Assistência Social, após avaliação completa e profunda das condições do ambiente em relação à segurança e espaço educativo.

8. Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de zero a cinco anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação

com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de seis anos de idade no Ensino Fundamental.

9. Estabelecer contatos entre coordenadores de educação infantil e de ensino fundamental anos iniciais para que a passagem da criança de um nível para outro seja objeto de atividades curriculares especialmente relacionadas à motricidade fina.

10. Implantar até o segundo ano de vigência deste plano (PME), procedimentos avaliativos da Educação Infantil a serem realizados a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento à população de zero a cinco anos.

11. Definir em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de Educação Infantil, segundo o padrão nacional de qualidade.

3.1.2 ENSINO FUNDAMENTAL

Ensino Fundamental com duração mínima de 9 anos, obrigatório e gratuito, conforme artigo 208, garantido pela Constituição Brasileira de 1988. Assim como na LDB, em seu artigo 32, apresenta-se compartilhada em três redes, podendo-se verificar que as matrículas no município reduziram conforme quadro:

Evolução de Matrículas Iniciais por Rede de Ensino

	Total		1 ^a a 4 ^a		5 ^a a 8 ^a	
	2010	2014	2010	2014	2010	2014
Rede de Ensino Municipal	32.067	29.465	22.331	20.463	9.736	9.002
Rede de Ensino Estadual	8.890	8.629	678	728	8.212	7.901

Rede de Ensino Particular	6.946	8.016	3.879	4.765	3.067	3.251
Total	47.903	46.110	26.888	25.956	21.015	20.154

Fonte: Educacenso-2014

QUANTITATIVO DE CRIANÇAS FORA DA ESCOLA, DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS – BRASIL, REGIÕES, ESTADO, MUNICÍPIO	
U.F.	Nº DE CRIANÇAS FORA DA ESCOLA
BRASIL	439 578
SUDESTE	129 235
SÃO PAULO	57 585
SÃO VICENTE	631

Fonte: Educacenso-2014

ENSINO FUNDAMENTAL – EVOLUÇÃO DE MATRÍCULA – SÃO VICENTE - 2012/2015						
REDE	1º AO 5º		6º AO 9º		TOTAL	
	2012	2015	2012	2015	2012	2015
MUNICIPAL	18 170	20 663	7 981	8 953	26 151	29 616

Fonte: Educacenso-2014

Analizando os dados, verifica-se um decréscimo de alunos matriculados no município de São Vicente, denotando que a população está fora das escolas, possivelmente, em razão da redução da migração de outros estados para a região. Essa constatação gera a necessidade de repensar e definir ações emergenciais a serem tomadas na velocidade de São Vicente daqui a 20 anos.

MATRÍCULAS POR IDADE

Matrículas por Idade		
Ano	Idade	TOTAL
2009	6 anos	1340
2008	7 anos	3450
2007	8 anos	3896
2006	9 anos	3958
2005	10 anos	3775
2004	11 anos	3 995
2003	12 anos	3497
2002	13 anos	3103
2001	14 anos	2 602

TOTAL	29616
--------------	-------

Fonte: Educacenso-2014

Matrículas por ano 2008 a 2015

Rede Municipal

Série	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total
2008	4032	4353	4233	2726	4090	3725	3300	3310	2800	32569
2009	3766	4118	4269	4342	3087	3616	3686	2746	2361	31991
2010	4117	4369	4636	4375	4467	1812	2984	2964	2343	32067
2011	4502	4495	4594	4309	4438	2618	1473	2807	2561	31768
2012	4014	4683	4184	4273	4145	2822	2547	1422	2313	30403
2013	3963	4175	4552	4040	4131	2686	2773	2439	1158	29917
2014	2950	4212	4284	4389	4013	2595	2870	2286	1866	29465

Fonte: Educacenso-2014

Observa-se ligeiro decréscimo de alunos atendidos, sendo um grande desafio, continuar com a elevação dos níveis de aprendizagem dos alunos e ao mesmo tempo diminuir os índices de evasão e reprovação.

Aprovação %

	ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS		
	Municipal	Estadual	Particular	Municipal	Estadual	Particular
2010	92.4%	95.4%	97.9%	93.5%	87.1%	96.1%
2011	92.9%	95.1%	98.1%	93.9%	85.6%	96.2%
2012	93.7%	96.6%	97.4%	93.9%	86.8%	95.8%
2013	91.9%	97%	98%	88.8%	88.8%	96.8%

Fonte: Educacenso-2014

Reprovação %

	ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS		
	Municipal	Estadual	Particular	Municipal	Estadual	Particular
2010	7.3%	4.6%	1.9%	6.0%	11.7%	3.8%
2011	6.8%	4.8%	1.9%	5.6%	13.3%	3.7%
2012	6.3%	3.3%	2.6%	5.8%	10.8%	4.2%

2013	8,1%	3%	2%	11,2%	11,2%	3,2%
------	------	----	----	-------	-------	------

Fonte: Educacenso-2014

Evasão Escolar

	ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS		
	Municipal	Estadual	Particular	Municipal	Estadual	Particular
2010	0.3%	0%	0.1%	0.5%	1.2%	0.1%
2011	0.3%	0.2%	0%	0.4%	1.1%	0.1%
2012	0%	0.1%	0%	0.3%	2.4%	0%
2013	0.2%	0%	0.1%	1.6%	1.9%	0.1%

Fonte: Educacenso-2014

Os dados de 2014 não constam, nas tabelas, pois ainda não foram divulgados pela fonte pesquisada.

MATRÍCULAS 2013

ANO 2013	TOTAL DE ESCOLAS	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	EDUCAÇÃO ESPECIAL	EJA	ENSINO MÉDIO
REDE MUNICIPAL	132	3248	6431	21461	9056	384	8070	0
REDE ESTADUAL	24	0	0	714	7273	0	1285	12699

REDE PARTICULAR	91	1479	1764	4482	3299	83	14	2233
TOTAL	247	4727	8195	26657	19628	467	9369	14932

Fonte: Educacenso-2014

MATRÍCULAS 2013 – POR ANO DE ESCOLARIDADE

2013	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
REDE MUNICIPAL	3963	4375	4752	4240	4131	2686	2773	2439	1158
REDE ESTADUAL	82	153	194	120	165	1732	2007	1961	1573
REDE PARTICULAR	980	952	929	831	790	849	865	818	767
TOTAL	5025	5480	5875	5191	5086	5267	5645	5218	3498

Fonte: Educacenso-2014

TAXAS DE RENDIMENTO 2013

	ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS			ENSINO MÉDIO		
	MUNICIPAL	ESTADUAL	PARTICULAR	MUNICIPAL	ESTADUAL	PARTICULAR	MUNICIPAL	ESTADUAL	PARTICULAR
REPROVAÇÃO	7.8%	3%	1,9%	9,6%	9.3%	3.1%	-	4,2%	16.1%
ABANDONO	0.2%	0%	0.1%	1.6%	1.9%	0.1%	-	96.8%	4.3%

APROVAÇÃO	91.9%	97%	98%	88.8%	88.8%	96.8%	-	95.8%	79.6%
-----------	-------	-----	-----	-------	-------	-------	---	-------	-------

Fonte: Educacenso-2014

TAXAS DE RENDIMENTO 2013

Tabela 1 - ANOS INICIAIS

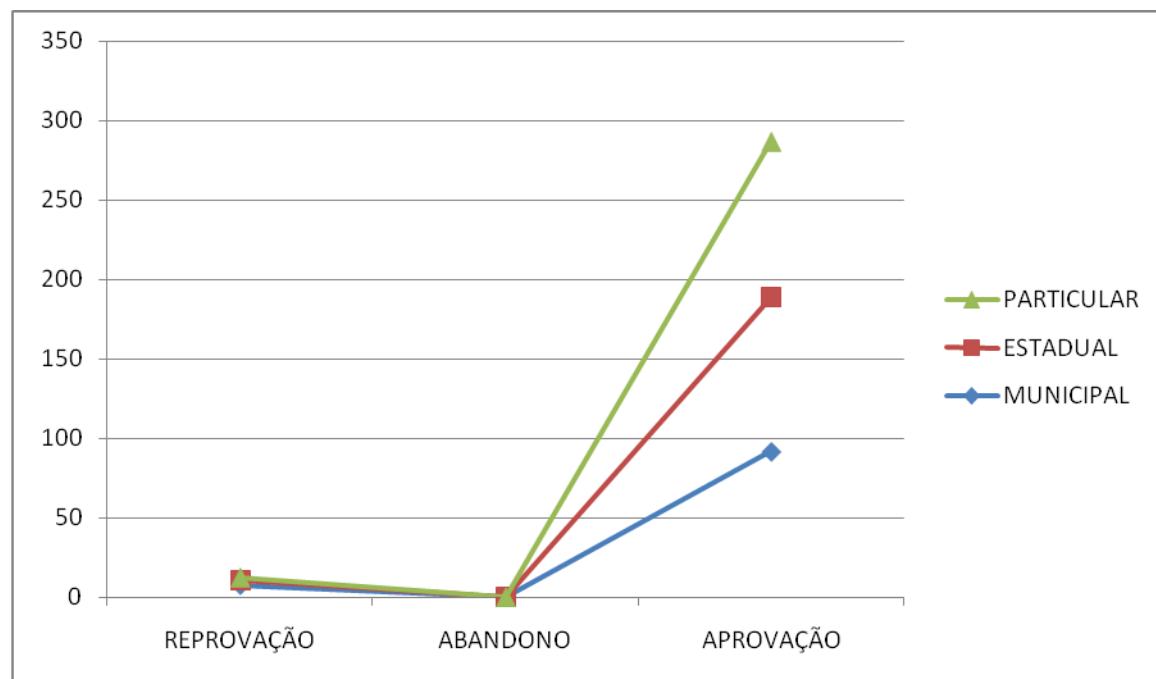
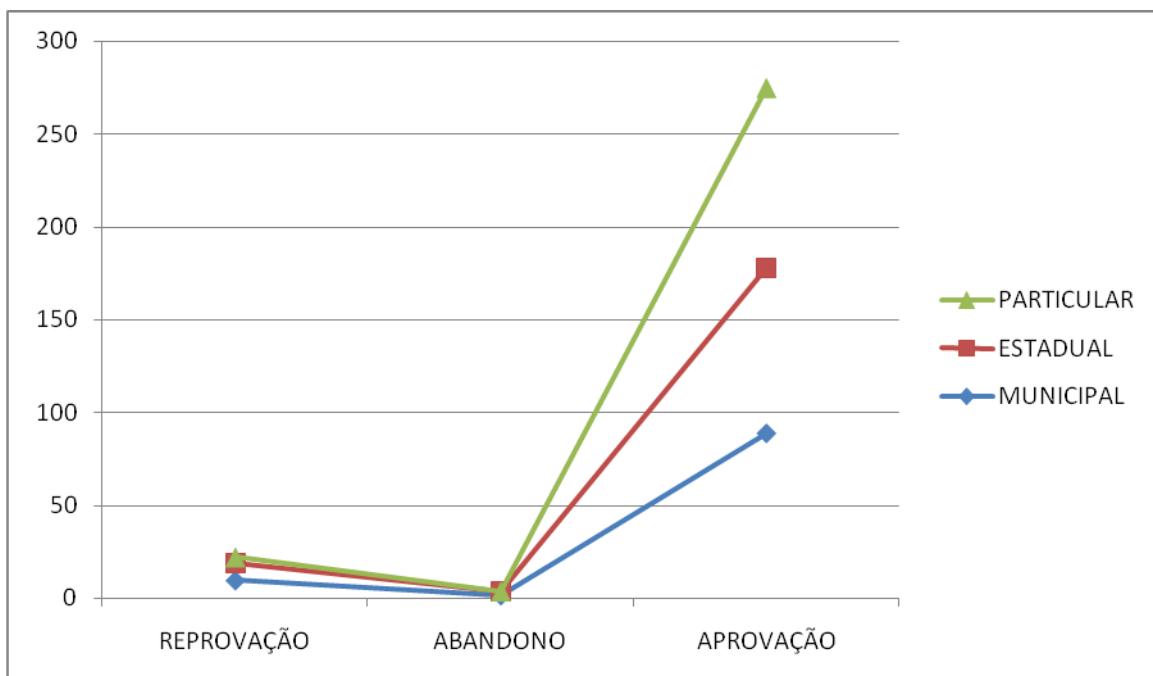
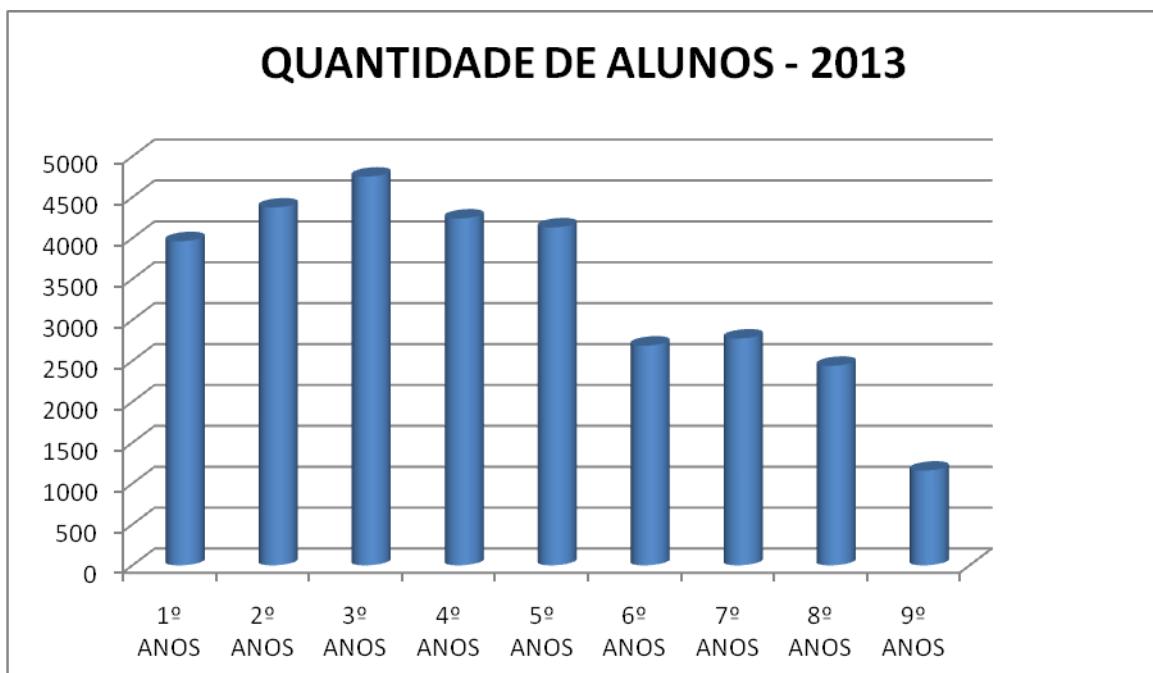


Tabela 2- ANOS FINAIS



Atendimento Fundamental a partir de 06 anos

Tabela 3 - QUANTIDADE DE ALUNOS - 2013



3.1.2.2 DIAGNÓSTICO

3.1.2.2.1 IDEB

O IDEB é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Para fazer essa medição, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) utiliza uma escala que vai de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia.

Criado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (Inep) em 2007, o IDEB sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país:

Fluxo: representa a taxa de aprovação dos alunos;

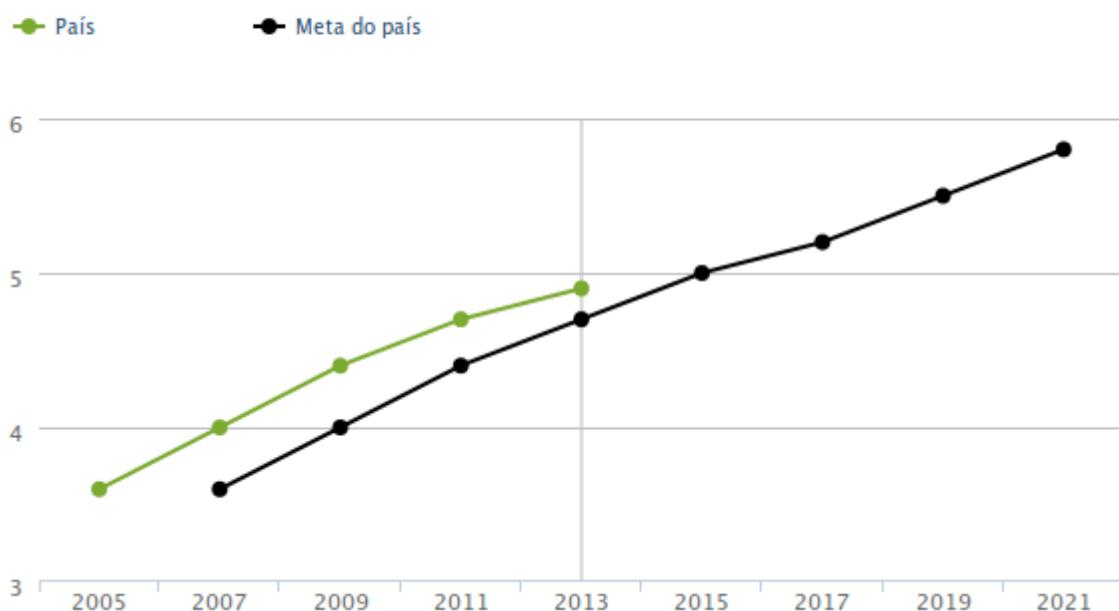
Aprendizado: corresponde ao resultado dos estudantes no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aferido tanto pela Prova Brasil, avaliação censitária do ensino público, e a Aneb, avaliação amostral do Saeb, que inclui também a rede privada.

3.1.2.2 Metas do IDEB

O Brasil possui metas claras para indicar se a educação básica do país está melhorando e avançando com qualidade. Essas metas foram instituídas em 2005 e são aferidas a cada dois anos pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado dois anos depois.

Para verificar se o Brasil vai atingir até 2021 a nota 6.0, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) -, foram instituídas metas bienais, que por sua vez devem ser atingidas não apenas pelo país, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A ideia é que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o país alcance a meta final. Nas páginas das escolas, cidades e estados no QEdy, na aba “IDEB”, você sempre verá o gráfico das metas e dos valores alcançados desde 2005.

EVOLUÇÃO DO IDEB



3.1.2.2.3 Metas intermediárias

O Inep também estabeleceu metas intermediárias, que devem ser alcançadas pelo Brasil, estados, cidades e escolas a cada dois anos, como pode ser percebido na imagem acima. Com início em 2007, essas metas intermediárias foram calculadas a partir de três premissas:

P1: As trajetórias do IDEB, para o Brasil e para todas as redes, têm o comportamento de uma função Logística. Para um dado ‘esforço’ obtêm-se uma melhora cada vez menor do indicador.

P2: As trajetórias do IDEB por rede de ensino devem contribuir para a redução das desigualdades em termos de qualidade educacional. Isso significa que no esforço empregado por cada rede (municipal ou estadual) estarão implícitos os objetivos de atingir as metas intermediárias de curto prazo e alcançar a convergência dos IDEB atingidos pelas redes no médio ou longo prazo.

P3: Para que o Brasil alcance a meta estipulada no tempo adequado, o esforço de cada rede de ensino, estadual ou municipal, deve contribuir, a partir de metas individuais diferenciadas.

Para calcular a trajetória do IDEB, é preciso, além das premissas acima, dispor necessariamente de três das quatro informações:

- (I) valor do IDEB inicial ($t=0$) – último observado;
- (II) valor da meta para o IDEB;
- (III) tempo para atingir a meta;
- (IV) ‘esforço’ ou velocidade empregada.

Projeções do IDEB para o Brasil

- (I) o valor do IDEB em 2005 ($t = 0$) como o valor inicial;
- (II) a meta para o Brasil e;
- (III) tempo para o seu alcance.

Tabela 1 – Brasil: Metas do Ideb por fase de ensino

Fase de ensino	(I) Ideb 2005	(II) Meta Ideb – Brasil (rede pública e privada)	(III) Ano de alcance da meta
1 ^a fase do ensino fundamental	3,8	6,0	2021 ($t = 16$)
2 ^a fase do ensino fundamental	3,5	6,0	2025 ($t = 20$)
Ensino Médio	3,4	6,0	2028 ($t = 23$)

3.1.2.2.4 Projeções do IDEB para estados e municípios

A idéia do governo é reduzir a zero a desigualdade observada no IDEB de estados e municípios brasileiros, de acordo com a premissa o P2, o que não se dará necessariamente no ano em que o Brasil atingir sua meta, mas sim quando o resultado geral do país atingir um valor próximo a seu máximo (9,9).

Para o cálculo das metas intermediárias e final dos estados e municípios, adota-se processo semelhante ao do Brasil. No entanto, no caso do Brasil como um

todo, tomam-se os parâmetros de cálculo com base em um objetivo de curto prazo (atingir a média 6,0 até 2021). Já para definir as trajetórias de estados e municípios, os parâmetros de cálculo foram definidos com base em um objetivo de longo prazo: a convergência entre as redes, momento que todas devem alcançar uma mesma média no IDEB, 9,9.

No caso dos anos iniciais do ensino fundamental, têm-se, então, os seguintes parâmetros, que serão substituídos na equação para calcular o esforço necessário a cada rede i :

- (I) IDEB inicial (2005) de i ;
- (II) Meta = 9,9 (valor escolhido para convergência entre as redes);
- (III) Ano para atingir a meta = 2096 (tempo necessário para o Brasil atingir o IDEB de 9,9, considerando-se o esforço necessário para atingir a meta 6,0 no ano de 2021).

3.1.2.2.5 Por que a nota 6,0?

A definição da meta nacional do IDEB de 6,0 significa que o país deve atingir em 2021, considerando os anos iniciais do ensino fundamental, o nível de qualidade educacional, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação), da média dos países desenvolvidos (média dos países membros da OCDE) observada atualmente.

Segundo o Inep, isso significa progredir do valor nacional 3,8, registrado em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2021. Com isso, espera-se que o Brasil se posicione entre os países com os melhores sistemas de ensino do mundo.

Essa comparação internacional foi possível devido a uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no Pisa (Programme for International Student Assessment) e no Saeb. A partir disso derivou-se a proposta de uma meta de desempenho médio para o Brasil nas avaliações de 2021. A taxa de aprovação sugerida para compor a meta relativa ao IDEB é de 96%.

Fonte: <http://academia.qedu.org.br/ideb/>

SÃO VICENTE - IDEB - DADOS DO MUNICÍPIO						
ANOS INICIAIS						
ANO	APRENDIZADO			FLUXO	IDEB	META
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	MÉDIA			
2009	179,51	204,49	5,13	0,94	4,80	5,00
2011	199,23	222,33	5,83	0,93	5,40	5,40
2013	200,43	216,57	5,74	0,92	5,30	5,60
ANOS FINAIS						
ANO	APRENDIZADO			FLUXO	IDEB	META
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	MÉDIA			
2009	235,45	236,53	4,53	0,95	4,30	4,50
2011	237,94	239,61	4,63	0,94	4,30	4,80
2013	230,87	236,40	4,45	0,89	4,00	5,20
Escala de Aprendizado						
Até o Nível 1	abaixo de 150	Nível 4	de 200 a 224	Nível 7	de 275 a 299	
Nível 2	de 150 a 174	Nível 5	de 225 a 249	Nível 8	de 300 a 324	
Nível 3	de 175 a 199	Nível 6	de 250 a 274	Nível 9	de 325 a 350	
Dados: http://www.qedu.org.br/cidade/2336-sao-vicente/ideb						

OBSERVAÇÕES:

Nos Anos Iniciais, nota-se uma descontinuidade na evolução do IDEB, atingido uma diferença de 0,30 pontos para atingir a meta para o ano de 2013, sendo que a média de aprendizado em Língua Portuguesa apresenta pequena

melhora. Em matemática verificamos um decréscimo de 6 pontos na nota.

O fluxo está em alta linear, atingindo em 2013 a taxa de 8 alunos reprovados a cada 100 alunos matriculados nas escolas municipais de São Vicente.

A rede municipal de São Vicente está no Nível 4 de aprendizagem, tanto no 5º quanto no 9º ano de escolaridade, e em ambas as disciplinas.

Nos anos finais temos um declínio na nota IDEB, desde 2009. As médias de Língua Portuguesa e Matemática também decaíram. Distanciando para mais de 1 ponto na meta do IDEB para o ano de 2013.

SÃO VICENTE - IDEB - DADOS DO MUNICÍPIO										
EVOLUÇÃO DO APRENDIZADO										
ETAPA	DISCIPLINA	SÃO VICENTE			SÃO PAULO			BRASIL		
		2009	2011	2013	2009	2011	2013	2009	2011	2013
5º ANO DE ESCOLARIDADE	LÍNGUA PORTUGUESA	29%	48%	48%	41%	43%	43%	30%	35%	38%
	MATEMÁTICA	32%	47%	42%	42%	43%	50%	28%	31%	32%
9º ANO DE ESCOLARIDADE	LÍNGUA PORTUGUESA	21%	22%	19%	28%	29%	29%	20%	20%	21%
	MATEMÁTICA	7%	8%	7%	14%	15%	15%	9%	11%	10%

Dados: <http://www.gedu.org.br/cidade/2336-sao-vicente/evolucao>

OBSERVAÇÕES:

Nas avaliações do 5º ano de escolaridade do município de São Vicente, percebe-se que há um alinhamento com a média do Estado de São Paulo, com pequenas variações. Se comparado com a média brasileira, verifica-se que o ensino em São Vicente está há dez pontos percentuais acima da média nacional.

Nas avaliações do 9º ano de escolaridade do município de São Vicente, temos, em relação ao Estado de São Paulo nas provas de Língua Portuguesa, notas abaixo da média paulista. As notas são equivalentes se relacionadas à média brasileira. Em matemática que se percebe uma média bem inferior ao Estado de São Paulo e Brasil.

SÃO VICENTE - IDEB - DADOS DO MUNICÍPIO

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA - SÃO VICENTE

	9º ANO	5º ANO		ETAPA	2009	2011	2013
		M	LP				
	41%	23%	27%	26%	INSUFICIENTE		
	52%	56%	41%	45%	BÁSICO		
	7%	19%	26%	22%	PROFIICIENTE		
	0%	2%	6%	7%	AVANÇADO		
2410	2410	2611	2611	TOTAL	PRESENÇA NA PROVA BRASIL	PRESENÇA NA PROVA BRASIL	PRESENÇA NA PROVA BRASIL
1873	1873	2071	2071	REALIZARAM A PROVA BRASIL	78%	79%	80%
				%			
	38%	21%	15%	15%	INSUFICIENTE		
	54%	57%	38%	37%	BÁSICO		
	8%	19%	35%	33%	PROFIICIENTE		
	0%	3%	12%	15%	AVANÇADO		
2561	2561	4638	4638	TOTAL	PRESENÇA NA PROVA BRASIL	PRESENÇA NA PROVA BRASIL	PRESENÇA NA PROVA BRASIL
2264	2264	4232	4232	REALIZARAM A PROVA BRASIL	88%	88%	91%
				%			
	41%	30%	18%	15%	INSUFICIENTE		
	52%	51%	40%	37%	BÁSICO		
	7%	17%	32%	33%	PROFIICIENTE		
	0%	2%	10%	15%	AVANÇADO		
					Não foi possível calcular taxa de participação		
						Não foi possível calcular taxa de participação	
					4131	4131	TOTAL
					3423	3423	REALIZARAM A PROVA BRASIL
					83%	83%	%

LEGENDA: DISCIPLINA - LP / LÍNGUA PORTUGUESA -- M / MATEMÁTICA

ESCALA DE APRENDIZADO

AVANÇADO	Aprendizado além da expectativa. Recomenda-se para os alunos deste nível atividades desafiadoras.
PROFIICIENTE	Os alunos neste nível encontram-se preparados para continuar os estudos. Recomenda-se atividades de aprofundamento.
BÁSICO	Os alunos neste nível precisam melhorar. Sugere-se atividades de reforço.
INSUFICIENTE	Os alunos neste nível apresentam pouquíssimo aprendizado. É necessária a recuperação de conteúdos.

Nota: Essa classificação qualitativa foi definida por Chico Soares com base na escala do SAEB. Essa classificação não é oficial.

Dados: <http://www.qedu.org.br/cidade/2336-sao-vicente/ideb>
<http://www.qedu.org.br/cidade/2336-sao-vicente/proficiencia>

OBSERVAÇÕES:

Nota-se que os alunos do 5º ano de escolaridade, desde 2009 se encontram, em sua maioria percentual na escala de aprendizado básico e proficiente, demandando uma atenção especial para atividades de aprofundamento conceitual e de reforço tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Os alunos em nível avançado de aprendizado constituem aproximadamente 12% daqueles que realizaram a prova em 2013.

No 9º ano de escolaridade, as notas se concentram na escala de ineficiência e aprendizagem básica, demandando uma ação efetiva do poder público para o ensino nos anos finais de escolaridade. 2% dos alunos na prova de Língua Portuguesa e 0% das de Matemática apresentaram conhecimento avançado nas referidas disciplinas.

Observa-se que o número de alunos atendidos nos anos de escolaridade permaneceu, aproximadamente, semelhante aos números de 2009 até 2013.

SÃO VICENTE - ENEM 2014 - DADOS DO MUNICÍPIO									
Escola	Taxa de participação	Participantes	Dados são representativos	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Linguagens e Códigos	Matemática	Redação	
CELLULA MATER COLÉGIO UNIDADE II	58,33%	7	Não	535,4	486,3	541,2	531,3	511,4	
CRUZ AZUL DE SÃO PAULO	56,25%	9	Não	557,3	513,2	554,2	549	548,9	
FORTEC ESCOLA TÉCNICA UNID IV	54,86%	96	Sim	520	489,5	508,2	531,9	515,2	
FORTEC ESCOLA TÉCNICA UNIDADE I	100,00%	23	Sim	568,6	503,8	541,5	597,9	586,1	
HENRIQUE OSWALD	72,73%	8	Não	537	466,1	533,2	487,2	535	
INTEGRAÇÃO COLÉGIO UNIDADE II	70,77%	46	Sim	523,3	495,1	524,7	554,4	562,2	
ITA	70,00%	14	Sim	522,1	473,6	523,4	522,2	561,4	

SÃO VICENTE - ENEM 2014 - DADOS DO MUNICÍPIO									
Escola	Taxa de participação	Participantes	Dados são representativos	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Linguagens e Códigos	Matemática	Redação	
MARIO COVAS JUNIOR GOVERNADOR	59,57%	56	Sim	514	456,6	494,4	515,6	515,7	
MARTIM AFONSO	54,63%	112	Sim	518,2	467,4	508,2	502,3	518,4	
NOTRE DAME COLÉGIO UNIDADE III	70,59%	36	Sim	577,7	554,5	563,5	594	582,8	
OBJETIVO DO LITORAL CENTRO EDUCACIONAL UNIDADE VIII	81,25%	26	Sim	597,4	545,5	565,8	620,7	647,7	
OSWALDO DOS SANTOS SOARES PROFESSOR DOUTOR	57,26%	71	Sim	487	458,7	479,8	490,5	498,9	
RUTH CARDOSO DOUTORA	96,30%	78	Sim	627,7	541,1	585,6	616,7	633,1	
SÃO VICENTE ATENEU	58,33%	7	Não	551,1	490,7	534,7	520,6	540	
VERDE QUE TE QUERO VERDE	61,11%	11	Sim	574,6	548,9	557,6	601,9	574,6	
ZULMIRA DE ALMEIDA LAMBERT PROFESSORA	63,33%	19	Sim	484,4	441,8	488,6	493,2	455,8	
<i>Dados: http://www.qedu.org.br/cidade/2336-sao-vicente/enem</i>									

3.1.2.3. A vez e a voz da comunidade do Ensino Fundamental

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

ASPECTOS PEDAGÓGICOS Melhoria na qualidade das aulas	ESCOLAS									TOTAL
	ANTÓNIO F. REIS	ANTÓNIO PACÍFICO	AUGUSTO S. HILAIRE	PROF. CONSTANTE	CAIC	DUQUE DE CAXIAS	ERCÍLIA N. COBRA	EULINA TRINDADE	FRANCISCO MARTINS	
Apostilas para os alunos dos anos iniciais	X				X					2
Implantação de período integral	X	X	X		X					4
Professor de informática em todas as escolas.	X	X		X					X	4
Língua estrangeira nos anos iniciais.	X	X							X	3
Melhorar os recursos pedagógicos e tecnológicos.	X	X			X	X		X		5
Professores substitutos e plantonista nas escolas.		X	X	X	X		X	X	X	8
Unificar a carga horária de todas as escolas para 5 horas.				X	X					2
Criação de bibliotecas									X	1
Aulas de música.										
Estagiários e/ou profissionais de psicologia, fonoaudiologia, ciências sociais e pedagogia.		X			X		X		X	5
Menor quantidade de alunos por turma.	X	X		X	X		X	X	X	7
Reforço escolar.						X				1
Doação de notebooks e/ou tablets aos docentes e alunos.	X			X					X	3
Lousa digital em todas as salas.	X			X					X	3
Cursos de formação continuada para os professores.	X	X		X	X				X	6
Profissional de apoio para todos os alunos inclusos.				X	X		X			3
Orientador pedagógico nas escolas.					X				X	2
Atribuição dos profissionais de apoio antes do inicio do ano letivo.									X	1
Sala de multimídia, de artes, teatro, multifuncional, laboratório de informática e Ciências.	X	X		X	X				X	6
Verbas anuais para passeios culturais.						X			X	2
Suporte financeiro para aperfeiçoamento	X								X	2

profissional (Mestrado e Doutorado).													
Reformulação do Programa de Ensino.													
ASPECTOS PEDAGÓGICOS													ESCOLAS
Melhoria na qualidade das aulas													
Conselho Tutelar atuante.		X											ANTÔNIO F. REIS
Professor auxiliar na sala de aula.	X	X											ANTÔNIO PACÍFICO
Formalização e estruturação do cargo de intérprete.			X										AUGUSTO S. HILAIRE
Concentrar o curso do EJA (1º ao 9º) na mesma escola.													PROF. CONSTANTE
Numero suficiente de profissionais para o DAPP itinerante para atender todas as escolas.													CAIC
Revisão da grade curricular.													DUQUE DE CAXIAS
Professor especialista em Arte.													ERCÍLIA N. COBRA
Livros consumíveis e em quantidades adequadas para todos os anos de escolaridade de acordo com o Programa de Ensino.													EULINA TRINDADE
Salas de aceleração para alunos com distorção idade- série.													FRANCISCO MARTINS
Parcerias entre as Secretarias de Educação e Saúde e Meio ambiente.													GILSON K. MONTEIRO
													JACOB A. CAMARA
													TOTAL

ASPECTOS PEDAGÓGICOS													ESCOLAS
Melhoria na qualidade das aulas													
Apostilas para os alunos dos anos iniciais			X										JONAS RODRIGUES
Implantação de período integral	X	X	X			X		X	X				JORGE B. SENRA
Professor de informática em todas as	X		X			X		X					JOSÉ MEIRELLES
													LAURA FILgueiras
													LEONOR G. A. STOFFEL
													LuÍS BENeditino
													LuÍZ PINHO
													MANOEL. N. JÚNIOR
													MARIA DE L. BATISTA
													MARIA MATHILDE
													MAURO AP. GODOY
													MÁRIO COVAS
													TOTAL

escolas.												
Língua estrangeira nos anos iniciais.	X				X			X		X		4

ASPECTOS PEDAGÓGICOS (Melhoria na qualidade das aulas)	ESCOLAS											TOTAL	
	JONAS RODRIGUES	JORGE B. SENRA	JOSÉ MEIRELLES	LAURA FILgueiras	LEONOR G.A STOFFEL	Luís BENeditino	LUIZ PINHO	MANOEL. N. JÚNIOR	MARIA DE L. BATISTA	MARIA MATHILDE	MAURO AP. GODOY	MÁRIO COVAS	
Melhorar os recursos pedagógicos e tecnológicos.	X	X	X		X					X		X	6
Professores substitutos e plantonista nas escolas.		X		X	X	X	X	X		X	X		8
Unificar a carga horária de todas as escolas para 5 horas.	X	X			X						X		4
Criação de bibliotecas	X	X			X	X						X	5
Aulas de música.	X				X							X	3
Estagiários e/ou profissionais de psicologia, fonoaudiologia, ciências sociais e pedagogia.	X				X		X	X	X			X	6
Menor quantidade de alunos por turma.		X	X	X	X	X		X	X		X	X	9
Reforço escolar.	X		X		X	X					X		5
Doação de notebooks aos e/ou tablets aos docentes e alunos.	X				X								2
Lousa digital em todas as salas.	X	X			X	X					X	X	6
Cursos de formação continuada para os professores.	X		X	X	X	X	X				X	X	8
Profissional de apoio para todos os alunos inclusos.			X			X	X		X			X	5
Orientador pedagógico nas escolas.		X	X			X		X			X	X	6
Atribuição dos profissionais de apoio antes do inicio do ano letivo.													
Sala de multimídia, de artes, teatro, multifuncional, laboratório de informática e Ciências.		X	X			X	X					X	5
Verbas anuais para passeios culturais.			X			X					X		3
Suporte financeiro para aperfeiçoamento profissional (Mestrado e Doutorado).	X	X	X					X			X		5
Reformulação do Programa de							X		X		X		3

Ensino.														
Conselho Tutelar atuante.							X	X		X		X		4
Professor auxiliar na sala de aula.							X	X	X			X		4
ESCOLAS														
ASPECTOS PEDAGÓGICOS Melhoria na qualidade das aulas	JONAS RODRIGUES	JORGE B. SENRA	JOSÉ MEIRELLES	LAURA FILGUEIRAS	LEONOR G. A. STOFFEL	LUÍS BENEDITINO	LUIZ PINHO	MANOEL. N. JÚNIOR	MARIA DE L. BATISTA	MARIA MATHILDE	MAURO AP. GODOY	MÁRIO COVAS		
Formalização e estruturação do cargo de intérprete.					X									1
Concentrar o curso do EJA (1º ao 9º) na mesma escola.							X				X		X	2
Número suficiente de profissionais para o DAPP itinerante para atender todas as escolas.												X		1
Revisão da grade curricular.	X											X		2
Professor especialista em Arte.					X			X						1
Livros consumíveis e em quantidades adequadas para todos os anos de escolaridade de acordo com o Programa de Ensino.		X				X								2
Salas de aceleração para alunos com distorção idade- série.						X								1
Parcerias entre as Secretarias de Educação e Saúde e Meio ambiente.	X													1

ASPECTOS PEDAGÓGICOS Melhoria na qualidade das aulas	ESCOLAS													
	OCTÁVIO DE CÉSARE	PASTOR JOAQUIM R.	PROVÍNCIA DE OKINAWA	RAQUEL DE CASTRO	RAUL R. DO AMARAL	RENAN A. LEITE	SAULO T. M. DE MELLO	SEBASTIÃO R. DA SILVA	UNIÃO CÍVICA	VERA LÚCIA M. MASSIS	VILA EMA			
Apostilas para os alunos dos anos iniciais														04
Implantação de período integral	X	X	X		X			X	X	X				19
Professor de informática em todas as escolas.		X		X		X		X						14
Língua estrangeira nos anos iniciais.														08
Melhorar os recursos pedagógicos e					X	X					X			14

tecnológicos.													
Professores substitutos e plantonista nas escolas.	X	X	X				X		X				21
ESCOLAS													
ASPECTOS PEDAGÓGICOS Melhoria na qualidade das aulas	OCTAVIO DE CÉSARE	PASTOR JOAQUIM R.	PROVÍNCIA DE OKINAWA	RAQUEL DE CASTRO	RAUL R. DO AMARAL	RENANA. LEITE	SAULO T. M. DE MELLO	SEBASTIÃO R. DA SILVA	UNIÃO CÍVICA	VERA LÚCIA M. MASSIS	VILA EMA		TOTAL
Unificar a carga horária de todas as escolas para 5 horas.								X					07
Criação de bibliotecas													06
Aulas de música.	X					X							05
Estagiários e/ou profissionais de psicologia, fonoaudiologia, ciências sociais e pedagogia.	X	X			X	X				X			16
Menor quantidade de alunos por turma.	X	X		X				X		X			21
Reforço escolar.								X		X			08
Doação de notebooks e/ou tablets aos docentes e alunos.													05
Lousa digital em todas as salas.	X					X							11
Cursos de formação continuada para os professores.		X	X	X		X	X		X				20
Profissional de apoio para todos os alunos inclusos.	X		X		X		X	X			X		14
Orientador pedagógico nas escolas.	X	X											11
Atribuição dos profissionais de apoio antes do início do ano letivo.			X										02
Sala de multimídia, de artes, teatro, multifuncional, laboratório de informática e Ciências.				X			X	X					14
Verbas anuais para passeios culturais.						X							06
Suporte financeiro para aperfeiçoamento profissional (Mestrado e Doutorado).						X	X						09
Reformulação do Programa de Ensino.													04
Conselho Tutelar atuante.						X							08
Professor auxiliar na sala de aula.	X		X										09
Formalização e estruturação do cargo de intérprete.													02
Concentrar o curso do EJA (1º ao 9º) na mesma escola.													02

Número suficiente de profissionais para o DAPP itinerante para atender todas as escolas.	ESCOLAS										01
	OCTÁVIO DE CÉSARE	PASTOR JOAQUIM R.	PROVÍNCIA DE OKINAWA	RAQUEL DE CASTRO	RAUL R. DO AMARAL	RENAN A. LEITE	SAULO T. M. DE MELLO	SEBASTIÃO R. DA SILVA	UNIÃO CÍVICA	VERA LÚCIA M. MASSIS	
ASPECTOS PEDAGÓGICOS Melhoria na qualidade das aulas											
Revisão da grade curricular.						X					03
Professor especialista em Arte.											01
Livros consumíveis e em quantidades adequadas para todos os anos de escolaridade de acordo com o Programa de Ensino.								X			04
Salas de aceleração para alunos com distorção idade- série.											01
Parcerias entre as Secretarias de Educação e Saúde e Meio ambiente.	X										02

ASPECTOS ESTRUTURAIS	ESCOLAS										TOTAL	
	ALBERTO S. DUMONT	ANTÔNIO F. REIS	ANTÔNIO PACÍFICO	AUGUSTO S. HILAIRE	PROF. CONSTANTE	CAIC	DUQUE DE CAXIAS	ERCÍLIA N. COBRA	EULINA TRINDADE	FRANCISCO MARTINS	GILSON K. MONTEIRO	JACOB A. CAMARA
Uniforme escolar gratuito	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10
Material escolar gratuito	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		9
Melhor qualidade da merenda escolar	X	X	X	X	X			X	X		X	8
Adequação e manutenção dos prédios escolares		X		X	X	X		X	X	X	X	8
Segurança com monitoramento e guarda municipais, controle de frequência pela internet.		X	X	X	X	X		X	X	X	X	9
Acessibilidade						X			X			2
Construção de novas unidades escolares e adequação por níveis de ensino				X		X	X		X	X		5
Asfalto das vias em torno da escola												
Iluminação adequada interna e externa												
Reforma e/ou construção de quadras esportivas			X	X	X	X	X	X	X	X	X	8
Limpeza e reforma na parte interna e externa da escola			X					X			X	3
Construção de área de lazer						X		X				2
Transporte gratuito para os alunos					X	X						2
Padronização dos prédios escolares									X			1
Filtro de água central para os alunos											X	1
Aquisição e manutenção de mobiliário adequado incluindo armários para os alunos						X	X					2
Cota de Xerox			X									1
Ar condicionado em todas as salas			X	X		X				X	X	5
Acabar com o apadrinhamento nas escolas						X						1

ASPECTOS ESTRUTURAIS	ESCOLAS										TOTAL
	JONAS RODRIGUES	JORGE B. SENRA	JOSÉ MEIRELLES	LAURA FILGUEIRAS	LEONOR G. A. STOFFEL	LUÍS BENEDITINO	LUIZ PINHO	MANOEL. N. JÚNIOR	MARIA DE L. BATISTA	MARIA MATHILDE	
Uniforme escolar gratuito	X	X			X	X	X	X			7
Material escolar gratuito	X	X	X	X	X	X	X			X	X
Melhor qualidade da merenda escolar (café da manhã, almoço, lanche da tarde etc.).	X		X			X	X			X	X
Adequação e manutenção dos prédios escolares	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
Segurança com monitoramento e guarda municipais, controle de frequência pela internet.	X	X		X		X	X	X			X
Acessibilidade		X	X								
Construção de novas unidades escolares e adequação por níveis de ensino		X	X		X		X				
Asfalto das vias em torno da escola					X						1
Iluminação adequada interna e externa	X				X						X
Reforma e/ou construção de quadras esportivas		X			X		X			X	X
Limpeza e reforma na parte interna e externa da escola	X										
Construção de área de lazer						X					1
Transporte gratuito para os alunos	X						X		X		3
Padronização dos prédios escolares											
Filtro de água central para os alunos											
Aquisição e manutenção de mobiliário adequado incluindo armários para os alunos		X				X	X				X
Cota de Xerox						X					X
Ar condicionado em todas as salas						X	X				X
Acabar com o apadrinhamento nas escolas											

ASPECTOS ESTRUTURAIS	ESCOLAS										TOTAL
	OCTÁVIO DE CÉSARE	PASTOR JOAQUIM R. PROVÍNCIA DE OKINAWA	RAQUEL DE CASTRO	RAUL R. DO AMARAL	RENAN A. LEITE	SAULO T. M. DE MELLO	SEBASTIÃO R. DA SILVA	UNIÃO CÍVICA	VERA LÚCIA M. MASSIS	VILA EMA	
Uniforme escolar gratuito	X	X	X	X	X	X	X			X	24
Material escolar gratuito	X	X	X	X	X	X	X			X	27
Melhor qualidade da merenda escolar (café da manhã, almoço, lanche da tarde, etc.).	X		X	X	X		X	X		X	21
Adequação e manutenção dos prédios escolares	X	X		X		X	X			X	25
Segurança com monitoramento e guarda municipais, controle de frequência pela internet.	X	X			X			X			20
Acessibilidade	X		X	X							08
Construção de novas unidades escolares e adequação por níveis de ensino					X	X				X	12
Asfalto das vias em torno da escola						X					02
Iluminação adequada interna e externa											03
Reforma e/ou construção de quadras esportivas		X	X			X				X	17
Limpeza e reforma na parte interna e externa da escola											04
Construção de área de lazer											03
Transporte gratuito para os alunos				X	X					X	08
Padronização dos prédios escolares											01
Filtro de água central para os alunos											01
Aquisição e manutenção de mobiliário adequado incluindo armários para os alunos		X									07
Cota de Xerox											03
Ar condicionado em todas as salas		X								X	11
Acabar com o apadrinhamento nas escolas											01

REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO QUANTO AO PLANO DE CARREIRA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS ESCOLAS	ESCOLAS									TOTAL
	ANTÔNIO F. REIS	ANTÔNIO PACÍFICO	AUGUSTO S. HILAIRE	PROF. CONSTANTE	CAIC	DUQUE DE CAXIAS	ERCÍLIA N. COBRA	EULINA TRINDADE	FRANCISCO MARTINS	
Valorização dos funcionários da APM, salários dignos e admissão via concurso público.	X				X				X	3
Reavaliar os critérios de classificação para escolha de classes.					X		X			2
Equiparação salarial de PEBI e PEBII		X	X		X				X	4
Gratificação mensal para quem tem títulos			X		X				X	3
Concurso de acesso para o quadro de magistério		X			X					2
Aumento do número de funcionários			X			X				2
Melhorar o atendimento na Caixa de Saúde		X	X						X	3
Implantação de um novo Plano de Carreira		X	X	X				X	X	5
Atuação eficaz e transparência na prestação de contas do FUNDEB e repasse dos valores para os professores.					X		X			2
Licença acadêmica remunerada para realização de cursos de mestrados e doutorado.				X						1
Fixação de sede após período probatório				X		X				2
Respeitar o tempo de probatório para assumir outro cargo										
Avaliação psicológica e física mais rígida na admissão dos professores e com frequência					X	X				2
Aumento do piso salarial para o professor se dedicar a um período						X				1
Cartão benefício para refeição e compras										
Vale transporte sem desconto										

Rever os critérios para concessão de bônus assiduidade.						X								1
Gratificação por insalubridade														
Reformulação do Estatuto e Regimento escolar				X										1
Criação de Centro de atendimento ao professor														
Garantia de creche para os filhos de funcionários														

REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO QUANTO AO PLANO DE CARREIRA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS ESCOLAS	ESCOLAS												TOTAL
	JONAS RODRIGUES	JORGE B. SENRA	JOSÉ MEIRELLES	LAURA FILGUEIRAS	LEONOR G.A. STOFFEL	LUÍS BENEDITINO	LUIZ PINHO	MANOEL. N. JÚNIOR	MARIA DE L. BATISTA	MARIA MATHILDE	MAURO AP. GODOY	MÁRIO COVAS	
Valorização dos funcionários da APM, salário dignos e admissão via concurso público.		X	X	X							X		4
Reavaliar os critérios de classificação para escolha de classes.					X								1
Equiparação salarial de PEBI e PEBII	X	X	X		X	X	X		X	X	X		9
Gratificação mensal para quem tem títulos	X	X	X	X	X	X	X						7
Concurso de acesso para o quadro de magistério			X		X						X		3
Aumento do número de funcionários					X		X					X	3
Melhorar o atendimento na Caixa de Saúde												X	1
Implantação de um novo Plano de Carreira		X	X					X			X		4
Atuação eficaz e transparência na prestação de contas do FUNDEB e repasse dos valores para os professores.	X	X								X	X		4
Licença acadêmica remunerada para realização de cursos de mestrados e doutorado.										X			1

REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO QUANTO AO PLANO DE CARREIRA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS ESCOLAS	ESCOLAS											
	JONAS RODRIGUES	JORGE B. SENRA	JOSÉ MEIRELLES	LAURA FILGUEIRAS	LEONOR G.A. STOFFEL	LUÍS BENEDITINO	LUIZ PINHO	MANOEL. N. JÚNIOR	MARIA DE L. BATISTA	MARIA MATHILDE	MAURO AP. GODOY	MÁRIO COVAS
Fixação de sede após período probatório	X	X			X							3
Respeitar o tempo de probatório para assumir outro cargo										X		1
Avaliação psicológica e física mais rígida na admissão dos professores e com frequência			X									1
Aumento do piso salarial para o professor se dedicar a um período												
Cartão benefício para refeição e compras												
Vale transporte sem desconto												
Rever os critérios para concessão de bônus assiduidade.	X											1
Gratificação por insalubridade			X									1
Reformulação do Estatuto e Regimento escolar			X	X							X	3
Criação de Centro de atendimento ao professor		X										1
Garantia de creche para os filhos de funcionários.				X								1

REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO QUANTO AO PLANO DE CARREIRA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS ESCOLAS	ESCOLAS										TOTAL
	OTÁVIO DE CÉSARE	PASTOR JOAQUIM	PROV. DE OKINAWA	RAQUEL DE CASTRO	RAUL R. DO AMARAL	RENAN A. LEITE	SAULO T. M. DE MELLO	SEBASTIÃO R. DA SILVA	UNIÃO CÍVICA	VERA LÚCIA M. MASSIS	
Valorização dos funcionários da APM, salário dignos e admissão via concurso público.	X		X								09
Reavaliar os critérios de classificação para escolha de classes.	X									X	05
Equiparação salarial de PEBI e PEBII		X			X			X	X		17
Gratificação mensal para quem tem títulos					X		X	X		X	14
Concurso de acesso para o quadro do magistério							X			X	05
Aumento do número de funcionários		X				X					05
Melhorar o atendimento na Caixa de Saúde							X				06
Implantação de um novo Plano de Carreira		X		X	X		X				13
Atuação eficaz e transparência na prestação de contas do FUNDEB e repasse dos valores para os professores.	X						X			X	08
Licença acadêmica remunerada para realização de cursos de mestrados e doutorado.											02
Fixação de sede após período probatório				X				X		X	08
Respeitar o tempo de probatório para assumir outro cargo											01
Avaliação psicológica e física mais rígida na admissão dos professores e com frequência		X			X						05
Aumento do piso salarial para o professor se dedicar a um período											01

Cartão benefício para refeição e compras									X					01
Vale transporte sem desconto									X					01
Rever os critérios para concessão de bônus assiduidade.					X				X			X		05
Gratificação por insalubridade														02
Reformulação do Estatuto e Regimento escolar							X		X					06
Criação de Centro de atendimento ao professor														01
Garantia de creche para os filhos de funcionários														01

Quantidade de participantes na elaboração do Plano Municipal de Educação	ALBERTO S. DUMONT	ANTÔNIO F. REIS	ANTÔNIO PACÍFICO	AUGUSTO S. HILAIRE	CAC	CONSTANTE L. C. HOLIMONT	DUQUE DE CAXIAS	ERCÍLIA N. COBRA	EULINA TRINDADE	FRANCISCO MARTINS	GILSON K. MONTEIRO	JACOB A. CAMARA	
Professores	00	26	50	46	50	25	40	04	09	15	32	19	
Funcionários e equipe	00	10	18	12	18	13	05	05	07	05	09	16	
País de alunos	00	30	120	290	45	80	10	11	89	50	80	130	
Alunos	00	00	00	00	00	00	05	00	00	00	00	00	
Total	00	66	188	348	113	118	60	20	105	70	121	165	

Quantidade de participantes na elaboração do Plano Municipal de Educação	JONAS RODRIGUES	JORGE B. SENRA	JOSÉ MEIRELES	LAURA FILGUEIRAS	LEONOR G. A. STOFFEL	LUIZ BENEDITINO	LUIZ PINHO	MANOEL N. JÚNIOR	MARIA DE LOURDES BATISTA	MARIA MATHILDE	MAURO AP. GODOY	MÁRIO COVAS
Professores	30	69	31	22	30	25	43	42	39	16	19	25
Funcionários e equipe	15	26	17	18	12	08	19	15	19	09	00	09
Pais de alunos	500	520	30	37	300	20	300	400	550	75	06	26
Alunos	20	400	00	0	00	00	00	00	00	00	00	10
Total	565	1015	78	77	342	53	362	457	608	100	25	70

Quantidade de participantes na elaboração do Plano Municipal de Educação	OCTÁVIO DE CÉSARE	PASTOR JOAQUIM R. DA SILVA	PROVÍNCIA DE OKINAWA	RAQUEL DE CASTRO	RAUL ROCHA DO AMARAL	RENAN ALVES LEITE	SAULO T.M. DE MELLO	SEBASTIÃO R. DA SILVA	UNIÃO CÍVICA FEMININA	VERA LÚCIA M. MASSIS	VILA EMA
Professores	11	47	15	16	13	32	42	24	29	19	21
Funcionários e equipe	13	11	11	13	00	05	00	10	23	00	13
Pais de alunos	120	528	100	200	32	10	166	200	43	161	06
Alunos	15	00	00	00	00	20	00	00	00	50	00
Total	159	586	126	229	45	65	208	234	95	230	40

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

LEVANTAMENTO DE DADOS	CAROLINA DANTAS	CENTRO MUN. EDUC. SUPLETIVA I - área insular – CESIN – EF / EM	CENTRO MUN. EDUC. SUPLETIVA II - área cont. – CESCON – EF / EM	DUQUE DE CAXIAS	MARIO COVAS JUNIOR	RAUL ROCHA DO AMARAL	REPÚBLICA DE PORTUGAL	SAULO DE TARSO M. DE MELLO	VERA LÚCIA MACHADO MASSIS	TOTAL
Construção e / ou adequação de escolas	X	X	X	X	X	X	X	X		08
Manutenção periódica das escolas	X				X	X		X		04
Instalação e manutenção de bebedouros					X	X				02
Climatização e iluminação				X	X	X		X		04
Quadra esportiva – Reforma e cobertura	X			X	X			X		04
Espaço para manifestações artísticas								X		01
Aquisição e manutenção de mobiliário					X	X				02
Merenda (Qualidade)						X				01
Acessibilidade e Mobilidade		X					X	X		03
Equipamentos tecnológicos / manutenção	X	X	X	X	X		X	X		07
Salas multifuncionais				X	X		X		X	04
Demanda				X						01
Redução do número de alunos por sala de aula	X				X	X	X			04
Ampliação das salas da EJA			X		X		X			03
Materiais pedagógicos		X	X		X	X		X		05
Equipamentos tecnológicos para professores e gestores	X									01
Materiais e equipamentos para as práticas de Educação Física					X					01
Laboratório de Ciências da Natureza		X	X	X	X			X		05

LEVANTAMENTO DE DADOS	CAROLINA DANTAS	CENTRO MUN. EDUC. SUPLETIVA I - área insular – CESIN – EF / EM	CENTRO MUN. EDUC. SUPLETIVA II - área cont. – CESCON – EF / EM	DUQUE DE CAXIAS	MARIO COVAS JUNIOR	RAUL ROCHA DO AMARAL	REPÚBLICA DE PORTUGAL	SAULO DE TARSO M. DE MELLO	VERA LÚCIA MACHADO MASSIS	TOTAL
Laboratório de Informática			x	x				x		03
Salas de Arte	x	x								02
Inglês e Espanhol desde os anos iniciais até os finais	x			x						02
Aulas de música	x			x				x		03
Formação Continuada	x	x	x	x	x	x	x	x		08
Formação para bibliotecário					x					01
Bolsas (Mestrado e Doutorado)					x		x	x		03
Identidade pedagógica da rede (melhorias das práticas pedagógicas)						x			x	02
Jornada escolar: tempo integral					x	x	x		x	04
Treinamento em Educação Física no contra turno					x	x	x			03
Profissionais especializados (psicólogos, assistentes sociais e fonoaudiólogos)	x	x			x			x		04
Professores eventuais na unidade					x			x		02
Contratação de professores de Informática, Educação Física e Artes					x					01
Professor Tutor para alunos inclusos				x	x	x				03
Atendimento psicológico e assistência social aos profissionais de ensino			x							
Uniforme e material escolar	x	x	x	x	x			x		06
Transporte escolar diário e para atividades extraclasses		x		x						02

LEVANTAMENTO DE DADOS	CAROLINA DANTAS	CENTRO MUN. EDUC. SUPLETIVA I - área insular – CESIN – EF / EM	CENTRO MUN. EDUC. SUPLETIVA II - área cont. – CESCON – EF / EM	DUQUE DE CAXIAS	MARIO COVAS JUNIOR	RAUL ROCHA DO AMARAL	REPÚBLICA DE PORTUGAL	SAULO DE TARSO M. DE MELLO	VERA LÚCIA MACHADO MASSIS	TOTAL
Segurança: Guarda Municipal, Ronda Escolar e Câmeras de monitoramento	x	x		x	x	x	x			06
Reformulação do estatuto do magistério e regimento escolar	x	x	x	x	x	x	x	x		08
Criação de Plano de carreira	x	x	x	x	x	x	x	x	x	09
Revisão da grade curricular	x	x	x	x	x	x	x	x	x	09
Ampliação do quadro de funcionários				x	x			x		03
Revisão dos critérios de Titulação			x		x					02
Criação do cargo de Orientador Educacional / Mediador		x			x			x		03
Concurso para todos os profissionais da área			x		x					02
Parcerias com Universidades (UAB)							x			01
Resgate Cultural	x		x	x	x	x	x	x		07
Atribuição: Informação prévia do saldo de aulas										

LEVANTAMENTO DE DADOS	JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA	JOSÉ MEIRELLES	LÚCIO MARTINS RODRIGUES	LIONS CLUBE	JORGE BIERRENBACH SENRA	ARMINDO RAMOS	CAIC AYRTON SENNA DA SILVA	MATTEO BEI	LAURA FILGUEIRAS	ANTONIO PACÍFICO	TOTAL
Construção e / ou adequação de escolas	x	x	x	x	x		x	x	x	x	09
Manutenção periódica das escolas	x	x	x	x	x		x	x	x	x	09
Instalação e manutenção de bebedouros				x	x						02
Climatização e iluminação	x			x	x		x			x	05
Quadra esportiva – Reforma e cobertura	x	x			x		x	x		x	06
Espaço para manifestações artísticas		x		x							02
Aquisição e manutenção de mobiliário	x		x	x	x		x	x		x	07
Merenda (Qualidade)				x			x	x		x	04
Acessibilidade e Mobilidade		x	x		x		x	x			05
Equipamentos tecnológicos / manutenção	x	x	x	x	x	x	x	x		x	09
Salas multifuncionais		x		x	x						03
Demandas	x	x	x	x	x	x					06
Redução do número de alunos por sala de aula	x	x	x	x	x	x		x		x	08
Ampliação das salas da EJA											
Materiais pedagógicos	x	x	x	x			x	x		x	07
Equipamentos tecnológicos para professores e gestores										x	01
Materiais e equipamentos para as práticas de Educação Física	x			x			x	x			04

LEVANTAMENTO DE DADOS											
	JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA	JOSÉ MEIRELLES	LÚCIO MARTINS RODRIGUES	LIONS CLUBE	JORGE BIERRENBACH SENRA	ARMINDO RAMOS	CAIC AYRTON SENNA DA SILVA	MATTEO BEI	LAURA FILGUEIRAS	ANTONIO PACÍFICO	TOTAL
Laboratório de Ciências da Natureza	X			X			X				03
Laboratório de Informática	X	X	X	X			X			X	06
Salas de Arte				X			X				02
Inglês e Espanhol desde os anos iniciais até os finais											
Aulas de música	X										01
Formação Continuada	X	X	X				X	X	X	X	07
Formação para bibliotecário					X						01
Bolsas (Mestrado e Doutorado)		X	X				X			X	04
Identidade pedagógica da rede (melhorias das práticas pedagógicas)		X	X				X	X			04
Jornada escolar: tempo integral	X	X		X	X		X				05
Treinamento em Educação Física no contra turno				X			X				02
Profissionais especializados (psicólogos, assistentes sociais e fonoaudiólogos)	X					X				X	03
Professores eventuais na unidade	X		X		X		X			X	05
Contratação de professores de Informática, Educação Física e Arte				X	X		X	X			04
Professor Tutor para alunos inclusos	X	X	X	X			X	X			06
Atendimento psicológico e assistência social aos profissionais de ensino	X										01

LEVANTAMENTO DE DADOS											
	JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA	JOSÉ MEIRELLES	LÚCIO MARTINS RODRIGUES	LIONS CLUBE	JORGE BIERRENBACH SENRA	ARMINDO RAMOS	CAIC AYRTON SENNA DA SILVA	MATTEO BEI	LAURA FILGUEIRAS	ANTONIO PACÍFICO	TOTAL
Uniforme e material escolar	X	X	X	X	X		X	X	X	X	09
Transporte escolar diário e para atividades extraclasses											
Segurança: Guarda Municipal, Ronda Escolar e Câmeras de monitoramento	X		X	X	X	X	X	X	X	X	09
Reformulação do estatuto do magistério e regimento escolar	X	X	X	X	X		X	X	X	X	09
Criação de Plano de carreira	X	X	X	X	X	X		X	X	X	09
Revisão da grade curricular		X	X					X			03
Ampliação do quadro de funcionários	X	X		X	X			X		X	06
Revisão dos critérios de Titulação		X	X	X		X					04
Criação do cargo de Orientador Educacional / Mediador	X	X			X	X		X		X	06
Concurso para todos os profissionais da área		X	X	X	X			X			05
Parcerias com Universidades (UAB)			X							X	02
Resgate Cultural			X	X						X	03
Atribuição: Informação prévia do saldo de aulas							X				01

Quantidade de participantes na elaboração do Plano Municipal de Educação		CAROLINA DANTAS - EMEF	CENTRO MUN. EDUC. SUPLETIVA I - área insular – CESIN – EF / EM	CENTRO MUN. EDUC. SUPLETIVA II - área cont. – CESCON – EF / EM	DUQUE DE CAXIAS - EMEIEF	MARIO COVAS JUNIOR - EMEF - DR.	RAUL ROCHA DO AMARAL - EMEF	REPÚBLICA DE PORTUGAL - EMEF	SAULO TARSO MARQUES DE MELLO - EMEF
Professores	30	31	29	40	25	13	17	42	
Funcionários e equipe	12	9	9	5	9	10	10	14	
Pais de alunos	30	5	----	10	26	22	20	166	
Alunos		26	21	5	10				

Quantidade de participantes na elaboração do Plano Municipal de Educação		VERA LÚCIA MACHADO MASSIS - EMEF-PROF ^a	JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA - EMEF - PASTOR	Lúcio Martins Rodrigues – EMEF Prof.	JOSÉ MEIRELES – EMEF - PREFEITO	LIONS CLUBE - EMEF	ARMINDO RAMOS EMEF	JORGE BIERRENBACH SENRA - EMEF - PREF.	CAIC AYRTON SENNA DA SILVA - EMEF
Professores	19	47	47	25	14	15	69	19	
Funcionários e equipe	10	11	15	10	12	11	21	10	
Pais de alunos	151	528	40	19	32	15	520	151	
Alunos	50	-	20		39	60	400	50	

Quantidade de participantes na elaboração do Plano Municipal de Educação		CAIC AYRTON SENNA DA SILVA - EMEF	MATTEO BEI -EMEF	LAURA FILGUEIRAS EMEF PROF. ^a	ANTONIO PACÍFICO EMEF	TOTAL
Professores	50	53	22	50	638	
Funcionários e equipe	23	21	10	18	240	
Pais de alunos	45	05	08	120	176	2
Alunos	900	05	160	-	169	6

3.1.2.4. A vez e a voz do CER

Aspectos estruturais CER:

Aspectos apontados	Nome das unidades					TOTAL
	Vila Ema	2º BIL	Parque Bitaru II	Parque das Bandeiras	Parque Bitaru I	
Reparo e manutenção de forros	x	-	x	x	-	3
Reparo de manutenção do telhado	x	-	x	x	x	4
Reservatório de água	x	-	-	-	-	1
Pintura da unidade	x	-	x	-	x	3
Melhora de estrutura para a realização das atividades em relação aos seus espaços e de acordo com as oficinas oferecidas;	x	-	x	x	x	4
Manutenção do Filtro Central de água;	x	-	x	x	x	4
Instalação de telas de proteção contra insetos	-	-	-	x	x	2
Espaços inadequados para a realização das atividades esportivas	x	-	x	x	x	4

Aspectos apontados	Nome das unidades					TOTAL
	Vila Ema	2º BIL	Parque Bitaru II	Parque das Bandeiras	Parque Bitaru I	
Quadras esportivas cobertas nas escolas e equipamentos de educação, estruturalmente adequados e construídos para tal finalidade.	X	X	X	X	X	5
Melhoria na segurança dos espaços educacionais: interna e externa	X	X	X	X	X	5
Padronização das estruturas escolares	X	X	X	X	X	5
Salas climatizadas	X	X	X	X	X	5
Acesso à internet	X	X	X	-	-	3
Aspectos estruturais:						
Aspectos apontados	Nome das unidades					TOTAL
	Vila Ema	2º BIL	Parque Bitaru II	Parque das Bandeiras	Parque Bitaru I	
Melhorar serviços de manutenção das unidades educacionais	X	X	X	X	X	5
Construção de unidades que contemplem os esportes olímpicos	-	X	X	X	-	3
Informatizar o processo de atribuição dos professores	X	X	X	X	X	5
Informatização de documentos e registros educacionais referentes ao processo de ensino (diários, planejamentos e o plano anual)	X	X	X	X	-	4
Qualificar, melhorar e potencializar o SIGEM	X	-	X	X	X	4
Serviços de reparos e manutenção planejada envolvendo os equipamentos (materiais) e estruturas físicas	X	X	X	X	X	5
Adequação das unidades de CER para atender a clientela da Educação Infantil	-	X	X	-	-	2

Aspectos apontados	Nome das unidades					TOTAL
	Vila Ema	2º BIL	Parque Bitaru II	Parque das Bandeiras	Parque Bitaru I	
Construção de unidades educacionais: EMEI, EMEF, CER, CRECHE e GINÁSIOS	X	X	X	X	X	5
Promover a acessibilidade nos equipamentos de ensino	X	X	X	X	X	5

Aspectos envolvendo recursos materiais, financeiros e suporte profissional:

Aspectos apontados	Nome das unidades					TOTAL
	Vila Ema	2º BIL	Parque Bitaru II	Parque das Bandeiras	Parque Bitaru I	
Melhorar a remuneração dos funcionários	X	X	X	X	X	5
Falta de profissional PEB I	X	-	X	X	X	4
Falta de material pedagógico nas diferentes oficinas de acordo com o quadro das oficinas das unidades CAPOEIRA, MÚSICA, DANÇA, REFORÇO ESCOLAR, ED. FÍSICA, TEATRO, INFORMÁTICA, KARATÊ, MARCENARIA, DESENHO, CULINÁRIA, ESPORTE, MEIO AMBIENTE, INGLÊS.	X	X	X	X	X	5
Maior fiscalização em relação ao desenvolvimento das atividades pedagógicas	X	X	X	X	-	4
Disponibilização de professor substituto	X	X	X	X	X	5
Equiparação salarial PEB I e PEB II						
Melhoria das condições de trabalho profissional dos professores	X	X	X	X	X	5
Adequação das unidades de CER: recursos pedagógicos, adaptação dos cursos oferecidos e carga horária para atender a clientela da Educação Infantil (04 e 05) anos	-	-	X	-	-	1

Aspectos envolvendo recursos materiais, financeiros e suporte profissional:						
Aspectos apontados	Nome das unidades					
	Vila Ema	2º BIL	Parque Bitaru II	Parque das Bandeiras	Parque Bitaru I	TOTAL
Uniforme e Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os profissionais	X	X	X	X	X	5
Uniforme para alunos (tênis, agasalho, calça, bermuda e camiseta)	X	X	X	X	X	5
Material escolar gratuito	-	X	-	X	X	3
Policimento atuação da Ronda escolar nas unidades com apoio interno e externo	-	X	X	X	-	3
Lousa digital nas salas de aula com a disponibilização de serviço de manutenção;	X	X	X	X	X	5
Maior controle na aplicação do dinheiro do FUNDEB;	-	-	X	X	X	3
Fortalecer os Conselhos Tutelares no trabalho conjunto com a escola e unidades educacionais	-	-	X	X	-	2
Serviço do profissional de Assistência social nos CER e Escolas	X	X	X	X	X	5
Transporte escolar gratuito	X	-	X	X	X	4
Manutenção dos aparelhos de ar condicionado e ventiladores das unidades	X	-	X	X	X	4

Aspectos relacionados às situações pedagógicas:

Aspectos apontados	Nome das unidades					TOTAL
	Vila Ema	2º BIL	Parque Bitaru II	Parque das Bandeiras	Parque Bitaru I	
Promoção de passeios	X	X	X	X	X	5
Participação em atividades culturais externas	X	X	X	X	X	5
Acesso a transporte para as atividades (veículo e vale transporte)	X	-	X	X	X	4
Estímulo às atividades culturais e esportivas	X	X	X	X	X	5
Ampliação e incentivo aos esportes	X	X	X	X	X	5
Menor número de alunos em sala de aula	X	X	-	-	-	2
Ampliação do atendimento para alunos de até 17 anos envolvendo escolas municipais e estaduais	-	X	X	-	-	2
Cursos envolvendo formação profissional para atender a clientela do Ensino Médio	X	-	X	X	-	3
Implantação de tutores para atender as unidades CERs	X	X	X	X	X	5
Orientação educacional nas unidades de ensino	-	X	X	X	-	3
Melhorar o processo de atribuição para não faltar professor nos equipamentos educacionais;	X	X	X	X	X	5
Promover situações para a diminuição da indisciplina	-	-	-	X	-	1
Implantação do período integral nas unidades educacionais	-	-	X	-	-	1
Implantação de bibliotecas nos CERs	-	-	-	X	-	1
Melhorar o suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais e a estrutura no DAPP	X	X	X	X	X	5
Aumentar o atendimento quanto à demanda de alunos que necessitam de reforço escolar	X	X	X	X	X	5

Aspectos relacionados à alimentação:

Aspectos apontados	Nome das unidades					TOTAL
	Vila Ema	2º BIL	Parque Bitaru II	Parque das Bandeiras	Parque Bitaru I	
Falta de merenda	x	X	x	x	x	5
Falta de abastecimento de gás	x	-	x	x	x	4
Alimentação balanceada e regular	-	-	x	x	x	3
Implantação do sistema de gás com P 45 em todas as unidades e devidamente certificados	x	-	x	x	x	4
Melhoria dos equipamentos da cozinha das unidades	x	-	x	x	x	4
Acompanhamento por profissionais da nutrição do processo de controle de qualidade das refeições	x	-	x	x	-	3
Adequação dos mobiliários do refeitório	x	-	x	x	x	4

Aspectos relacionados à formação dos profissionais:

Aspectos apontados	Nome das unidades					TOTAL
	Vila Ema	2º BIL	Parque Bitaru II	Parque das Bandeiras	Parque Bitaru I	
Capacitações profissionais continuadas para monitores, professores, equipe administrativa e demais segmentos	x	X	x	x	x	5
Capacitação continuada e contextualizada com foco no atendimento qualitativo ao aluno	x	X	x	x	x	5
Educação sexual com profissionais da área	-	X	x	x	-	3

Aspectos apontados	Nome das unidades					
	Vila Ema	2º BIL	Parque Bitaru II	Parque das Bandeiras	Parque Bitaru I	
Professores substitutos	x	X	x	x	x	5
Plano de carreira do magistério	x	X	x	x	-	4
Revisão do Estatuto do Magistério	-	X	x	x	-	3
Concurso público para os profissionais envolvidos na formação dos alunos nas unidades educacionais	x	X	x	x	x	5
Capacitações com foco na inclusão	x	X	x	x	x	5
Valorização profissional dos envolvidos na área da educação e em diferentes segmentos	-	-	-	x	-	1
Concurso interno para evolução de cargo	-	X	x	x	x	4

Participantes do Processo da elaboração das propostas do Plano Decenal de Educação 2015/2025 - CER																
Vila Ema			2º BIL			Parque Bitaru II			Parque das Bandeiras				Parque Bitaru I			
Alunos	País	Funcionários	Professores	Alunos	País	Funcionários	Professores	Alunos	País	Funcionários	Professores	Alunos	País	Funcionários	Professores	Alunos
43	31	9	2	65	39	-	5	39	21	10	2	66	25	12	3	19
Total: 85			Total: 109			Total: 72			Total: 106				Total: 38			

3.1.2.2. DIRETRIZES

A Educação é um ato social dinâmico que atua nos caminhos interagindo com

o ser, transformando-o para a leitura do conhecimento, assim como, promovendo sua progressão funcional e cultural.

O educando, parte essencial do processo construtor de seu próprio conhecimento, é responsável em promover mudanças sociais em seu meio.

Nesse contexto, a escola aparece como meio articulador de promover acesso, permanência e qualidade, para isso deverá se reestruturar, oferecendo diferentes situações de aprendizagem, incluindo também o serviço de profissionais de outras áreas que devem ser adequados ao perfil de cada escola, de acordo com seu Projeto Político Pedagógico.

Em todas as fases do desenvolvimento, a alfabetização deverá ser priorizada. A SEDUC assumiu o compromisso com o Pacto Nacional de Alfabetização de tal forma que todos os professores alfabetizadores deverão ser capacitados pelo PNAIC. Cada unidade escolar deverá ter autonomia para a elaboração de sua Proposta Pedagógica considerando as orientações do Pacto.

A proposta curricular da escola fundamental deverá ser inclusiva, participativa, interdisciplinar e articuladora com todas as veias do conhecimento, priorizando o protagonismo infanto-juvenil e o envolvimento da comunidade escolar.

Embora o conceito de participação dos alunos na vida da escola não seja novo, atualmente, explicitamos e valorizamos a esfera da participação, argumentando que é por meio dela que podemos democratizar a gestão da escola e cumprir efetivamente sua função, tornando-se um espaço pedagógico atraente e desafiador para as crianças e os jovens, de modo a favorecer seu progresso intelectual, social e afetivo, e, ainda, um espaço democrático, confiável e culturalmente rico para os alunos, pais e toda a comunidade.

É no contexto dessa ênfase renovada à participação que acreditamos no “protagonismo”, como canal de legitimação das nossas práticas pedagógicas, à medida que seu marco de referência é também a subjetividade dos alunos, tendo em vista a formação cidadã e a educação dos valores.

O Protagonismo Juvenil busca dar conta de dois âmbitos do conteúdo educativo: a formação de valores e o desenvolvimento de atitude diante da vida.

Conceitos Preliminares:

1. O aluno é visto como parceiro e interlocutor na ação educativa, comprometido com a solução de problemas reais. Precisa ser desafiado nos acontecimentos do percurso educativo, a solucionar problemas. Isso quer dizer que, em vez de inventar e imaginar quais seriam os caminhos para solucioná-los, situações reais devem ser expostas para que os educandos proponham caminhos, e que estes sejam de fato constituídos.

2. O aluno é visto como parte da solução (não como problema) a crença no potencial do educando de resolver problemas e tomar suas próprias decisões deve extrapolar os limites de páginas dos livros para tornar-se fato cotidiano e concreto na ação dos educadores.

3. O aluno é visto como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. Há que ter a consciência de que o jovem é realmente capaz de estabelecer relação de compromisso com a qual se sente responsável; totalmente capaz de tomar iniciativas e, ainda, que deve ter liberdade para desenvolver seus potenciais.

Vale ressaltar a base, o meio e o fim do protagonismo, a saber:

Participação.

Essa é à base da metodologia. É pela participação qualitativa dos jovens que se criam momentos de desenvolvimento pessoal e social, além de exemplos práticos e vivenciados para uma discussão em classe.

Colaboração: o meio.

É por meio da colaboração entre educador e educando e, principalmente, do educando no processo educativo, que se alcançam os resultados na formação dos jovens.

Autonomia: finalidade do protagonismo

Um processo educativo baseado no protagonismo visa formar crianças e jovens verdadeiramente autônomos.

É necessária a criação de políticas educacionais com o objetivo de sanar o atraso no percurso escolar resultante da repetência e evasão.

Cabe a Educação Básica aprimorar mecanismos voltados à realização de atividades de ensino, pesquisas, extensão, práticas desportivas e culturais e

alimentação adequada, no contra turno, contando com profissionais de apoio para os atendimentos que estão fora do alcance dos profissionais de educação.

A formação de alunos dentro de períodos integrais busca vincular além da escola, família e comunidade no processo de aprendizado. Com a ampliação de tempo e espaço, a comunidade se organiza em torno da escola pública, através de ações que unem cultura, esporte e conhecimento, bem como o desenvolvimento social. Tais políticas educacionais e sociais contribuem de forma direta para a diminuição das desigualdades sociais, do preconceito e discriminação, valorizando diretamente as manifestações culturais e a construção de identidades plurais e solidárias.

3.1.2.3. OBJETIVOS E METAS

1. Manter o atendimento a toda clientela do ensino fundamental, priorizando a permanência e a qualidade.
2. Assegurar o ingresso de crianças com 6 anos no primeiro ano de escolaridade, aumentando, assim para 9 (nove anos) o Ensino Fundamental adequando os espaços físicos para o atendimento.
3. Manter a regularização do fluxo escolar, estabelecendo critérios claros para a erradicação da evasão e da repetência escolar, planejando ações preventivas e suas consequências na atuação.
4. Aprimorar a partir da aprovação deste plano, padrões mínimos municipais de infraestrutura para o Ensino Fundamental, compatíveis com a dimensão dos estabelecimentos e com a realidade incluindo recursos humanos, materiais e financeiros.
5. Prever no plano físico do município, áreas para construção de escola em novos loteamentos, bem como, sugerir e acompanhar o trabalho do CMDCA.
6. Utilizar a parceria União, Estado, Município e Comunidade Escolar, para aprimorar a qualidade da rede tanto equipamentos, infraestrutura como em capacitação dos profissionais.

Objetivos e Metas

1. Elaborar critérios e medidas para a erradicação da evasão e repetência.

Coleta e análise dos resultados obtidos para definição de ações de caráter preventivo e curativo das dificuldades vivenciadas pelo alunado;

Intervenção no processo nos dados coletados no percurso.

2. Manter o ingresso de crianças com 6 (seis) anos no 1º ano de escolaridade, assim para 9 anos o período do Ensino Fundamental, readequando os espaços físicos das Unidades para o atendimento.

3. Ampliar progressivamente, no prazo de 8 anos, a jornada escolar, visando à expansão da educação de tempo integral, articulando os programas da área da educação com outras áreas, assegurando a frequência dos alunos no contra turno.

4. Elaborar, no prazo de um ano, a partir da aprovação deste plano, padrões mínimos municipais de infraestrutura para o Ensino Fundamental, compatíveis com a dimensão dos estabelecimentos e com a realidade, incluindo recursos humanos, materiais e financeiros quanto a:

a. Atualização e adaptar as salas de leituras, transformando-as em bibliotecas;

b. Mobiliários equipamentos e materiais pedagógicos;

c. Reforma e adaptação dos prédios e sua acessibilidade;

d. Acesso as novas tecnologias;

e. Espaços para recreação, estudos, bibliotecas e serviço de alimentação escolar;

5. Adequar com garantias, a alimentação escolar por meio dos diversos segmentos que compõem o Plano Municipal, para que sejam oferecidos cardápios, respeitando os níveis exigidos por faixa etária e necessidades especiais elaborados pelos especialistas da saúde.

6. Programar formação permanente com os funcionários e profissionais responsáveis pela preparação da merenda escolar.

7. Aprimorar o núcleo de profissionais da área de nutrição zelando pela fiscalização e acompanhamento da alimentação escolar.

8. Estimular a participação dos alunos nas entidades estudantis em especial nos grêmios, com espaços de aprendizagem práticas e cidadãs, favorecendo seu pleno funcionamento.

9. Priorizar a aprendizagem, acompanhando passo a passo a frequência e o desempenho de todo o processo, acertando procedimentos dadas as especificidades de cada rede por meio de ações que viabilizem a progressão do processo de aprendizagem.

10. Priorizar a parceria do município com a União e com o estado garantindo a todos os alunos livros didático e obras ficcionais e não ficcionais, bem como, proporcionar condições de aprendizagem, visando o domínio da leitura e da escrita, que é responsabilidade de todos os docentes em todas as áreas do conhecimento.

11. Eliminar a existência, nas escolas, de mais de dois turnos diurnos e um turno noturno, sem prejuízo do atendimento à demanda.

12. Ampliar o atendimento dos alunos da rede municipal para período integral.

13. Oportunizar progressivamente a jornada escolar com o objetivo de atender integralmente os alunos socialmente excluídos, ofertando-lhes, no contra turno, atividades escolares em parceria com instituições de Ensino Médio e superior, havendo infraestrutura e recursos humanos.

14. Garantir a permanência e a conclusão do Ensino Fundamental, priorizando programas para a erradicação da evasão escolar.

15. Assegurar meios de transporte tanto para aulas como para atividades programadas.

16. Universalizar o Ensino Fundamental através do mapeamento da demanda de crianças fora da escola por território.

17. Propiciar a formação continuada dos profissionais de educação, através de parcerias com as universidades e com a iniciativa privada e estudar

formas de estímulo e auxílio àqueles que desejam fazer pós-graduação stricto sensu.

18. Expandir o departamento de atendimento psicopedagógico, criando uma equipe interdisciplinar que envolva todos os equipamentos.

19. Promover e ampliar o campo de conhecimento aos estudantes da nossa cidade, viabilizando a instalação de um centro para cursos técnicos e de qualificação profissional de modo que, a demanda existente seja atendida progressivamente.

20. Desenvolver na clientela escolar, o espírito esportivo de cooperação, através do esporte nas escolas com a construção de novas quadras e reforma das já existentes.

21. Prover, com a colaboração da União e do Estado, a garantia da alimentação escolar de qualidade, seus níveis calóricos protéicos, por faixa etária e, a estrutura adequada para bem servi-la.

22. Priorizar, em parceria com a União e o Estado, transporte escolar para a demanda existente na rede.

23. Garantir a autonomia das escolas na gestão pedagógica, administrativa e financeira.

24. Assegurar, na proposta pedagógica da escola o atendimento às crianças e adolescentes com necessidades especiais e aos jovens em situação de conflito com a lei.

3.1.3 ENSINO MÉDIO

3.1.3.1 Diagnóstico

É importante ressaltar que em decorrência da queda do poder aquisitivo dos brasileiros, houve uma migração considerável de alunos das unidades de ensino privado para as escolas estaduais.

2015		Nº DE ALUNOS
Nº DE ESCOLAS ESTADUAIS - SÃO VICENTE		
ENSINO MÉDIO	17	9859
SUPL. ENSINO MÉDIO	04	838
TOTAL	21	10 697

Fonte: Educacenso-2014

ESCOLAS ESTADUAIS - SUPLÊNCIA — 2015		
SUPLETIVO ENSINO MÉDIO	CLASSES	ALUNOS
	04	838

Fonte: Educacenso-2014

ESCOLAS ESTADUAIS - SUPLÊNCIA – ENSINO FUNDAMENTAL 2015		
SUPLETIVO ENSINO FUNDAMENTAL	CLASSES	ALUNOS
	02	330

Fonte: Educacenso-2014

A retração no setor econômico do país com reflexos no poder aquisitivo da população tem contribuído para restringir a participação relativa do setor privado na oferta do Ensino Médio. A Rede Municipal, até por sua crescente responsabilidade constitucional em relação à Educação infantil e ao Ensino Fundamental, criou oferta de vagas nesta etapa final da escola básica, conforme quadro abaixo.

DEPENDÊNCIA	NÍVEL MÉDIO						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
MUNICIPAL	0	0	0	0	0	0	0

ESTADUAL	12941	13400	13102	12769	12499	10698	9859
PARTICULAR	1520	1483	1755	1762	1786	1737	1740
TOTAL	14461	14883	14857	14531	14285	12435	11599

Fonte: Educacenso-2014

3.1.3.2 Diretrizes

O Ensino Médio deve contribuir para completar o desenvolvimento de valores essenciais de convívio humano e de competências que permitam aos estudantes, a sua inclusão no mundo da cultura, da ciência, da arte e do trabalho.

Nessa perspectiva, O Ensino Médio deve propiciar autonomia intelectual. Isso significa dizer que o foco da ação escolar está no indivíduo em dar-lhes oportunidade para a construção e reconstrução de seu próprio conhecimento.

A gestão escolar é um fator essencial para a consolidação de uma escola, pois são os gestores que devem garantir uma organização de tempo e do espaço escolar adequada as exigências de público do ensino médio, visando assegurar a elaboração de um projeto político pedagógico que seja expressão das expectativas e das necessidades dos alunos e da comunidade escolar.

3.1.3.3 Objetivos e Metas

Assegurar que os alunos do Ensino Fundamental e Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do seu estudo;

Colaborar com a construção de um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar a atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a mídia nacional, garantindo a equidade da aprendizagem e reduzindo o desnível entre as médias dos índices dos Estados, inclusive do Distrito Federal e dos Municípios.

Elevar a parceria com a União e o Estado, buscando prover merenda escolar, para os alunos do Ensino Médio, preferencialmente ao aluno do período noturno.

3.1.4 ENSINO SUPERIOR

3.1.4.1 DIAGNÓSTICO

A Educação Superior enfrenta, no Brasil, sérios problemas que se agravarão se não for criada uma nova política que promova renovação e desenvolvimento.

Neste contexto, a demanda crescente, faz com que a Educação Superior pense numa rápida expansão com qualidade, propiciando este desafio, um grande desenvolvimento para o país.

Atualmente, cerca de 11600 alunos egressos do nível médio, têm à sua disposição um número razoável de vagas:

BRASIL – EDUCAÇÃO SUPERIOR – POR REDE/ 2012

ESTATÍSTICAS	TOTAL	CATEGORIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
INSTITUIÇÕES	2416	103	116	85	2112
CURSOS	31866	5978	3679	1248	20961
MATRÍCULAS	7037688	1087413	625283	184680	5140312

CONCLUINTES	1050413	111165	96374	30007	812867
COM MESTRADO		28.6%	28.5%	41.7%	45.5%
COM DOUTORADO		57.8%	48.1%	15.6%	17.8%

FONTE: IBGE - 2010

NÚMERO DE PESSOAS QUE FREQUENTAM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR – 2012 SÃO VICENTE			
CURSOS	DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS		Nº DE PESSOAS
	PÚBLICA	PARTICULAR	
ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR	106	577	683
MESTRADO	28	111	139
GRADUADO	1407	6891	8298
TOTAL	1541	7579	9120

FONTE: IBGE - 2010

Em função dos fatores desse gráfico, o aumento das exigências do mercado de trabalho, além das políticas de qualidade do Ensino Médio, prevê-se uma explosão na demanda por Educação Superior.

Em São Vicente, a demanda que sai do Ensino Médio é absorvida pelas diversas instituições de Ensino Superior, que existem na região metropolitana da Baixada Santista.

ENSINO SUPERIOR – SÃO VICENTE			
INSTITUIÇÃO	CURSOS	VAGAS OFERECIDAS	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
UNESP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS COM HABILITAÇÃO EM BIOLOGIA MARINHA E GERENCIAMENTO COSTEIRO	46	PÚBLICA ESTADUAL
	PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL	46	
	PÓS-GRADUAÇÃO EM BIODIVERSIDADE AQUÁTICA	46	
FORTEC	ADMINISTRAÇÃO	80	PARTICULAR
	PEDAGOGIA	80	
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	80	
	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	80	
INTEGRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	300	PARTICULAR
	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO	50	
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	100	
	COMÉRCIO EXTERIOR	100	
	EDUCAÇÃO FÍSICA	130	
	GESTÃO DE RH	100	
	GESTÃO FINANCEIRA	100	
	GESTÃO PORTUÁRIA	100	
	JOGOS DIGITAIS	50	
	LETRAS	100	
	LOGÍSTICA	100	
	MARKETING	300	
	PEDAGOGIA	100	
	PROCESSOS GERENCIAIS	150	

Fonte: Educacenso – 2014

BOLSAS DE ESTUDO PARCIAIS OFERECIDAS PELA PREFEITURA DE

SÃO VICENTE	
2013	124
2014	150
2015	108

Fonte: Educacenso - 2014

3.1.4.2 DIRETRIZES

A Diretriz básica para o bom desempenho da Educação Superior é a autonomia universitária, exercida nas dimensões previstas na Carta Magna – didático científica, administrativa e de gestão patrimonial.

Entretanto, a Constituição Federal, preceitua que o dever do Estado com a Educação efetiva-se mediante a garantia de entre outros, acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa, da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

3.1.4.3 OBJETIVOS E METAS

1. Contribuir com o sistema nacional de avaliação e participar das ações propostas pelo mesmo para possibilitar que sejam mantidos parâmetros mínimos de formação para todos os cursos de graduação e de pós-graduação do país.

2. Ao longo da década, o apoio às Instituições de Ensino Superior que se estabelecerem na cidade ampliando a oferta de vagas em cursos tecnológicos para os egressos no Ensino Médio.

3. Criar políticas que facilite as minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino;

4. Propiciar a inclusão nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes, temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se referem à abordagem tais como: gênero, educação sexual,

ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais;

5. Estabelecer em parceria com a União e com o Estado, um amplo sistema interativo de educação à distância, utilizando-o inclusive para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada;

6. Estimular uma política de incentivo fiscal, a fim de tornar a cidade atrativa à instalação de novas instituições de Ensino Superior.

4. MODALIDADES DE ENSINO

4.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

4.1.1 DIAGNÓSTICOS

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214 I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

Os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

Apesar do progresso com relação a essa questão, o número de analfabetos ainda é excessivo, um total de 16 milhões de brasileiros de 15 anos continuam em defasagem de aprendizagem.

UNIDADE FEDERATIVA E CAPITAL	TAXA DE ANALFABETOS DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS							
	GRUPO DE IDADE						TOTAL	
	15 A 24 ANOS		25 A 59 ANOS		60 ANOS OU MAIS			
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
BRASIL	5,8	2,5	13,0	8,5	35,2	26,5	13,6	9,6
SÃO PAULO	1,8	1,1	5,6	3,2	22,3	14,1	6,6	4,3

FONTE: IBGE - 2010

Todos os indicadores apontam para a profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais e a concentração de população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos degraus de pobreza existente no País. Cerca de 30% da população analfabeta com mais de 15 anos de idade está localizada no Nordeste (IBGE, 1998).

PLANILHA DO IBGE (2010)

Embora o analfabetismo esteja concentrado nas faixas etárias mais avançadas, cumpre ressaltar que a Educação deverá acelerar essa redução do analfabetismo e agirativamente, tanto sobre o estoque existente quanto sobre as futuras gerações.

MATRÍCULA INICIAL – 2015 – REDE MUNICIPAL			
ANO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRESENCIAL	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRESENCIAL	
		FUNDAMENTAL	MÉDIO
2010	775	3 454	1 916
2011	597	3 852	2 472
2012	884	2 254	2 857
2013	612	3 264	4 033
2014	539	2 268	3 120
2015	671	731	781

Fonte: Educacenso – 2014

MATRÍCULA INICIAL – REDE MUNICIPAL - 2015			
ANO	EDUCAÇÃO – JOVENS E ADULTOS PRESENCIAL	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SEMIPRESENCIAL	
		FUNDAMENTAL	MÉDIO
2009	2855	2484	0
2010	775	3454	1916
2011	597	3852	2472
2012	884	2254	2857
2013	612	3264	4033
2014	529	2268	3120
2015	649	1023	1371

FONTE: EDUCACENSO

EJA- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EMEF:

Pref. Antônio Fernando Reis	CAIC – Ayrton Senna da Silva
Carolina Dantas	Ercília Cobra
Francisco Martins	Prof. Jacob Andrade
Pref. Jonas Rodrigues	Prof.ª Laura Filgueiras
Manoel Nascimento	Raquel de Castro
Raul Rocha	União Cívica
Vera Lúcia	Renan Alves
República de Portugal	

EMEIEF:

Mauro Aparecido de Godoy
Saulo Tarso Marques de Mello
Pref. Sebastião Ribeiro

CER Vila Margarida

SEST SENAT

Necessidades Específicas

- .Laboratórios: Ciências, Música, Culinária, Segunda Língua ou Arte.
- . Professores Eventuais para cobrir as faltas dos professores.
- . Laboratório de Informática
- . Material de Apoio para os alunos e para os professores.
- . Livros Didáticos e Paradidáticos.
- . Segurança (Guarda Municipal) em todas as escolas.
- . Mais escolas de ensino fundamental II para atender a demanda de modo geral.

4.1.2 DIRETRIZES

Conforme Carta Magna (art.208, I), a modalidade de ensino “Educação de

“Jovens e Adultos”, no nível fundamental deve ser oferecida gratuitamente pelo Estado a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Trata-se de um direito público subjetivo: Constituição Federal, art.208,§1º. Para tanto, complete aos poderes públicos disponibilizam os recursos para atender a essa educação.

Nessa realidade gritante, no que se refere a interesses e competências adquiridas na prática social, terá que se diversificarem os programas. Nesse contexto é fundamental a participação solidária de toda a comunidade, com o envolvimento de toda a sociedade civil, comprometida com a produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, assim como a especialização do docente.

4.1.3 OBJETIVOS E METAS

1. Estabelecer programas visando alfabetizar pelo menos 50% da população de 15 anos ou mais, em até dez anos.
2. Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes aos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental.
3. Promover o acesso a toda população analfabeta do município condições de frequentar uma escola de qualidade e incentivadora.
4. Estabelecer Programa Municipal e Estadual que contemple as escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, pelo alto índice de analfabetismo e baixa escolaridade, ofertando programas de alfabetização de ensino e de exames para jovens e adultos de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.
5. Propor parceria com o Governo Federal e Estadual programas e cursos de Educação de Jovens e Adultos de acordo com as diretrizes curriculares Nacionais, para a população analfabeta.
6. Fortalecer, na Secretaria Estadual e Municipal de Educação, setores próprios incumbidos de promover a Educação de Jovens e Adultos.
7. Aprimorar os programas de formação continuada, para educadores de jovens e adultos.
8. Estabelecer políticas para Educação de Jovens e Adultos que facilitem

parcerias para o aproveitamento dos espaços existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil.

9. Realizar, no Sistema de Ensino, avaliação e divulgação dos resultados do programa de Educação de Jovens e Adultos, como instrumento capaz de assegurar o cumprimento deste Plano.

10. Pleitear programas de Educação a Distância na Modalidade de Educação de Jovens e adultos, incentivando seu aproveitamento nos cursos presenciais.

11. Oferecer mecanismos de recuperação e de acompanhamento escolar contínuo e sistemático, e de reclassificação, sempre que necessários.

12. Assegurar a continuidade de parceria com a União e Estado, a fim de assegurar a Merenda Escolar oferecida aos alunos do Estado e Município, começando esse atendimento, preferencialmente, pelo aluno do período noturno.

4.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

4.2.1 DIAGNÓSTICO

Hoje a tecnologia faz-se presente no cotidiano de todos, socialmente falando tivemos muitas mudanças de ordem tecnológicas que promoveram grande impacto social. Neste contexto a tecnologia fez-se gradativamente presente no campo educacional. A tecnologia educacional preconiza a Educação Tecnológica e, desta forma, naturalmente propõe o uso de ferramentas e recursos diversificados ultrapassando a simples instrumentação e assegurando o desenvolvimento de habilidades e competências, necessárias ao exercício da cidadania e integração social.

Em termos práticos, a abertura no âmbito educacional às novas ferramentas e experiências viabiliza em amplos aspectos os processos de construção, autoria e autonomia dos alunos aos docentes o perfil de mediador e facilitador do

conhecimento.

Em nosso município todas as Unidades Escolares de Ensino Fundamental com laboratórios e salas de recursos multifuncionais equipadas com computadores e outros equipamentos tecnológicos, como robótica.

Prosseguindo no campo da tecnologia, a Educação a Distância, modalidade que se redefiniu e teve grande expansão na última década, tem-se mostrado uma solução não só do ponto de vista técnico, mas também pedagógico operacional e social no atendimento da legislação vigente. Com o objetivo de promover formação continuada aos docentes da rede municipal de ensino atende as necessidades dos alunos com flexibilidade de horários e acesso.

Há de salientar-se que o nosso município é único na região metropolitana que possui um portal educacional, o EAD São Vicente. Com iniciativa própria, mão de obra e recursos, o EAD atende bimestralmente aos docentes com inscrições para cursos.

Os temas dos cursos oferecidos advêm de indicadores da Secretaria de Educação, sugestões dos cursistas e de projetos e campanhas com instituições parceiras.

4.2.2 DIRETRIZES

Hoje, com o avanço das tecnologias da comunicação e da informação, notório se faz ampliar o conceito de Educação a Distância, pois a mesma incorpora em qualquer nível e modalidade de educação, aportes expressivos para a autonomia cognitiva, acelerar o processo de democratização do conhecimento ao atingir um número maior de pessoas com baixos custos.

Assim, os cursos que asseguram o direito a certificados ou diplomas devem ser regulamentados e acompanhados para garantir o bom nível dos programas, evitando que a Educação a Distância torne fonte de renda fácil para os segmentos menos comprometidos.

CURSOS EAD - 2015	
Resiliência na Educação	Este curso tem por objetivo discutir o conceito de resiliência na educação, definida, como a capacidade que tem um ser humano de se recuperar psicologicamente, quando é submetido às adversidades, violências, catástrofes na vida, e sua relação na educação.
Gêneros Textuais: Definição e usos	Este curso pretende reunir os professores, para que analisem sua prática, aprofundem e atualizem conhecimentos sobre a língua portuguesa, com enfoque em seu uso e funcionamento através dos gêneros, considerando o conhecimento prévio dos participantes sobre as teorias de ensino-aprendizagem, como forma de tornar suas ações mais conscientes.
	Com enfoque sócio construtivista, os educadores lêem e discutem textos sobre os conceitos teóricos que embasam o curso, relacionando-os com suas próprias práticas de orientação de leitura e/ou de produção de textos.
Mais Educação	O curso destina-se aos gestores da Rede Pública e professores comunitários do Programa Mais Educação e tem como principal objetivo divulgar as orientações gerais para implantação do Programa Mais Educação nas unidades escolares.
	Além disso, iremos refletir sobre o papel da educação integral na sociedade atual e as principais estratégias do Ministério da Educação para a progressiva ampliação da jornada nas escolas.
Cultura Afro e Indígena nas Escolas	Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais a escola tem um papel preponderante para a eliminação das discriminações e para a emancipação dos grupos discriminados ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista da racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para a consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários.
	Este curso é uma parceria entre a SEDUC SV e a Superintendência de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SUMIRA).
Educação em exposição solar segura	O curso "Educação sobre exposição solar: educando hoje para um futuro melhor" tem como público alvo os professores da Rede Municipal de São Vicente que atuem no Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) e Ensino Fundamental II (de 6º ao 9º ano) e os professores de Arte, Educação Física e Informática e Ciências deste segmento.
	Este curso é uma parceria entre a SEDUC SV e a Sociedade Brasileira de Dermatologia - Regional São Paulo.
Tecnologias Educacionais;	O objetivo deste curso é despertar no professor de educação básica I, o interesse pelo uso das tecnologias a favor da educação, para que ele se sinta responsável por participar do processo de transformação do mundo atual.
Inteligência Emocional no Âmbito Escolar (2ºEd);	Hoje, o Educador na Escola enfrenta muitos desafios desenvolvendo um grande desgaste emocional. O objetivo deste curso será o de promover informações detalhadas sobre como viver e trabalhar em sua rotina com os ensinos da Inteligência Emocional. A proposta é de introduzir tais ensinos como incentivo de que o professor faça "exercícios", desenvolva e participe de "grupos de discussão", para se ver com maior confiança, ter conhecimento e motivação para aplicá-los em sua vida pessoal e no seu ambiente de trabalho.
English for teachers - Improving your English and teaching techniques;	O objetivo do curso é capacitar e qualificar os professores de Língua Inglesa da Rede Municipal de São Vicente, aprimorando e atualizando seus conhecimentos, através do estudo da gramática, trabalho com diferentes tipos de textos, jogos, histórias, filmes e músicas, o estudo das teorias de Ensino-aprendizagem, metodologia para o ensino de línguas, o processo de avaliação das aprendizagens e a troca de experiências.

4.2.3 OBJETIVOS E METAS

1. Ampliar a oferta de programas de formação à distância para jovens e adultos que não atingiram, na idade própria, a escolarização regular especialmente no Ensino Fundamental;
2. Promover, em parceria com a União e com o Estado, através das áreas do Trabalho e da Ciência e Tecnologia, a produção e difusão de formação de profissionais à distância;
3. Equipar as escolas públicas com computadores e acesso à Internet, promovendo a integração desses recursos no projeto pedagógico da instituição;
4. Estimular que todas as escolas de nível médio e as de Ensino Fundamental com mais de 50 alunos, tenham acesso a computadores e conexões de internet, visando à apropriação de programas educativos, especialmente a produção de softwares educativos de qualidade;
5. Aprimorar a capacitação de todos os docentes da Rede Pública em informática básica, internet e possibilitando o manuseio e aplicação pedagógica de televisão, vídeo e câmera;
6. Propiciar à Educação Infantil, a formação de professores, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Indígena e, principalmente, à Educação Especial, novas tecnologias referentes à Educação a Distância.

4.3 EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

4.3.1 DIAGNÓSTICOS

Em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação, o cidadão brasileiro deve atingir, com o apoio do poder público, níveis de escolarização, pois, gradativamente a ampliação do investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei, e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB, ao final

do decênio.

A Educação Tecnológica e a formação profissional são fatores essenciais de competitividade e desenvolvimento humano na nova concepção econômica mundial.

A Constituição Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9394/96) sinalizam que a Educação Profissional definiu dois indicadores: direito à educação e ao trabalho, enfatizando que é direito do cidadão ser conduzido ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

A Educação Profissional, modalidade de ensino complementar à Educação Básica, sem, contudo, concorrer com ela ou substituí-la.

Para atender essa demanda, a oferta da Educação Profissional aparece da seguinte forma:

Nível tecnológico, ocorrendo em instituições de Ensino Superior público e privado;

Nível técnico, oferecido pelas redes federal, estadual e privada;

Nível básico, promovidas por escolas públicas municipais ou privadas, outros setores, como, por exemplo, a do emprego e das Relações do Trabalho, por organizações não governamentais, sindicatos, empresas e diferentes instituições.

Em São Vicente temos as unidades educacionais abaixo relacionadas:

O município de São Vicente possui três instituições de ensino com curso técnico:

FORTEC

- Administração
- Edificações
- Eletrotécnica
- Informática
- Logística
- Mecatrônica
- Portos
- Secretariado
- Segurança no trabalho

CIRCUITO ESCOLA TÉCNICA

- Segurança no trabalho
- Radiologia médica
- Análises clínicas
- Enfermagem
- Logística
- Meio Ambiente
- Nutrição e Dietético
- Química

CENTRO EDUCACIONAL DIRECTUS

- Auxiliar de Enfermagem
- Enfermagem no trabalho
- Técnico de Enfermagem
- Enfermagem

4.3.2 DIRETRIZES

A Lei de Diretrizes e Bases dedica um capítulo especial a Educação Profissional (Cap.III do Título V, artigos 39 a 42), como uma modalidade autônoma destinada ao “aluno matriculado ou egresso do ensino Fundamental, Médio e Superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem ou adulto”.

Conforme Decreto Federal 2208/97, a Educação Profissional, classificou-se nos seguintes níveis:

Básico – destinado à qualificação, requalificação e re-profissionalização de trabalhadores e independente do nível de escolarização do aluno;

Técnico – destinado a oferecer habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos no Ensino Médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por esse Decreto;

Tecnológico – correspondente a cursos de nível superior de graduação e pós-graduação na área tecnológica, destinados a egressos do Ensino Médio e Técnico.

A tecnologia, nesse contexto, é parte importante na formação do indivíduo, visando incentivar a consciência crítica e compartilhada na troca de saberes e sentimentos.

Em São Vicente a Educação Tecnológica é oferecida pelas escolas privadas,

nas áreas da Saúde, Tecnologia e da Informática, e na rede pública através de robótica desde a Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II.

4.3.3 OBJETIVOS E METAS

1. Ampliar a política de Educação Tecnológica no município, voltada para o atendimento às necessidades educacionais da população e também da capacitação dos quadros de profissionais das escolas;
2. Incentivar o Governo Estadual para a criação e implantação de um Conselho de caráter consultivo, integrado pelas estruturas de governo, por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e de Instituições de Educação Profissional;
3. Disponibilizar, nas unidades escolares que ofereçam Educação Profissional, informações e serviços de orientação que contemplem a dimensão social do trabalho e do emprego;
4. Organizar e estruturar um sistema que integre instituições públicas e particulares, organizações não governamentais e empresas, objetivando ampliar a oferta de Educação Profissional, de acordo com o mercado de trabalho, promovendo cursos articulados por itinerários de profissionalização;
5. Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade de oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público;
6. Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica, de nível médio nas escolas públicas estaduais de ensino;
7. Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica, de nível médio, na modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, assegurando padrão de qualidade;
8. Assegurar a implantação onde ainda não há, dos recursos tecnológicos necessários ao atendimento de uma educação voltada para garantir a todos o

acesso às novas tecnologias;

9. Com o auxílio das Tecnologias de Informações e Comunicação, transformar as Salas Ambientes de Informáticas, em espaços de criação, expressão, vivência participativa e formação de cidadania;

10. Manter capacitação de todos os professores para que façam uso dos recursos tecnológicos disponibilizados nas escolas;

11. Estruturar, através da Rede Estadual, programas de formação de docentes para atuar na Educação Profissional, nos três níveis: básico técnico e tecnológico;

12. Fazer com que os professores conheçam e apliquem os diversos softwares educacionais como recursos pedagógicos, promovendo a integração desses recursos no projeto pedagógico da instituição;

13. Equipar as escolas públicas com computadores e acesso à internet;

14. Articular a oferta de Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos, proporcionando condições de desenvolvimento de escolaridade, objetivando a conclusão da educação básica;

15. Assegurar condições para que as escolas públicas possam aumentar sua oferta de cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização para trabalhadores adultos, em articulação com empresas, organizações não governamentais e outras instituições.

4.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Constituição Brasileira de 1988 trata dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência, e as definem, em seu artigo 1º como portadoras de impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para isso, o entendimento sobre “pessoa com deficiência” evidencia cada vez

mais, a necessidade de mudanças de posturas para se alcançar o pleno direito à cidadania, respeito e inclusão. A inclusão acontecerá quando todos os agentes da sociedade entenderem às necessidades de todos os seus membros. Portanto, incluir significa rejeitar preconceitos, barreiras sociais, culturais ou pessoais, discriminação e respeitar as necessidades próprias das pessoas com deficiência, possibilitando-lhes acesso a serviços públicos, bem culturais e artísticos e produtos decorrentes do avanço social, político, econômico, científico e tecnológico.

A educação especial para efeito da LDB lei 9394/96 no artigo que trata do tema define-se como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na Rede Regular de Ensino, para educando com necessidades especiais.

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comum de ensino regular.

3º A oferta de Educação Especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa de zero a seis anos, durante a Educação Infantil.

4.4.1 DIAGNÓSTICO

A história do atendimento às pessoas com deficiência foi marcada por um longo tempo percorrido entre exclusão e inclusão escolar e social. À medida que o direito do homem à igualdade e à cidadania tornaram-se motivo de preocupação dos estudiosos e pensadores, o contexto começou a mudar.

A Educação Especial no Município de São Vicente data da década de 60, através de um convênio estabelecido entre a Prefeitura e a Instituição mantenedora da escola “Henrique Oswald”. Com a reformulação na política educacional, em 1998, esses alunos passaram a ser atendidos nas classes especiais das unidades escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Temos atendimentos Educacionais Especializados AEE em 103 escolas e 22 de Educação Inclusiva Especial – EEE e duas escolas especiais:

NUMAA - Núcleo Municipal de Atendimento ao Autismo, fundado em 30/06/1996 com 32 alunos, sito a Rua da Constituição 363 no Itararé por iniciativa de mães de alunos com autismo. No ano de 1998 foi deliberada como “EMEF Ana Lucia Almeida de Oliveira”, sendo que no dia 06/04/2000 passou para sede atual, na Rua João Francisco Bensdorp nº201 – Cidade Náutica . Hoje atende 154 alunos com autismo e outras síndromes e deficiências.

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que possui um convenio com a PMSV, onde são cedidos 24 professores de Educação Especial, 1 merendeira, e 2 Monitores de oficinas de trabalhos Manuais e transporte escolar especializado.

Para total entendimento do aluno a ser atendido é importante que o município faça a Revisão Conceitual da Educação Especial.

CONCEITOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Alunado da Educação Especial;
- Crianças de Alto Risco;
- Educação Especial;
- Estimulação Essencial;
- Incapacidade;
- Integração;
- Integração Escolar;
- Normalização;
- Pessoa Portadora de Deficiência;
- Pessoa Portadora de Necessidades Especiais;
- Potencialidade;
- Reabilitação;

Alunado da Educação Especial

É aquele, por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Genericamente chamados de portadores de necessidades educativas especiais,

classificam-se em: portadores de deficiência (mental, visual, auditiva, física, múltipla), portadores de altas habilidades.

Altas Habilidades:

Notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados:

- Capacidade intelectual geral;
- Aptidão acadêmica específica;
- Pensamento criativo ou produtivo;
- Capacidade de Liderança;
- Talento Especial para artes;
- Capacidade psicomotora.

Condutas Típicas:

Manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado.

Deficiência Auditiva

É a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido.

Manifesta-se como:

Surdez leve/moderada: perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo.

Surdez severa/profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender com o aparelho auditivo a voz humana como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral;

Os alunos portadores de deficiência auditiva necessitam de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para a correção e desenvolvimento da fala e da linguagem (Bureau Internacional d' Audiophonoçogie/BIAP).

Deficiência Física;

É uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou de fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuro moleculares e ortopédicas, ou ainda, de más-formações congênitas ou adquiridas.

Esse tipo de deficiência caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitantemente com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos:

- Comunicação
- Cuidados pessoais
- Habilidades sociais
- Desempenho na família e comunidade
- Independência na locomoção
- Saúde e Segurança
- Desempenho escolar
- Lazer e trabalho

Deficiência Múltipla:

É a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa. As principais necessidades educativas serão priorizadas e desenvolvidas através das habilidades básicas, nos aspectos sociais, de auto-ajuda e de comunicação.

Deficiência Visual:

É a redução ou perda da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica.

Manifesta-se como:

Cegueira: perda da visão em ambos os olhos, de menos 0,1, no olho melhor, e após correção ou campo visual não excedente de 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com uso de lentes de correção.

Visão Reduzida: acuidade visual entre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após

correção máxima. Sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais, executando-se as lentes de óculos que facilmente corrigem algumas deficiências (miopia, hipermetropia, etc.), este tipo de deficiência não impede a integração do aluno no ensino regular.

É a redução ou perda da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. Manifesta-se como:

Crianças de Alto Risco:

São as que têm o desenvolvimento ameaçado por condições de vulnerabilidade decorrente de fatores de natureza somática, como determinadas doenças adquiridas durante a gestação, alimentação, inadequada tanto da gestante quanto da criança, ou nascimento prematuro.

Educação Especial:

É um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou de altas habilidades, e que abrange diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades especiais de seu alunado.

O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores do ensino. Sob o enfoque sistemático, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos.

Estimulação Essencial:

Conjunto organizado de estímulos e treinamentos adequados, oferecido nos primeiros anos de vida das crianças já identificadas como deficientes e aqueles de alto risco, de modo a lhes garantir uma evolução tão normal quanto possível.

Incapacidade:

É a impossibilidade temporária ou permanente de executar determinadas tarefas, como decorrência de deficiências, interferindo nas atividades funcionais do indivíduo.

Integração:

É um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade.

Integração Escolar:

Processo gradual e dinâmico que pode tornar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos.

A integração educativa – escolar refere-se ao processo de educar ensinar, no mesmo grupo, a criança com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola.

Modalidades de atendimento educacional:

São alternativas de procedimentos didáticos específicos e adequados às necessidades educativas do alunado da educação especial e que implicam espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados.

As modalidades de atendimento em Educação Especial são:

Atendimento domiciliar:

Atendimento educacional prestado ao portador de necessidades especiais, em sua casa, em face da impossibilidade de sua frequência à escola.

Classe comum:

Ambiente dito regular de ensino/aprendizagem, no qual também estão matriculados, em processo de integração instrucional, os portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo dos alunos ditos normais.

Classe especial:

Sala de aula em escolas de ensino regular, organizada de forma a se construir em ambiente próprio e adequado ao processo de ensino/aprendizagem do aluno da educação especial.

Nesse tipo de sala especial, os professores capacitados, selecionados para

essa função, utilizam métodos, técnicas e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos.

Classe hospitalar:

Ambiente hospitalar que possibilita o atendimento educacional de crianças e jovens internados, que necessitam de educação especial e que estejam em tratamento hospitalar.

Centro integrado de educação especial:

Organização que dispõe de serviços de avaliação diagnóstico, de estimulação essencial, de escolarização propriamente dita e de preparação para o trabalho, contando com o apoio de equipe interdisciplinar que utiliza equipamentos, materiais e recursos didáticos específicos para atender os alunos portadores de necessidades especiais.

Escola com professor itinerante:

Trabalho educativo desenvolvido em várias escolas por docente especializado, que periodicamente trabalha com o educando portador de necessidades especiais e com o professor de classe comum, proporcionando-lhes orientação, ensinamentos e supervisão adequados.

Escola especial:

Instituição especializada, destinada a prestar atendimento psicopedagógico a educandos portadores de deficiência e de condutas típicas, onde são desenvolvidos e utilizados, por profissionais qualificados, currículos adaptados, programas e procedimentos metodológicos diferenciados, apoiados em equipamentos e materiais didáticos específicos.

Oficina pedagógica:

Ambiente destinado ao desenvolvimento das aptidões e habilidades de portadores de necessidades especiais, através de atividades laborativas orientadas por professores capacitados, onde estão disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino/aprendizagem, nas diversas áreas do desempenho profissional.

Sala de estimulação essencial:

Local destinado a atendimento de portadores de deficiência de 0 a 3 anos de crianças consideradas de alto risco, onde são desenvolvidas atividades terapêuticas e educacionais voltadas para o seu desenvolvimento global. A participação da família é fundamental nos programas de estimulação.

Sala de recursos:

Local com equipamentos, materiais e recursos pedagógicos específicos à natureza de necessidades especiais do alunado, onde se oferece complementação do atendimento realizado nas classes de ensino comum. O aluno deve ser atendido individualmente ou em pequenos grupos, por professor especializado em horário diferente do que frequenta o ensino regular.

Em qualquer dessas modalidades de atendimento educacional é imprescindível desenvolver ao máximo as potencialidades dos alunos, com vistas a uma melhor integração pessoal – social.

Normalização:

Princípio que representa a base filosófica ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer aos portadores de necessidades especiais modos e condições de vida diária o mais semelhante possível às formas e condições de vida do resto da sociedade.

Pessoa com deficiência:

É a que apresenta em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensórias, ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos adquiridos de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação como meio físico e social.

Pessoa com necessidades especiais:

É a que apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas ou altas habilidades, necessitando, por isso, de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades. No contexto escolar, costumam ser chamadas de pessoas de necessidades educativas especiais.

Potencialidade:

É a predisposição latente no indivíduo, que a partir de estimulação interna e/ou externa, desenvolve-se ou aperfeiçoa-se, transformando em capacidade de produzir.

Reabilitação:

Conjunto de medidas de natureza médica, social, educativa e profissional, destinadas a preparar ou reintegrar o indivíduo, com o objetivo de fazê-lo alcançar o maior nível possível de sua capacidade ou potencialidade.

Na Rede Municipal de Ensino, além da Escola Especial, o atendimento é oferecido através de: classes especiais, salas de recursos, oficinas ocupacionais, professor itinerante e intérprete em Língua Brasileira de Sinais “Libras”. Nas demais redes, o atendimento se restringe apenas às classes especiais.

As Oficinas Ocupacionais são destinadas aos alunos cujo nível de comprometimento não se beneficia mais dos conteúdos acadêmicos e, assim, são trabalhadas habilidades para Vida Diária e Vida Prática. Os alunos com faixa etária acima de 16 anos se beneficiam do atendimento nas classes especiais do período noturno.

Os educandos são agrupados nas classes de acordo com a idade e o tipo de deficiência, compreendendo a faixa etária de 0 a 50 anos de idade. O ingresso do educando nessa modalidade de ensino se dá mediante apresentação de laudo médico e/ou psicológico para os portadores de deficiência mental e transtornos invasivos do desenvolvimento, exame audiométrico para os deficientes auditivos e laudo oftalmológico para os deficientes visuais.

O corpo docente é formado por professores com nível universitário, habilitados para o trabalho com essa clientela. Os alunos da Rede Municipal e da Escola Associação dos Amigos dos Excepcionais contam ainda com aulas de Arte e Educação Física. A proposta da “Educação para Todos” é contemplada na Rede Municipal através do Projeto “Escola Inclusiva”, que subsidia o trabalho dos professores do ensino regular que possuem alunos inclusos, através de visitas às unidades escolares e reuniões periódicas que abordam os temas referentes aos tipos de deficiências e adaptações curriculares necessárias.

Ainda no âmbito municipal, a Sala de Recursos e o Professor itinerante dão apoio necessário e complementam o trabalho desenvolvido no ensino regular. Atualmente nessas salas são atendidos 18 portadores de deficiência auditiva e 23 deficientes visuais, matriculados na Rede Municipal.

Como em todo o processo dinâmico, é fundamental que haja renovação para que a Educação Especial se adapte ao momento atual diante de novos paradigmas. Fortalecendo essa necessidade, reivindicações sociais pressionam pela efetivação dos direitos retratados na legislação, na perspectiva da inclusão. Esse princípio está estreitamente vinculado ao conceito de acessibilidade. Do ponto de vista educacional e de acordo com o Parecer nº 17/2001, do Conselho Nacional de Educação e com a Resolução nº 02/2001, do Conselho Nacional de Educação e, ainda a Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 05/200, prioriza-se o uso do termo acesso como o direito do aluno que apresenta necessidades educacionais especiais de ingressar no sistema de ensino e dele beneficiar-se. Entretanto, considera-se também o termo acesso como o direito ao aluno ir e vir, ou seja, de poder entrar, circular e permanecer nos ambientes da escola, usufruindo das experiências que eles propiciam, de acordo com o conceito de desenho universal.

Esse processo, por seu caráter eminentemente cultural e por implicar mudanças não só administrativas e pedagógicas, mas também atitudinais, tem se dado gradativa e assistematicamente nos diferentes sistemas de ensino.

Apresenta, no entanto, um horizonte definido: a escola, além de ser um local mediador e irradiador do conhecimento, é um dos principais ambientes de convivência social e deve propiciar a todos os alunos oportunidades para cultivar a solidariedade, o sentido de pertencer à comunidade e a capacidade de extrair riquezas diante das diferenças.

O Projeto “Escola- Inclusiva” teve início em 2000, e nesse período incluiu 323 alunos especiais e capacitaram 367 professores dos níveis de ensino: Creche, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Atualmente, encontra-se em processo de inclusão 39 educandos.

A inclusão para ser total, além das adaptações de pequeno porte como nos currículos, requer adaptações de grande porte que são referentes à acessibilidade, remoção de barreiras e aquisição de equipamentos específicos. Na Rede Municipal

de Ensino, apenas 19 unidades escolares encontram-se totalmente adaptadas: 02 de Educação Infantil e 17 de Ensino Fundamental, sendo que as barreiras arquitetônicas sejam removidas. A Rede Estadual conta com duas unidades atendendo os alunos portadores de necessidades especiais.

O município conta com 04 ônibus que realizam o transporte de 150 educandos especiais, que frequentam as unidades municipais.

De forma diferente da maioria das cidades brasileiras, que buscam fortalecer as instituições privadas para o atendimento desta clientela, São Vicente foi a pioneira em criar, em 30/06/1997. O primeiro Núcleo de Atendimento ao Autista, totalmente mantido pelo Governo Municipal. Nesta ocasião, 28 crianças/adolescentes recebiam atendimento diferenciado, com um corpo docente especializado além do apoio de uma equipe multidisciplinar composta por psicólogas, fonoaudióloga e assistente social. Uma parceria com a Secretaria da Saúde garante aos alunos, acompanhamento clínico. Hoje esse núcleo atende 160 educandos além de propiciar oficinas pré-profissionalizantes aos pais que desejarem participar.

Foram criados 02 Centros de Atendimento Psicopedagógico, na área continental e insular, onde psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicopedagogos e pedagogos, num total de 20 profissionais além de equipe administrativa atendem crianças de 06 a 12 anos matriculadas no Ensino Fundamental e que em suas salas de aula regulares apresentam dificuldades de aprendizagem. Após avaliação, essas crianças são atendidas nos próprios centros ou são encaminhadas a outros setores da Secretaria de Saúde. Aos professores também são oferecidas todas as orientações necessárias que os levem a aprender a lidar com adversidades, com situações diferenciadas que se apresentam dentro da sala de aula.

4.4.1.2. A vez e a voz da EMEF NUMAA – “Ana Lúcia Almeida de Oliveira”

Sugestão de Pais e Responsáveis	Escola de Educação Especial, uma em cada bairro, devido à grande demanda de crianças deficientes e com grande comprometimento cognitivo e comportamental;
	Estrutura e qualidade nos prédios, rampas, salas adaptadas para crianças que usam cadeiras de rodas, cadeiras de rodas de acordo com a estrutura física da criança;
	Um maior número de transportes adaptados para as crianças que usam cadeiras de rodas, pois quando tem passeios fica difícil a participação de todos;
	Nova pintura da parte interna e externa da unidade escolar;
	Professores de educação especial que possam substituir os professores que necessitam tirar abonadas e licenças médicas;
	Escola com amplo espaço: com parque, quadra de futebol, área de lazer para que se desenvolva nos alunos a convivência social, no ambiente escolar e fora dele;
Sugestão dos Professores da U.E.	Leis que demonstrem clareza, nos procedimentos que a Secretaria de Educação deve seguir com relação às crianças que possuírem um comprometimento “grave” diante do ensino regular e que não consigam conviver no ambiente regular de uma sala de aula.
	Criação de Biblioteca Virtual na Unidade Escolar;
	Sala de Informática para os alunos e ambiente de formação coletiva de Professores;
	Professores substitutos para o NUMAA, para atender os alunos quando os professores precisarem tirar abonadas ou licença médica;
	Melhores condições de trabalho (estrutura ambiental e materiais adaptados);
Plano de Carreira	Material Escolar, uniformes para os alunos da rede Municipal de Ensino;
	Formação Vertical: formação através de cursos- Pós Graduação e Mestrado – e Horizontal – Tempo de serviço;
	Insalubridade no Estatuto do Magistério (para todos que trabalham com salas de Educação Especial);
	Limite de entrega de títulos;
	Equiparação Salarial, compatível com a faixa de outros municípios;
	Periculosidade;
	Auxílio creche;
	Fixação de normas claras para a contagem de pontos para listagem de classificação;
	Plano de Saúde para a família e os dependentes;
	Adicional para Professores que apresentam Pós-Graduação.

4.4.2 DIRETRIZES

A Educação Especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo de aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla ou ainda caracterizada por condutas típicas de determinada síndrome.

A inclusão dessas pessoas no sistema de ensino regular é uma diretriz constitucional, fazendo parte da política governamental há pelo menos uma década. Mas, apesar desse relativamente longo período, tal diretriz ainda não produziu a mudança necessária na realidade escolar, de sorte que todas as crianças, jovens e adultos, com necessidades especiais, sejam atendidos em escolas regulares, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições pessoais.

Uma política explícita e vigorosa de acesso à educação, de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios, é uma condição para que às pessoas especiais sejam assegurados seus direitos à educação. Tal política abrange: o âmbito social, do reconhecimento das crianças, jovens e adultos especiais como cidadãos e do direito destes de estarem integrados à sociedade o mais plenamente possível; e o âmbito educacional, tanto nos aspectos administrativos (adequação do espaço escolar, de seus equipamentos e materiais pedagógicos), quanto na qualificação dos professores e demais profissionais envolvidos. O ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração. Propõe-se uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, no que a participação da comunidade é fator essencial. Quanto às escolas especiais, a política de inclusão as reorienta para prestarem apoio aos programas de integração.

A Educação Especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante e com grande tendência a expansão.

A Educação Especial tem sido atualmente definida segundo uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a simples concepção de atendimentos especializados tal como vinha sendo a marca nos últimos tempos.

Conforme define a Lei de Diretrizes e Bases, trata-se de uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da

cidadania. Como elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realiza-se transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos.

O acesso à educação refere-se ao ingresso de educando especial na escola, apesar de seguir o critério médico/clínico, o aluno especial deverá ser visto no que é eficiente e não deficiente. As adaptações curriculares se farão necessárias para atender a especificidade de todos os educandos, observando que quanto mais cedo se der a intervenção educacional, mais eficaz ela se tornará no decorrer dos anos, produzindo efeitos mais profundos sobre o desenvolvimento da criança. Por isso, o atendimento deve começar precocemente, inclusive como educação infantil, há que se detectarem as deficiências, como as visuais e auditivas, que podem dificultar a aprendizagem escolar, quando a criança ingressa no ensino fundamental.

O trabalho desenvolvido nas unidades escolares para o portador de necessidades educacionais especiais, atualmente, é na maioria dos casos isolados, pois, não ocorrem atendimentos ligados à área da saúde, dificultando assim o processo de aprendizagem do educando. Para tal, se faz necessário em parceria com outros órgãos, a implantação de um “Centro de Atendimento ao Portador de Necessidades Educacionais”, neste local, poderiam ser efetuados atendimentos no setor de: psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, neurologia, otorrinolaringologia e oftalmologia. Dessa forma, o educando especial não passaria apenas por avaliação para ingressar na classe especial, seria atendido plenamente em suas necessidades. Neste local, poderia ainda trabalhar com um setor de “Orientação aos Pais”, para que esses pudessem compreender as reais necessidades de seus filhos.

O atendimento educacional ao alunado especial pode ser enriquecido com a implantação de mais Oficinas Ocupacionais, e uma Oficina Profissionalizante, nas quais frequentariam os alunos em processo de terminalidade. A terminalidade, prevista na legislação educacional, se faz necessária para que possamos manter um atendimento e qualidade aos educandos, muitos em idade já avançada não apresentam mais desenvolvimento pedagógico, tornando a escola apenas um local de convivência social e para os pais, “alguns momentos” para realizarem suas

atividades domésticas, desfigurando assim o papel central da educação.

Com a política educacional voltada para os princípios de uma Escola Inclusiva, principalmente dos deficientes mentais, para o acompanhamento e sucesso dessas inclusões, se faz necessário a abertura de novas Salas de Recursos para essa clientela.

O papel do professor habilitado em Educação Especial, com a nova concepção de “escola para todos”, torna-se imprescindível, como um elo entre o professor do ensino regular e as adaptações curriculares necessárias ao atendimento ao portador de necessidades especiais, e, portanto, a formação continuada com cursos de capacitação, reforçando a prática na sala de aula.

A formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas creches, pré-escolas, escolas regulares de ensino fundamental, médio e superior, bem como em instituições especializadas e outras instituições é uma prioridade para o Plano Nacional de Educação. Não há como ter uma escola regular eficaz, quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais, sem que seus professores, técnicos, pessoal administrativo e auxiliar sejam e estejam preparados para atendê-los adequadamente. As classes especiais, situadas nas escolas regulares, destinadas aos alunos parcialmente integrados, precisam contar com professores especializados e materiais pedagógicos adequados.

O processo de municipalização de rede Estadual de Ensino fez com que a Rede Municipal absorvesse essa demanda escolar e para atendimento desses alunos se faz necessário à abertura de novas salas.

A complexidade e comprometimento de alguns alunos tornam impossível a sua permanência no ambiente escolar, dentro das unidades escolares do ensino regular essa demanda que não é pequena necessita, não somente de uma escola especializada, mas de um atendimento clínico envolvendo profissionais da área da saúde, numa proposta diferenciada, essa instituição ou escola – abrigo terá como objetivo maior a socialização e preparação desses educandos para o convívio em grupo. Esse atendimento diferenciado e complementar requer esforço determinado das autoridades a fim de proceder a celebração de convênios com organizações intermunicipais ou com organizações não governamentais para garantir o

atendimento a esta clientela, justificando-se, portanto, o apoio do governo a essas instituições como parceiras no processo educacional dos educandos com necessidades especiais.

O município, para atender essa demanda tão diversificada que compõe a Educação Especial, busca através desse Plano Municipal de Educação traçar a estrutura básica, a fim de garantir a continuidade e o crescimento dessa nova visão de atendimento.

4.4.3 OBJETIVOS E METAS

1) Implementar e generalizar, como parte dos programas de formação em serviço, a oferta de cursos sobre o atendimento básico a educandos especiais, para professores em exercício na Educação Infantil e no Ensino Fundamental;

2) Prever dispositivos legais específicos em relação ao trabalho docente do professor especializado, considerando as especificidades do alunado e as exigências para sua atuação frente à inclusão escolar;

3) Propor a inclusão ou ampliar prioritariamente nas universidades públicas, a habilitação específica, em níveis de graduação e pós-graduação, de formação de professores para o atendimento educacional com especialização em educação Especial;

4) Propor a inclusão nos cursos de formação de professores, nos níveis Médio, Superior e nos Institutos de Ensino Superior, conteúdos e disciplinas específicas para capacitação ao atendimento dos alunos especiais;

5) Articular ações em parceria com as universidades para realização de estudos e pesquisas sobre as áreas relacionadas a necessidades especiais para aprendizagem;

6) Assegurar a inclusão, no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, definindo os recursos disponíveis e oferecendo formação em serviço aos professores em exercício;

7) Criar uma Unidade Escolar para atendimento específico aos alunos que apresentam um comprometimento maior, na área continental do município;

8) Instalar Salas de Recursos, destinadas aos alunos deficientes mentais em processo de inclusão;

9) Implantar a Terminalidade para os alunos acima de 18 anos que comprovadamente não consigam progredir academicamente dentro do Ensino Fundamental, encaminhando-os para programas complementares.

10) Instalar, nas unidades escolares do ensino regular Salas de Apoio Pedagógico destinada aos alunos das séries iniciais, a fim de detectar e sanar problemas de dificuldades de aprendizagem;

11) Ampliar o Projeto de Treinamento Esportivo, em parceria com a Secretaria de Esportes, instalando-o em local apropriado para que as diferentes modalidades sejam trabalhadas.

12) Criar programas de intervenção precoce, em parceria com as áreas de saúde e ação social, nas creches, nas pré-escolas e nas instituições especializadas, de forma a atender crianças com necessidades educacionais especiais o mais cedo possível;

13) Garantir o atendimento dos alunos com necessidades especiais na Educação Infantil e também nos outros níveis educacionais, inclusive através de parcerias entre Municípios, quando necessário;

14) Implantar, em parceria com as áreas de saúde, assistência social, trabalho e com organizações da sociedade civil, pelo menos um centro especializado, destinado ao atendimento de pessoas com severa dificuldade de desenvolvimento e múltiplas deficiências, que servirá como referência e apoio para os profissionais que atuam com portadores de necessidades especiais;

15) Assegurar a distribuição de livros didáticos do PNLD, falados, em braile e em caracteres ampliados, para todos os alunos cegos e para os de baixa visão do Ensino Fundamental, com suporte técnico oferecido pelas salas de recursos;

16) Em consonância com as metas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental:

Estabelecer os padrões mínimos de estrutura ambiental das escolas para o recebimento dos alunos especiais;

A partir da vigência dos novos padrões, somente autorizar a construção e ou a instalação de instituições escolares, públicas ou privadas, em conformidade aos já definidos requisitos de infraestrutura para o atendimento dos alunos especiais;

Adaptar os prédios escolares existentes, conforme os padrões mínimos estabelecidos;

Assegurar e ampliar o programa de transporte escolar, com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldade de locomoção ou por distância;

17) Assegurar a plena execução ao Projeto “Escola Inclusiva” por meio do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, mediante acompanhamento contínuo, estudo e ampla discussão, definindo os recursos disponíveis e observando o projeto pedagógico:

Os materiais didático-pedagógicos, equipamentos e outros recursos que deverão estar disponíveis aos alunos que deles necessitem;

A constituição de turmas com adequação do número de alunos, bem como dos recursos e procedimentos dirigidos às diversas necessidades especiais;

A formação em serviço dos professores em exercício;

A dinâmica de funcionamento do atendimento educacional especializado que a escola dispuser, de forma que esse esteja intimamente vinculado ao processo pedagógico que se realiza nas classes comuns;

Os critérios para proposição de atendimento educacional especializado ou projetos especiais ao ser constatadas a existência de alunos que requeiram esses serviços;

A adoção de procedimentos de avaliação que levem em conta a diversidade das necessidades especiais;

18) Garantir a generalização da aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, em parceria com a área de saúde, para detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças com necessidades especiais, disponibilizando, efetivamente, os recursos necessários;

19) Ampliar e generalizar o ensino da língua brasileira de sinais para os

alunos surdos, sem prejuízo da aprendizagem da Língua Portuguesa escrita e, sempre que possível, para seus familiares e para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores, em parceria com organizações não governamentais;

20) Nos primeiros cinco anos de vigência deste plano, redimensionar conforme as necessidades da clientela, incrementando, se necessário, as classes especiais, salas de recursos e alternativas pedagógicas recomendadas, de forma a favorecer e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais em classes comuns, fornecendo-lhes o apoio adicional de que precisam;

21) Estabelecer um sistema de referência e contra referência, entre as áreas de saúde e educação, para o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais, preferencialmente próximo a sua residência, garantindo a criação de uma equipe multidisciplinar de apoio.

22) Ampliar o fornecimento e uso de equipamentos de informática, como apoio à aprendizagem do educando com necessidades especiais, inclusive através de parcerias com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil;

23) Estabelecer cooperação com áreas de saúde, previdência e assistência social para tornar disponíveis órteses e próteses para todos os educandos com deficiência, assim como atendimento especializado de saúde, quando for o caso.

24) Articular as ações de Educação Especial e estabelecer mecanismos de cooperação e co-responsabilidade com as políticas de educação para o trabalho, cultura, Lazer e esportes em parceria com organizações não governamentais, para o desenvolvimento de programas suplementares, especialmente para alunos que não conseguem atingir níveis ulteriores de ensino, regulamentando a certificação dos mesmos, depois de cumprido o período obrigatório no Ensino Fundamental;

25) Definir, em conjunto com os diferentes setores da área social, indicadores básicos de qualidade para o funcionamento de instituições que oferecem programas de educação especializada, públicas e privadas, de zero a seis anos, com estabelecimento de critérios para que as unidades escolares contem com esse apoio para o encaminhamento de alunos indicados a essa forma de atendimento;

26) Estabelecer um sistema de informações completas e fidedignas sobre a

população a ser atendida pela Educação Especial, a serem coletadas pelo censo educacional e pelos censos populacionais.

27) Implantar um Centro de Atendimento aos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, equipando-o com profissionais da área de Saúde, visando o atendimento integral a esta clientela;

28) Observar, no que diz respeito a essa modalidade de ensino, as metas pertinentes estabelecidas nos capítulos referentes aos níveis de ensino, à formação de professores e ao financiamento e gestão.

Diagnóstico

Gráfico Estatístico de Alunos com Deficiência

Classificação:

DI – Deficiência Intelectual - 545

DA – Deficiência Auditiva - 53

DF – Deficiência Física / Paralisia Cerebral – 175

DV/ BV – Deficiência visual com Baixa Visão – 87

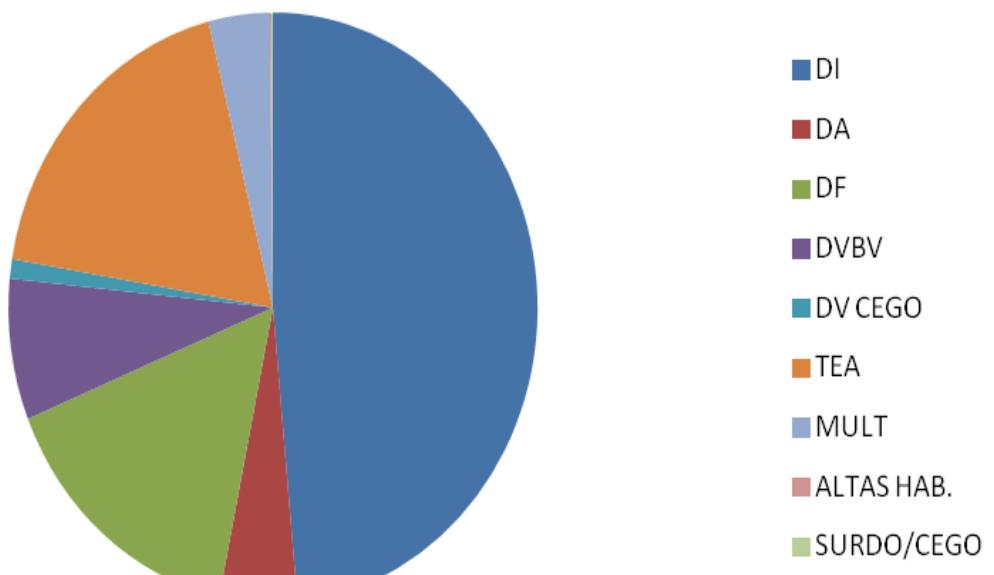
DV / Cego – Deficiência Visual com Cegueira – 14 e 02 surdo cego

TEA - Transtorno do Espectro Autista – 207

Mult – Deficiência Múltiplas - 42

AH – Altas Habilidades – 01

NÚMERO DE ALUNOS



5 MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

5.1 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

5.1.1 DIAGNÓSTICO

Considerando que a permanência da criança em idade escolar, em nossas escolas, está necessariamente atrelada à qualidade de ensino, a valorização do magistério passa a ser fundamental para que isto ocorra.

A melhoria da qualidade de ensino só poderá ser alcançada se for promovida simultaneamente a valorização do magistério. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, a qual implica simultaneamente:

- a formação profissional inicial;
- as condições de trabalho, salário e carreira;
- a formação continuada;

As perspectivas de crescimento profissional e continuidade do processo da formação são importantes para os professores e fundamental para os alunos.

De um lado, há que se repensar a própria formação, em vista dos desafios presentes e novas tendências no campo da educação, que exigem profissionais cada vez mais qualificados e atualizados para atuarem em qualquer nível de ensino. Por outro lado, é fundamental manter na rede de ensino bons profissionais do magistério com perspectivas de aperfeiçoamento constante.

As instituições escolares devem gerar mecanismos eficientes que desenvolvam, na formação inicial de seus alunos, atitudes voltadas para a cooperação, a capacidade de tomar iniciativas de ação com responsabilidade, a convivência com as diferenças, preparando o jovem para o exercício da cidadania, na busca do aprimoramento pessoal e nas relações interpessoais.

De acordo com o Censo Escolar de 2010, o município de São Vicente distribuiu profissionais que atuam na área da Educação da seguinte maneira:

3.428 na Rede Municipal de Ensino;

1.927 na Rede Estadual;

2.167 nas instituições privadas.

As Redes Públicas, Municipal e Estadual têm investido em formação continuada dos seus profissionais através da promoção anual da Semana da Educação, encontros por área de conhecimento, oficinas pedagógicas, palestras e assessoria permanente para as escolas através de coordenadoras pedagógicas.

A atual conjuntura tem apresentado diversas situações e demandas que, por vezes, acabam fragilizando os professores independentemente da sua formação e preparação para o exercício da função.

A escola reflete um contexto social, trazendo à tona incertezas, que por vezes, geram inseguranças, desencanto e desânimo. Tais sentimentos vêm afetando os trabalhadores em educação gerando posturas de desistência de seus ideais, de seus sonhos, auto-realização – ainda que estas se mantenham no exercício da sua profissão.

Na esfera institucional há a segmentação da formação dos professores e a descontinuidade na formação dos alunos da Educação Básica. É preciso fortalecer a formação continuada, elevando assim a autoestima do professor. Certamente haverá problemas a enfrentar tanto no campo institucional como o curricular que precisam estar explicitados.

Há necessidade de as redes públicas, estadual, municipal e privada ampliarem ações e criarem programas voltados para a formação continuada e permanente dos docentes.

Na área da remuneração. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização tem proporcionado uma grande mudança na Educação em nosso município, quer no tocante a espaços físicos, à infraestrutura, aos instrumentos e materiais pedagógicos e de apoio, aos meios tecnológicos etc., que dizem respeito a formulação das proposta pedagógicas, à participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola e os Conselhos Escolares, quer ainda, quanto à execução do plano de cargos e carreiras e da remuneração do magistério e do pessoal administrativo e de apoio.

A lei do FUNDEB e de Valorização do Magistério determina que 60% de todo o montante destinado ao Ensino Fundamental devem ser aplicados a salários e programas de formação dos docentes desse nível educacional. Um profissional bem remunerado pode investir em sua formação, cultura, lazer, destinando um maior tempo ao planejamento de suas ações e estudos, qualificando seu fazer pedagógico.

5.1.2 DIRETRIZES

Um dos maiores desafios para os sistemas de ensino do país é a qualificação do pessoal docente.

A valorização do magistério está diretamente ligada à melhoria da finalidade de ensino, indispensável para assegurar à população o acesso pleno à cidadania e a inserção nas atividades produtivas que permita a elevação constante do nível de vida.

Os docentes exercem um papel decisivo no processo educacional e a valorização do magistério implica, pelo menos, os seguintes requisitos:

Uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos, objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem.

Um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;

Jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;

Salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação:

Compromisso social e político do magistério. Os quatro primeiros itens precisam ser supridos pelos sistemas de ensino. O quinto depende dos próprios professores: o compromisso com a aprendizagem dos alunos, o respeito que têm

direito como cidadãos em formação, interesse pelo trabalho e participação no trabalho de equipe, na escola. Assim, a valorização do magistério depende, pelo lado do Poder Público, da garantia de condições adequadas de formação, de trabalho e de remuneração e, pelo lado dos profissionais do magistério, do bom desempenho na atividade. Dessa forma, há que se prever, na carreira, sistemas de ingresso, promoção e afastamentos periódicos para estudos que levem em conta as condições de trabalho e de formação continuada e a avaliação do desempenho dos professores.

Este plano deverá dar especial atenção à formação permanente em serviço dos profissionais da educação, tanto na formação inicial quanto na formação continuada.

Quanto à remuneração, é indispensável que níveis mais elevados correspondam a exigências maiores de qualificação profissional e de desempenho.

As redes públicas e particulares devem criar condições objetivas de formação em serviço para todos os níveis e modalidades de ensino, ampliando os espaços de trabalho pedagógico, de forma presencial e/ou a distância, oferecendo, assim condições para a reflexão da equipe escolar sobre as suas práticas pedagógicas.

5.1.3 OBJETIVOS E METAS

Com a Emenda Constitucional 59/2009, o Plano Nacional de Educação (PNE) passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, portanto deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais e municipais.

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

IDEB	1º ano	3º ano	5º ano	7º ano	9º ano
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5

6 FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

6.1 FINANCIAMENTO E GESTÃO

6.1.1 DIAGNÓSTICO

Financiar a Educação é investir no aumento da qualidade de vida de todo o município, pois, é através desta, que promovemos o crescimento e emancipação dos cidadãos.

O financiamento é uma forma de se garantir o cumprimento do direito de acesso à educação garantida pela Constituição Federal de 1988.

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Educação Municipal tem passado por reformulações de toda ordem, da revisão das praxes pedagógicas ao Projeto Político-Pedagógico, do investimento maciço na formação dos trabalhadores da educação à publicação de suas produções, da descentralização da gestão a qualificação crescente dos espaços pedagógicos. Todas essas ações foram viabilizadas pelo investimento crescente, de recursos vinculados e livres.

A criação de fundos e programas que garantam o financiamento obrigatório da educação é fundamental, bem como a definição, na esfera municipal, dos percentuais vinculados ao orçamento, através da Lei Orgânica Municipal. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de valorização do Magistério disciplinou a aplicação detalhada e rigorosa dos recursos nas atividades afins da educação, com penalidades ágeis para os casos de descumprimento. O Programa Nacional de Alimentação Escolar, que descentraliza a gestão da merenda escolar, considerou a cultura de cada estado e qualificou as refeições oferecidas de norte a sul do Brasil. Além destes a manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico, o Salário Educação e o Programa Nacional de Transporte Escolar, também vinculado

à educação, são fontes importantes para viabilizar o seu financiamento.

O crescimento permanente do alunado nas escolas municipais tem elevado significativamente as despesas do custeio, principalmente, no que se refere às despesas com pessoal, materiais de consumo e serviços.

Os recursos da Educação são chamados de vinculados por estar diretamente ligada às despesas de implementação das tarefas pertinentes à educação, no caso, esfera municipal. Para cada um deles existe uma conta bancária específica, regramento diferenciado e acompanhamento por órgãos fiscalizadores internos e externos.

A organização da educação na Lei de Diretrizes e Bases, em níveis e modalidades, também está presente nas receitas e despesas. O orçamento é organizado em Educação Infantil (0 a 6 anos) e Ensino Fundamental (de 6 a 13 anos, educação Especial e Educação de Jovens e Adultos). Para cada rubrica de despesa criada, ela é subdividida de forma a atender os níveis e modalidades com a respectiva fonte de receita-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização do Magistério, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Salário Educação, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Nacional de Transporte Escolar, entre outros.

Diagnóstico Financeiros da Educação - Ano					
Ano	Receita Total R\$	25%	Recursos da Educação	Recursos Adicionais	Total Aplicado Em %
2007	176.885.236,21	44.221.309,05	49.877.074,69	79.595.147,17	28,20
2008	218.995.580,62	54.748.895,16	60.719.645,87	103.258.460,30	27,73
2009	234.093.596,54	58.523.399,14	63.895.489,75	111.903.542,88	27,29
2010	239.080.837,94	59.770.209,49	69.131.685,24	132.735.553,79	28,92
2011	293.044.149,91	73.261.037,48	88.517.744,75	146.964.376,09	30,21
2012	306.332.608,09	76.583.152,02	100.537.094,34	159.387.820,54	32,82
2013	338.656.788,85	84.664.197,21	87.217.451,93	169.991.826,70	25,75
2014	376.795.622,62	94.198.905,66	94.399.667,17	180.563.063,95	25,05

A fixação de um plano de metas exige uma definição de custos, assim como a identificação dos recursos atualmente disponíveis e as estratégias para sua ampliação, seja por meio de uma gestão mais eficiente, seja por meio de criação de novas fontes, a partir da constatação da necessidade de maior investimento. Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem representar o ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais.

Além de promover a equidade, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério foi o instrumento de uma política que induziu várias outras transformações:

- Com a criação de contas específicas dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério deu-se mais transparência à gestão;
- Com a obrigatoriedade da apresentação de planos de carreira com exigência de habilitação, deflagrou-se um processo de profissionalização da carreira;
- Com a subvinculação ao pagamento dos professores, melhoraram os salários e foram novamente atraídos para a carreira de professores que ocupavam outras posições no mercado de trabalho;
- A fixação de um critério objetivo do número de matrículas e a natureza contábil do fundo permitiu colocar os recursos onde estão os alunos e eliminar práticas clientelistas;
- Diminuiu consideravelmente o número de classes de alfabetização e de alunos maiores de 6 anos na pré-escola, sendo trazidos para o ensino fundamental.

Financiamento e gestão estão indissoluvelmente ligados. A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício do controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional facilita amplamente esta tarefa, ao estabelecer, no § 5º do art. 69, o repasse automático dos recursos vinculados ao órgão gestor e ao regulamentar quais as despesas admitidas como gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Conforme dispunha o Plano Nacional de Educação para Todos, “a melhoria dos níveis de qualidade do ensino requer a profissionalização tanto das ações do Ministério da Educação e dos demais níveis da administração educativa, como a ação nos estabelecimentos de ensino. Essa profissionalização implica nas políticas e técnicas, tanto nos níveis centrais como nos descentralizados, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma gestão responsável. A profissionalização requer também a ampliação do leque de diferentes profissões envolvidas na gestão educacional, com o objetivo de aumentar a racionalidade e produtividade”.

Há que se considerar que, embora as alterações institucionais ocorridas nos últimos anos tenham viabilizado a definição mais clara das responsabilidades e competências de cada nível de governo, as políticas públicas de financiamento da educação existentes demandam urgentes adequações para o melhor cumprimento de seu papel.

A garantia de financiamento da Educação Infantil, do Ensino Médio, da Educação Profissional, do apoio aos alunos carentes, do Ensino Superior, da Educação de Jovens e Adultos é questão a ser revista. Há necessidade de novas formas de captação de recursos para implementação e execução de ações que privilegiem esses níveis e modalidades de ensino. Após os Fundos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério, as prefeituras e os governos estaduais, por exemplo, ficaram com 40% de seus recursos vinculados, constitucionalmente ao ensino, para buscar expandir e universalizar sua rede de Educação Infantil (Municípios) e de ensino Médio (Estados) e atender as várias modalidades, especialmente a de Educação de Jovens e Adultos.

No cenário atual, desenha-se a perspectiva de fortalecimento dos mecanismos de financiamento da Educação Básica via aprimoramento do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Básico e Valorização do Magistério.

É indispensável que os governantes tenham absoluta clareza quanto à necessidade da adoção de uma política integrada de financiamento para o desenvolvimento da educação Básica, uma vez que a equalização do financiamento e a garantia de recursos estão diretamente ligados ao padrão de qualidade de ensino pretendido pelo Governo, com vistas à construção de um sistema educacional que garanta, efetivamente, a equidade de oportunidades educacionais

para todos os cidadãos.

6.1.2 DIRETRIZES

O financiamento da Educação busca universalizar o acesso, priorizando a qualidade, descentralizando a gestão desses recursos, e assim, contemplando as necessidades específicas de cada segmento educacional.

Em consonância com as diretrizes “Os recursos devem ser alocados, segundo as necessidades e compromissos de cada sistema, identificados pelo total de matrículas das redes, transporte escolar do Ensino Estadual e Municipal.

Dentre as diretrizes vinculadas ao “Fundo de Desenvolvimento e manutenção da Educação Básica e Valorização do Magistério”, a equidade deve ser presente tanto aos alunos, como também aos sistemas de ensino, privilegiando a superação das desigualdades sociais, na distribuição de renda e erradicação da pobreza.

Nesse contexto, a lisura e transparência, na aplicação desses recursos, são de extrema responsabilidade, no sentido de alocar direcionamento escolar, com fortalecimento, controle interno e externo, dos órgãos de gestão dos sistemas de ensino, como o Conselho Municipal de Educação, e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e Valorização do Magistério”, visando alcançar todos os recursos destinados à Educação Básica.

Conforme prevê a LDB, artigo 3º inciso VIII e artigos 14 e 15, a descentralização da gestão deverá ser fortalecida nas dimensões: pedagógica, administrativa e financeira.

Nesse contexto, o exercício da autonomia das escolas corresponderá proporcionalmente à responsabilidade perante a sociedade de oferecer uma escola pública de qualidade para todos.

Para que haja a implementação de todos os programas e saneamento das necessidades e carências diagnosticadas no Plano Municipal de Educação, o município deverá fortalecer as diferentes formas de colaboração e parcerias, com vistas ao atendimento da demanda no Âmbito da Educação Básica. Para tanto, tais propostas deverão manter estreita sintonia com as diretrizes do Plano Plurianual,

tendo em vista garantir os recursos financeiros necessários e a mobilização de maiores e mais estáveis fontes de financiamento para a execução satisfatória desse plano. Em havendo, superávit na execução de investimento de um exercício para outro, sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem base legal, não poderá ser iniciado, sob crime de responsabilidade fiscal.

6.1.3 FINANCIAMENTO

6.1.3.1 OBJETIVOS E METAS

1. Continuidade dos mecanismos que assegurem o cumprimento dos artigos 7.0 e 7.1, das Leis e Diretrizes e Bases que asseguram os gatos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nessa pauta.

2. Priorizar o atendimento do Programa de Merenda Escolar fornecendo às escolas da rede o indispensável suporte para que a merenda seja eficiente.

3. Garantir as políticas públicas de financiamento em parceria com o Estado e União, que possibilitem garantir o transporte escolar, incluindo à acessibilidade de portadores de necessidades especiais. (ABNT).

4. Fortalecer a previsão de suportes financeiros as metas constantes deste Plano Municipal de Educação, nos próximos dez anos.

5. Incrementar o atendimento escolar específico para quem não teve acesso ao Ensino Fundamental na idade própria, investindo em programas de apoio, em função da demanda da EJA.

6. Garantir os recursos destinados à Educação Especial, viabilizando parcerias com a área de Saúde, Assistência Social e Trabalho e previdência em todos os níveis de ensino.

7. Dar continuidade e estimular parcerias envolvendo União e o Estado, para a manutenção de todas as modalidades da Educação Básica.

8. Fortalecer o regime de colaboração com o Estado, mediante apoio técnico a consórcios intermunicipais com vistas à regulamentação seguindo as

diretivas dos Conselhos Regionais de Educação, previstos na Constituição Federal.

9. Assegurar procedimentos para viabilizar a equidade entre os alunos e as escolas.

10. Garantir a política de descentralização, consolidando a autonomia financeira das escolas mediante critérios objetivos, o repasse de recursos diretamente aos equipamentos de ensino;

11. Manter os investimentos em programas de formação continuadas que resultem no aprimoramento das práticas escolares e garanta contínuas melhorias no processo ensino-aprendizagem.

12. Assegurar recursos da Assistência Social para programas de renda mínima associada à Assistência Social para a educação Infantil, recursos destinados à criação de condições de acesso à escola, às redes de comunicação e informática.

13. Manter programas para equipar as escolas de Educação Básica que atendem educandos com necessidades especiais com sistemas alternativos de comunicação e de ampliação sonora, dicionários, livros e apostilas em Braille e em tipos ampliados; além de outros recursos e materiais, equipamentos com programas específicos que complementem os já existentes e que viabilizem a aprendizagem;

14. Assegurar a continuidade do apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fins lucrativos para atendimento de qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais, atestado em avaliação conduzido pelo respectivo sistema de ensino.

15. Garantir recursos para o trabalho docente do professor que atua na Educação Especial, inclusive para sua itinerância, considerando as exigências de sua atuação frente à inclusão escolar;

16. Melhorar as condições gerais de trabalho e de remuneração para os profissionais da educação, observando também critérios de evolução na carreira;

17. Assegurar mecanismos de fiscalização e controle que garantam o rigoroso cumprimento do art. 212, da Constituição Federal, em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e do artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em termos do que pode ser considerada despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino.

6.1.4 GESTÃO

A Gestão Escolar tem seu papel atrelado à coordenação da equipe de professores e demais profissionais envolvidos no preparo do Projeto Pedagógico, em parceria com as famílias sendo um dos fatores indicativos do sucesso educacional dos alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A coordenação efetiva desses equipamentos, sua complexidade como instituição educacional, requer ações para mobilizar conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e estratégias de ação, de interação e avaliação.

Nesse contexto a Gestão deve atuar como pesquisador prático e reflexivo e atuar efetivamente na garantia dos direitos à educação de todos os alunos, o que requer habilidades para articular meios e fins educacionais na ação gestora.

A administração escolar envolve procedimentos que viabilizem melhores condições com a relação aluno-professor, de maneira que o sistema seja acolhedor, cuidador e estimulador do desenvolvimento da criança, adolescente, do jovem e do adulto.

Alguns desafios são apontados nessa gestão educacional, diversidade do alunado em seus perfis de desempenho; a imensa massa de informações que permeiam a sociedade; seu acesso adequado, ações acessíveis para os portadores de necessidades especiais; e por fim um novo olhar para o resgate das famílias no território escolar, assim como o direito universal da escolarização.

Cabe ressaltar que todas essas especificidades devem ser reconhecidas, investigadas e assim gerenciar procedimentos e ações para esse cotidiano escolar, com isto, ampliar projetos, planejamento dialógico, elaboração coletiva de conhecimentos, gestão de informação, monitoramento, urgência, abrangência e capacidade de execução.

O Projeto Pedagógico deverá conter uma ação executora democrática, permeando dois eixos: o trabalho em equipe e a reflexão sobre a prática.

Esse trabalho de equipe pressupõe a troca de saberes, a articulação entre as diversas funções assimétricas entre os setores administrativos e pedagógicos, a dinâmica das ações internas e externas em relação aos agentes da sociedade

escolar.

Nesse contexto, a reflexão sobre as práticas escolares, será investigativa e intervencionista, de maneira a minimizar o distanciamento entre o administrador e o educador.

Garantir o acesso e permanência do aluno em todas as suas fases do conhecimento, da Educação Básica, em particular àqueles que apresentam profunda desigualdade social, eis o maior desafio.

Nessa visão as políticas educacionais serão diferenciadas e autônomas, visando o direito de todos à escolaridade qualitativa.

Nessa métrica a autonomia se fará com integração da equipe escolar e famílias; outras escolas e também a própria Secretaria Municipal de Educação. Nessa conjectura, cabe a Secretaria de Educação, assumir diretrizes centrais, motivadores, descentralização de recursos para encontros de formação, troca de experiências, estimular, inovar, e criar um novo olhar.

O desafio crucial é promover uma verdadeira transformação das práticas já existentes aos Conselhos Escolares, reuniões de pais e mestres, reuniões pedagógicas; proporcionando uma cultura participativa, reflexiva, coletiva, comunicação horizontal, normas de gestão e convivência consensuais.

Nesse objetivo, os gestores da Secretaria Municipal ou da escola devem:

- Coordenar a participação efetiva da equipe de educadores na elaboração do Projeto Político Pedagógico da instituição educacional, o que contempla as ações de negociação e gestão de diferenças e conflitos;
- Estabelecer elos entre a função social da instituição educacional e o papel da gestão administrativa e pedagógica;
- Refletir em sua atenção educativa em toda a sua complexidade;
- Apresentar clareza sobre os fundamentos teóricos, científicos e técnicos necessários ao bom desempenho de sua função;
- Munir seus conhecimentos quanto aos princípios éticos, estéticos, legais e políticos para atuar como profissional educativo;
- Programar alternativas didáticas que viabilizem proporcionar a crianças

e adolescentes, oportunidades e aquisição de aprendizagens significativas.

- Acompanhar o processo de trabalho da equipe docente, promovendo experiências de formação continuada de modo reflexivo e interativo, proporcionando caminhos para o aperfeiçoamento.

Nesse contexto, as escolas promoverão:

- a) Informações: clareza de todos os procedimentos, projetos aos pais, alunos e professores;
- b) Trabalho em equipe: o trabalho em equipe, comunidade e funcionários, serão incentivados a discutir e participar das atividades educacionais;
- c) Foco na família: Sabedora dos problemas dos alunos e que são originários na família; a escola promoverá sua função educativa aos pais. As reuniões de pais apresentar-se-ão com temas que possibilitem o entendimento entre pais e filhos, ética e valores, violência.
- d) Criatividade: a escola atuará na busca constante por projetos, atividades extracurriculares como: teatro, coral, esportes, etc.
- e) Valores: Escola, funcionários, alunos e comunidade. Reciprocidade partilhada no respeito, disciplina e responsabilidade.
- f) Diagnóstico da comunidade local: elaboração de questões dirigidas aos pais, informações tabuladas estudadas para a composição da Proposta Pedagógica.
- g) Compromisso e liderança: fatores primordiais ao sucesso da equipe gestora e a o avanço qualitativo da Educação.

6.1.4.1 OBJETIVOS E METAS

1. Estreitar o regime de colaboração entre os sistemas estadual e municipal de ensino, visando uma ação compartilhada das funções constitucionais próprias e auxiliares das metas destes Planos de Educação;
2. Fortalecer a integração com a comunidade, estimulando a prática de atividades extracurriculares, solidificando as relações humanas no âmbito escolar;
3. Propor, pelo sistema de ensino, normas e diretrizes gerais, flexíveis que

incentivem o processo criativo de ações inovadoras nas escolas.

4. Definir para cada sistema de ensino, normas de gestão democrática do ensino público, viabilizando avanços concretos no padrão quantitativo e qualitativo, na escola pública de São Vicente.

5. Ampliar as parcerias entre empresas, organizações não governamentais, sociedade civil e outras instituições; propiciando reflexões e ações que promovam a ascensão do processo construtivo da verdadeira escola.

6. Padronizar uma gestão autônoma, descentralizada, competente de forma a alavancar o ensino aprendizagem, com equidade e qualidade.

7. Reestruturar o Sistema de Informatização Escolar com o apoio técnico e financeiro, de forma a possibilitar a conexão das Unidades Escolares e a Secretaria de Educação, priorizando agilidade e eficácia na administração escolar.

8. Identificar e mapear, nos sistemas de ensino, as necessidades de formação inicial e continuada e pessoal técnico administrativo, de modo a prover investimentos para a implementação de formação para esse segmento.

9. Priorizar a Educação para todos, implementando metodologias que viabilizem a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais de forma a respeitar as diferenças.

10. Viabilizar políticas e critérios de alocação de recursos estaduais e municipais de forma a minimizar as desigualdades regionais e internas de cada sistema.

7 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Mediante a complexidade do PME, a Secretaria da Educação é o órgão responsável pela coordenação de todo o processo de implantação e consolidação do Plano, no entanto, o Conselho Municipal de Educação, Sindicato dos Educadores, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, deverão também ser co-responsáveis pelo êxito deste Plano, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Assim, sob um olhar mais crítico, o conjunto dessas instituições, sejam elas governamentais ou não, deve priorizar o acompanhamento e avaliação das diretrizes, objetivos e metas aqui estabelecidos, adotando instrumentos e mecanismos para, sempre que, necessário intervir na correção de rumos ou adaptações de percurso.

Além dos dados quantitativos e mensurados nos índices de atendimento, matrícula e evasão, Sistema de Avaliação do Desenvolvimento Escolar do Estado de São Paulo, e outros surgem instrumentos orientadores para a gestão da Educação Básica, assim como, para as demais modalidades educacionais.

Nesse contexto, os indicadores qualitativos e quantitativos norteiam:

- Acompanhar o desempenho escolar dos alunos;
- Identificar o avanço da aprendizagem;
- Criar procedimentos de gerenciamento do ensino sistema de ensino de e as escolas;
- Reestruturar as ações educacionais;
- Organizar uma cultura avaliativa no município de São Vicente.
- Divulgar o resultado das avaliações à sociedade civil.

Nesse documento, o compromisso é da sociedade vicentina como um todo, visando cumprir os objetivos e metas, priorizando uma grande mudança na Educação do Município, a inclusão social e da cidadania plena.

8. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 – 20/12/96.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90 de 13/07/1990.
- BRASIL. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério- Lei nº9424/96 de 24/12/1996.
- BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005 de 25/06/2014.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 59/2009 de 11 de novembro de 2009.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONAE - conae.mec.gov.br
- SÃO VICENTE: Lei Orgânica do Município. Matus, 1998.
- VASCONCELOS, 1998.
- ABICALIL, 2011.
- MORAES, A Direito Constitucional. São Paulo. Atlas, 2001.
- SOUZA. N. de J. Desenvolvimento. Econômico. São Paulo. Atlas.1999.
- FERREIRA A. REIS, A.C.F, Pereira, M.I. Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias. São Paulo. Pioneira, 2002.
- MORAES, A. DIREITO Constitucional. São Paulo. Atlas, 2001.
- SILVA, L.A DE P. Utilizando o Planejamento como ferramenta de aprendizagem. São Paulo. Instituto Fonte, 2000.
- CASARIN, A. (1992), DAVIES, N. (1992) LUCE, M.B.M. (1992 in INFORSATO F.A. e INFORSATO E. do C. Políticas de Municipalização de Ensino: tendências ao continuísmo. Ribeirão Preto. Paidéia. Vol 11 no. 20. 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - <http://www.inep.gov.br>

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISES DE DADOS – SEADE -
<http://www.seade.gov.br/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE
<http://www.ibge.gov.br/home/>

SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO EXECUÇÃO E CONTROLE –
SIMEC/MEC - <http://simec.mec.gov.br>

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO – SASE/MEC
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16850&Itemid=1158

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
<http://undime.org.br/>

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIOS DE EDUCAÇÃO – CONSED
www.consed.org.br

CADERNO DE ORIENTAÇÕES: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO –
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf

DOCUMENTO NORTEADOR PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2006/elabpne.pdf>

SERRES, Michel; Novas tecnologias e sociedade pedagógica. Interface
Comunicação, Saúde, Educação [on-line] vol.4 no.6. Botucatu: fevereiro 2000.
Disponível na Internet:

<http://interface.org.br/wp-content/uploads/2015/01/entrevista-6.pdf> ISSN 1807-5762

ANEXOS

ANEXO I – TABELAS DE SIGLAS

Tabela de Siglas
2º BIL – 2º Batalhão de Infantaria Leve – Exército Brasileiro
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANEB – Avaliação Nacional de Educação Básica
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APM – Associação de Pais e Mestres
ATP – Assessor Técnico Pedagógico
BI – Berçário 1 – Educação Infantil
BII – Berçário 2 – Educação Infantil
CER – Centro Educativo e Recreativo
CESCON – Centro Municipal de Educação Supletiva de São Vicente - Área Continental
CESIN – Centro Municipal de Educação Supletiva de São Vicente - Área Insular
CMDCa – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
DAPp – Divisão de Atendimento Psicopedagógico – São Vicente
EAD – Educação a Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMEF – Escola Municipal de Educação Fundamental
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil
FI – Fase 1 – Educação Infantil
FII – Fase 2 – Educação Infantil
FUNDEB – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MI – Maternal 1 – Educação Infantil
NUMAA – Núcleo Municipal de Atendimento ao Autismo
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEB I – Professor de Educação Básica I
PEB II – Professor de Educação Básica II
PEE – Plano Estadual de Educação
PISA – Programme for International Student Assessment
PMSV – Prefeitura Municipal de São Vicente
PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PNE – Plano Nacional de Educação
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC – Secretaria de Educação do Município de São Vicente
SENAT – Serviço Social de Aprendizagem do Transporte
SEST – Serviço Social do Transporte

ANEXO II – COLABORADORES
COLABORADORES - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/SV

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
EDIMÉIA SOARES DE OLIVEIRA		JANETE DA SILVA XAVIER
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL		
ANA GRACINDA QUELUZ GARCIA		
Alessandra Gomes Tavares Alessandro Aparecido Viccari Amarilis Eduardo Sá Araci Paioli Camila Muniz Marcelino Cecília Costa CristianderLucikennnoM. de Oliveira Cristina Matheus Henrique da Silva Ribeiro Ireni Souza Oliveira Kikue Kojima Leda Medeiros Martins de Almeida	Magali Rosseti Pena Marcos Augusto de Oliveira Maria Cristina Navajas Madio Maria Gorete Vieira de Sá Rosa Maria Sessa Sandra Lúcia Miranda Monteiro Sonia Laide Lacerda Neves Sueli Martins de Lima Oliver Talita Martins Ferreira Alves Thiago Beraldes de Andrade Vandilma Silva Galindo Virgínia Mattos Brito	
CRECHES		
AMOR E PERSEVERANÇA	JOSÉ BORGES FERNANDES	PAULA LOURENÇO DE OLIVEIRA
ANGELINA PRETTY	JÚLIA MARIA DE JESUS	SORRISO DA CRIANÇA
CATARINA CARBONERA RAMPON	LUIZA PARIZZOTO	SUELLEN B. DA SILVA
CRIANÇA ESPERANÇA	NAYLA AMOR	TÉRCIO AUGUSTO GARCIA
CRIANÇA FELIZ	NEUSA DA S. LUIZ	TOQUINHO DE GENTE
DANILO R. ILECK DE OLIVEIRA	NOVA ESPERANÇA	VOVÓ ESPERANÇA
GRUPO DA PRECE	OLGA TEIXEIRAS TAVARES	VOVÔ LACERDA
IRMÃO FRANCISCO	PARAÍSO INFANTIL	VOVÓ PERÓ
JAIME PINHEIRO	PASTORIL	
EMEI		
ADILZA DE OLIVEIRA R. SOBRAL	EDMUNDO CAPELLARI	NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

ANUAR FRAYHA	KELMA MARIA	PADRE JOSÉ DE ANCHIETA
CARLOS CALDEIRA	MARIA GUILHERMINA MACHADO - MIMI MACHADO	REGINA CÉLIA
CIDADE DE NAHA	MATTEO BEI	VILA JÓQUEI
CLEMENTE FERREIRA	MONTEIRO LOBATO	
EMEF / EMEIEF		
ALBERTO SANTOS DUMONT	JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA – EMEF - PASTOR	MAURO AP. GODOY
ANTÔNIO FERNANDO DOS REIS	JONAS RODRIGUES	OCTÁVIO DE CÉSARE
ANTÔNIO PACÍFICO	JORGE BIERRENBACH SENRA - PREF.	CONSTANTE LUCIANO CLEMENTE HOULMONT - PROF.
ARMINDO RAMOS	JOSÉ MEIRELLES - PREF.	PROVÍNCIA DE OKINAWA
AUGUSTO DE SAINT HILAIRE	LAURA FILGUEIRAS - PROF ^a .	RAQUEL DE CASTRO
CAIC - AYRTON SENNA DA SILVA	LEONOR GUIMARÃES A. STOFFEL - PROF ^a .	RAUL ROCHA DO AMARAL
CAROLINA DANTAS	LIONS CLUBE	RENAN ALVES LEITE
CENTRO MUN. EDUC. SUPLETIVA I - ÁREA INSULAR - CESIN	LÚCIO MARTINS RODRIGUES - PROF.	REPÚBLICA DE PORTUGAL
CENTRO MUN. EDUC. SUPLETIVA II - ÁREA CONTINENTAL - CESCON	LUIZ BENEDITINO FERREIRA - PREF.	SAULO DE TARSO MARQUES DE MELLO
DUQUE DE CAXIAS	LUÍZ PINHO DE CARVALHO - PROF.	SEBASTIÃO RIBEIRO DA SILVA
ERCÍLIA NOGUEIRA COBRA	MANOEL NASCIMENTO JÚNIOR	UNIÃO CÍVICA FEMININA
EULINA TRINDADE	MARIA DE LOURDES BATISTA	VERA LÚCIA MACHADO MASSIS
FRANCISCO MARTINS	MARIA MATHILDE	VILA EMA
EMEF / EMEIEF		
GILSON KOOL MONTEIRO - PROF.	MÁRIO COVAS	NUMAA - Ana Lúcia Almeida de Oliveira - CEESV - Especial
JACOB ANDRADE CAMARA - PROF.	MATTEO BEI	
CER		
VILA EMA	PARQUE DS BANDEIRAS	
2º BIL	PARQUE BITARU I	
PARQUE BITARU II		

Anexo IV – MODELO DE MENSAGEM À CÂMARA MUNICIPAL

Ofício N.º de ____/____/____

Do: Gabinete de Prefeito Municipal

Ao: Presidente da Câmara Municipal dos Vereadores

Ilmo Sr.(a)

Pelo presente, encaminho a Vossa Senhoria cópia do anteprojeto de Lei do Plano Municipal de Educação do Município, acompanhado do texto do referido plano que foi elaborado por _____ atendendo aos preceitos da Constituição Federal e à Constituição do Estado, observando também o que preconiza a Lei Orgânica do Município.

O Plano Municipal de Educação busca a garantia da qualidade do ensino, a garantia do atendimento à clientela nas creches, escolas municipais e à educação de jovens e adultos, etc. No texto apresentado estão expressos os objetivos, diretrizes, metas e recursos, com o dimensionamento físico e financeiro de suas metas, ações e recursos em cronogramas previstos para o período de sua execução. Espero que esta casa legislativa aprofunde e analise a proposta em questão.

Atenciosamente,

Prefeito Municipal